

SESSÃO DE MESAS COORDENADAS 1

TERÇA-FEIRA, DIA 01 DE OUTUBRO, 10:00 – 13:00

Mesa Coordenada 1. Aspectos da luta de classes no contexto da dependência

Local: Bloco E, 4º andar, Sala 405 (Auditório)

- 11. Composição do bloco de poder nos governos FHC e Lula: frações de classe em disputa no interior da burguesia**
Allan Kenji Seki (Pós-graduando, Educação, UFSC)
- 12. A disputa por políticas públicas como possibilidade de construção contra-hegemônica nos países dependentes**
Isabela Ramos Ribeiro (Pós-graduanda, Serviço Social, UFSC)
- 13. Nacionalismo e luta de classes no capitalismo dependente**
Tomás de Siervi Barcellos (Graduando, Ciências Econômicas, UFSC)

Mesa Coordenada 2. Marxismo e revolução na América Latina

Local: Bloco O, 5º andar, Sala 1

- 21. Caio Prado Jr e a crise do movimento comunista**
Luís Eduardo Fernandes (Graduado, História, UFF / Professor, Ensino Básico)
- 22. Marxismo e Revolução: o Brasil e o retrocesso político nas décadas de 1990 e 2000**
Hiran Roedel (Doutor, Comunicação, UFRJ / Técnico em Assuntos Educacionais, UFRJ)
- 23. Marx e América Latina: permanências culturais e projeto revolucionário**
Fernando Antonio da Costa Vieira (Doutor, Sociologia Antropologia, UFRJ / Professor, IUPERJ)
- 24. O marxismo não-romântico de José Carlos Mariátegui e a revolução latino-americana**
Bernardo Soares Pereira (Mestrando, História, UFF / Professor, Ensino Básico)

Mesa Coordenada 7. A Revolução Russa e a construção da pedagogia e psicologia soviética

Local: Bloco E, 2º andar, Sala 201

- 71. O papel da brincadeira no desenvolvimento histórico e cultural da criança: uma leitura a partir da Psicologia Histórico-Cultural**
Niágara Vieira Soares Cunha (Mestre, Educação, UECE)
- 72. Trabalho e linguagem em Lúria: um estudo a partir da ontologia marxiana**
Natália Ayres da Silva (Mestre, Educação, UFCE)
- 73. Escola do Trabalho Soviética: dois passos à frente, um passo atrás**
Marcel Lima Cunha (Mestre / Professor, Faculdades INTA)
- 74. A revolução socialista e a construção de uma teoria da educação: as revoluções no interior da revolução**
José Pereira de Sousa Sobrinho (Mestre / Pesquisador, Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos) & Andreyson da Silva Mariano (Mestre / Professor, Ensino Básico)

Mesa Coordenada 12. Hegemonia neoliberal, Estado e luta de classes no Brasil

Local: Bloco O, 2º andar, Auditório (Sala 209)

- 121. Terra e capital financeiro: as novas configurações do agrário no século XXI**
Cláudio Lopes Maia (Doutor / Professor, História e Ciências Sociais, UFG)
- 122. Populismo e neoliberalismo no Brasil contemporâneo**
David Maciel (Doutor / Professor, História, UFG)
- 123. Entre o substantivo e a forma: movimentos sociais e cidadania no Brasil recente**
Gelsom Rozentino de Almeida (Doutor / Professor, História, UERJ)
- 124. Movimentos sociais em rede e seus impactos no Brasil**
Sydenham Lourenço Neto (Doutor / Professor, História, UERJ)

Mesa Coordenada 14. Ideologia, forma-mercadoria e substância social em Marx

Local: Bloco E, 2º andar, Sala 203

- 141. Uma investigação sobre a forma de propriedade verdadeiramente humana**
Carlos Augusto Santana Pereira (Doutorando, História Comparada, UFRJ)
- 142. De onde vem a autonomia das determinações sociais?**
Gabriel Tupinambá (Doutorando, Filosofia / Psicanalista)

143. A materialidade da ideologia

Jennifer de Paula Oliveira Bello (Mestre, Psicanálise, UERJ / Psicanalista)

Mesa Coordenada 25. Trabalho, práxis e formação humana

Local: Bloco E, Sala Paulo Freire (3º andar, Sala 318)

251. A práxis revolucionária em germe nas Mobilizações de Junho de 2013

José de Andrade Matos Sobrinho (Doutorando, Educação, UFMG)

252. Trabalho, práxis e formação humana

Justino de Sousa Junior (Doutor, Educação, UFMG / Professor, UFCE)

253. O zapatismo e a educação: o marxismo e o indigenismo na América Latina

Antonio Julio de Menezes Neto (Doutor / Professor, Educação, UFCE)

Mesa Coordenada 35. Método em História do Pensamento Econômico brasileiro – interpretações do Brasil

Local: Bloco F, Auditório (Térreo)

351. A economia política como caminho para interpretações do Brasil: apontamentos sobre questões metodológicas para a história do pensamento econômico brasileiro

Carla Curty do Nascimento Maravilha Pereira (Doutoranda, Economia, UFRJ)

352. Por que interpretar o Brasil?

Juliana Nascimento da Silva (Doutoranda, Economia, UFRJ)

353. Interpretações do Brasil: uma proposta de acesso metodológico ao pensamento econômico brasileiro

Maria Mello de Malta (Doutora / Professora, Economia, UFRJ)

Mesa Coordenada 40. A atualidade do capital e a forma(ação) humana: análise de conjuntura e alternativas possíveis

Local: Bloco E, 2º andar, Sala 205

401. O potencial educativo da dimensão estética para as disputas curriculares: pensando alternativas à alienação contemporânea

Renata Jardim Coube (Mestre, Educação / Professora, Rede Municipal, Maricá)

402. Ensaio sobre o fetiche tecnológico na práxis docente: por uma perspectiva de educação emancipatória crítica

Rejane Lúcia Loureiro Gadelha (Mestranda, Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, UERJ)

403. Trabalho, educação e sociabilidade: a pedagogia política renovada e alternativas à conformação da sociabilidade burguesa

Bruno de Oliveira Figueiredo (Mestre, Educação / Professor, UFRJ)

Mesa Coordenada 51. Estado e comércio nas sociedades pré-capitalistas

Local: Bloco D, Auditório Florestan Fernandes (Térreo)

511. O comércio de longa distância como estratégia da elite para a manutenção da desigualdade na democracia ateniense (sécs. V-IV a.C.)

Gabriel da Silva Melo (Mestrando, História, UFF)

512. Organização estatal e dominação camponesa no caso Visigodo (Séculos V-VIII)

Eduardo Cardoso Daflon (Graduando, História, UFF)

513. Valor e “valor consuetudinário de troca” no pré-capitalismo

Fábio Afonso Frizzo de Moraes Lima (Doutorando, História, UFF / Professor, IUPERJ/UNESA)

514. Política de classe no Estado português dos duzentos

Thiago Pereira da Silva Magela (Mestrando, UFF)

Mesa Coordenada 53. Marx e o marxismo: o desafio de analisar as políticas públicas no Brasil recente

Local: Bloco E, 2º andar, Sala 207

531. Tensões na construção de uma nova pedagogia da hegemonia para a favela: o caso da ONG CEASM

Reginaldo Scheuermann Costa (Doutorando, Educação, UFRJ)

532. A “reforma universitária consentida”: a universidade para quem?

Matheus Castro da Silva (Mestrando, Educação, UFF)

533. Economia criativa: políticas públicas culturais e reestruturação produtiva

Felipe da Silva Duque (Mestrando, Educação)

534. Identidade e movimento social: o caso do movimento por urbanização e legalização do Pantanal

Luciano da Silva Barboza (Mestre, Planejamento Urbano, UFRJ)

Mesa Coordenada 58. História e historicidade no pensamento frankfurtiano

Local: Bloco O, 5º andar, Sala 516

581. Melancolia e ação em Walter Benjamin

Marcelo de Mello Rangel (Doutor, História, PUC-RJ)

582. Adorno e a ideia de história natural

Danrlei de Freitas Azevedo (Doutor, História, PUC-RJ)

583. A politização da teoria crítica em Marcuse

Renata Torres Schittino (Doutora, História, PUC-RJ)

Mesa Coordenada 66. Marx contra a economia política: combates e legados teóricos

Local: Bloco E, 4º andar, Sala 403

661. Marx e a economia política clássica

Vanuza da Silva Pereira Ney (Doutora, Produção Vegetal, UENF / Professora, Economia (Campos), UFF), Rodrigo Delpupo Monfardini (Doutorando, Economia, UFF, Professor, Economia (Campos), UFF), Guilherme Vasconcelos Pereira (Graduando, Economia (Campos), UFF) & Natália Teixeira Rodrigues (Graduanda, Economia (Campos), UFF)

662. Teoria do valor-utilidade: ciência vulgar?

Maracajaro Mansor (Doutorando, Economia, UFF / Professor, Economia (Campos), UFF), Álvaro Martins (Graduando, Economia (Campos), UFF) & Marina Muniz (Graduanda, Economia (Campos), UFF)

663. Lei do valor de Marx e os fundamentos da teoria marxista do imperialismo

Leonardo de Magalhães Leite (Doutorando, Economia, UFF / Professor, Economia (Campos), UFF), Caio Marcos P. Jacob (Graduando, Economia (Campos), UFF), Mateus Magnus Paape (Graduando, Economia (Campos), UFF) & Lara Cordeiro Monteiro de Barros Leite (Graduanda, Economia, UFJF)

664. Lukács e os debates contemporâneos em filosofia da ciência

Maracajaro Mansor (Doutorando, Economia, UFF / Professor, Economia (Campos), UFF), Raphael de Oliveira (Graduando, Economia (Campos), UFF), Victor Paiva (Graduando, Economia (Campos), UFF) & Luiz Fernando Esparrachiari Dias (Graduando, Economia (Campos), UFF)

SESSÃO DE MESAS COORDENADAS 2

TERÇA-FEIRA, DIA 01 DE OUTUBRO, 14:30 – 17:30

Mesa Coordenada 3. Aproximações à Revolução Socialista na América Latina: heresias de Mariátegui, Che Guevara e Fidel Castro

Local: Bloco E, 4º andar, Sala 405 (Auditório)

31. Os desafios do socialismo na América Latina: aproximações teóricas ao pensamento de Ernesto Guevara

Diogo Prado Evangelista (Mestre, Serviço Social, UNESP / Professor, UFVJM)

32. Um líder e seu tempo – Fidel Castro: da luta anticolonial ao socialismo

Fernando Henrique Lemos Rodrigues (Mestre, Ciências Econômicas, Unicamp / Professor, UFRRJ)

33. Revolução como construção original e heróica de um povo: o socialismo na perspectiva de Mariátegui

José Carlos Freire (Mestre, Filosofia, Faculdade São Bento / Professor, UFVJM)

Mesa Coordenada 6. O debate do marxismo sobre o Estado. Problemas contemporâneos

Local: Bloco D, 3º andar, Sala 318 – Sala Paulo Freire

61. O capitalismo contemporâneo e a universidade na periferia

Scheilla Nunes Gonçalves (Mestre, Serviço Social, UFRJ / Professora, Serviço Social, UFF)

62. A crise do capital e as mudanças nas funções do Estado

Javier Blank (Doutor / Professor, Serviço Social, UFRJ)

63. Humanidade supérflua e a regulação armada da vida social

André Villar Gomez (Doutor / Professor, UFF)

64. Comuna e crise estrutural

Mariela Becher (Doutora, Serviço Social / Professora, Serviço Social, UERJ)

Mesa Coordenada 19. Marx e a crítica ontológica do conhecimento

Local: Bloco D, 2º andar, sala 218

191. Marx: crítico da questão de método

Antônio José Lopes Alves (Doutor / Professor, UFMG)

192. O mistério da construção especulativa

Sabina Maura Silva (Doutora / Professora, UFMG)

193. Acerca do método marxiano: a teoria das abstrações

Vânia Noeli Ferreira de Assunção (Doutora / Professora, Serviço Social (Rio das Ostras), UFF)

194. A atualidade da crítica marxiana à concepção de “ser” hegeliana

Vitor Bartoletti Sartori (Mestre / Professor, Eduvalle)

Mesa Coordenada 24. Referenciais e mediações do conflito de classe nas políticas sociais, educacionais, curriculares

Local: Bloco D, 2º andar, sala 220

241. Ideologias, mentalidades e discursos. A que políticas nos alinhamos?

Gelta Terezinha Ramos Xavier (Doutora, Educação / Professora, Educação, UFF)

242. Diferenças culturais e corpo no debate curricular

Roberta Jardim Coube (Mestre, Educação)

243. Culturas juvenis e direito à formação-trabalho

Graziela Cupello Jorge (Graduanda, Educação, UFF)

Mesa Coordenada 45. Tendências e contratendências do capitalismo contemporâneo

Local: Bloco F, Auditório (Térreo)

451. A atividade de serviços no capitalismo contemporâneo: tendência ou contratendência?

Ellen Lucy Tristão (Mestre, Serviço Social, UFRJ / Professora, UFVJM)

452. Impacto na crise atual do financiamento de gastos improdutivo com dívida pública

Helder Gomes (Doutorando, Política Social, UFES / Professor, Economia, UFES)

453. Propriedade intelectual: algumas implicações teóricas e históricas

Janaína Elisa Patti de Faria (Mestre, Política Científica e Tecnológica, UNICAMP / Professora, UFVJM)

454. “Reestruturação produtiva”: acirra as contradições do capital ou se constitui como contratendência?

Márcio Lupatini (Doutorando, Serviço Social / Professor, UFVJM)

Mesa Coordenada 64. As Jornadas de Junho e o retorno da política de massas ao Brasil

Local: Bloco D, Auditório Florestan Fernandes (Térreo)

641. Polícia e grande imprensa nas manifestações cariocas de junho de 2013

Romulo Costa Mattos (Doutor, História, UFF / Professor, PUC-RJ)

642. Democracias blindadas e as jornadas de junho no Brasil

Felipe Abranches Demier (Doutor, História, UFF)

643. A retomada das ruas em junho de 2013: uma análise da nova conjuntura política brasileira

Marco Marques Pestana (Mestre, História, UFF / Professor, INES)

644. A representação da violência e o fechamento do projeto civilizatório burguês

Pedro Rocha de Oliveira (Doutor, Filosofia, PUC-RJ / Professor, Filosofia e Ciências Sociais, UNIRIO)

Mesa Coordenada 68. Ideologia, alienação e inconsciente

Local: Bloco D, 3º andar, sala 305

681. A divisão do indivíduo

Pedro Magalhães Lopes (Pós-graduando, Psicologia Clínica, PUC-RJ)

682. Mal-estar e fetichismo entre Marx e Freud

Pedro Dalla Bernardina Brocco (Mestrando, Sociologia e Direito)

683. A crítica ideológica de Marx: o Sintoma diante do Universal

Carolina Duarte Zambonato (Mestranda, Sociologia e Direito)

Mesa Coordenada 72. Falas populares e cultura: arte, política e informação nas lutas pela hegemonia

Local: Bloco D, 3º andar, sala 312

721. O estatuto das imagens no capitalismo contemporâneo e sua expressão em Filme Socialismo (França, 2010), de Jean-Luc Godard e Notícias da Antiguidade Ideológica (Alemanha, 2008) de Alexander Kluge

Carlos Alberto Salim Leal (Doutorando, ECA, USP)

722. Comunicação, cultura e política: associações nos movimentos sociais contemporâneos

Leila Salim Leal (Doutoranda, ECO, UFRJ)

723. Poder da criação: malandragem e resistência no samba de João Nogueira

Marianna Araujo (Doutoranda, ECO, UFRJ)

724. Quem detém é e a quem serve a linguagem? Ideologia e discurso como instrumentos de poder na sociedade midiaticizada

Daniel Fonsêca Ximenes Ponte (Doutoranda, ECO, UFRJ)

SESSÃO DE MESAS COORDENADAS 3

QUARTA-FEIRA, DIA 02 DE OUTUBRO, 10:00 – 13:00

Mesa Coordenada 10. Classes sociais e formas de dominação burguesa no Brasil recente

Local: Bloco O, 5º andar, Sala 510

101. Formação do aparelho econômico do Estado capitalista brasileiro e capital-imperialismo (1930-1950): uma proposta teórica e de análise marxista

Thiago Reis Marques Ribeiro (Doutorando, História, UFF)

102. Estado, burguesia e sociedade civil no Brasil recente: o caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003-2010)

André Guiot (Doutorando, História, UFF)

103. A burguesia empresarial e a contra-revolução preventiva no Brasil: o projeto neoliberal e a atualização da dominação nos anos 1990

Flávio Henrique Calheiros Casimiro (Doutorando, História, UFF)

104. As associações industriais como forma de acesso ao Estado restrito

Anderson Tavares (Mestrando, História, UFF)

Mesa Coordenada 15. Marx e a ideologia hoje

Local: Bloco E, 2º andar, Sala 201

151. Marx, inventor do sintoma

Fernando José Fagundes Ribeiro (Doutor, Comunicação e Cultura, IFRJ / Professor, Filosofia, UFF)

152. Estudo da forma mercadoria e suas implicações na construção ideológica

Max Paulo Prado Bezerra da Silveira (Bacharel, Relações Internacionais, IBMEC / Estudante, Filosofia, UFRJ)

153. Uma crítica ao marxismo tradicional: sobre ideologia

Rafael Oliveira dos Santos (Mestrando, Serviço Social, UERJ / Professor, Rede Estadual, RJ)

154. Entre Freud e Marx: uma análise do fetichismo nos dias de hoje

Rodrigo Luiz Cunha Gonsalves (Graduado, Psicologia e Filosofia, Mackenzie-SP / Psicanalista)

Mesa Coordenada 16. A concepção de escola pública e a luta de classes

Local: Bloco D, 3º andar, Sala 318 – Sala Paulo Freire

161. Os espaços educativos além da escola: desafios para a construção de uma educação voltada para as classes populares

Bruno Adriano Rodrigues da Silva (Doutor / Professor, Rede Municipal, Itatiaia)

162. “Escolas do amanhã”: civilizar os pobres de hoje e de amanhã

Bruno Gawryszewski (Doutorando, Educação, UFRJ / Coordenador Pedagógico, Escola Nacional de Circo)

163. Educação e luta de classes num país de capitalismo dependente: um debate necessário

Marcelo Silva dos Santos (Doutorando, Política Pública e Formação Humana, UERJ / Professor Rede Municipal, Juiz de Fora)

Mesa Coordenada 20. O materialismo histórico e sua atualidade para história social do trabalho

Local: Bloco O, 2º andar, Auditório (Sala 209)

201. Escravidão, trabalho e subalternidade: algumas discussões atuais da historiografia marxista e suas contribuições para as análises do processo de formação da classe trabalhadora carioca

Flavia Fernandes de Souza (Doutoranda, História, UFF)

202. Pré-político ou política sem política? Uma análise da teoria do banditismo social de Eric Hobsbawm e de seus leitores no Brasil

Igor Gomes Santos (Doutorando, História, UFF)

203. Considerações sobre a tradição de crítica ativa do materialismo histórico e suas contribuições para a historiografia do movimento operário no Brasil hoje

Kaio César Goulart Alves (Mestrando, História, UFOP)

Mesa Coordenada 22. Questão agrária e perspectivas críticas para análise dos sujeitos do campo

Local: Bloco E, 2º andar, Sala 205

221. Permanência da questão agrária e o condicionamento das lutas dos sujeitos do campo

Carmen Verônica dos Santos Castro (Doutor, Sociologia, IPPUR, UFRJ / Professor, Sociologia, FEUC)

222. Apontamentos sobre a relação entre a diversidade sociocultural e a questão agrária

João Augusto de Andrade Neto (Doutorando, Ciências Sociais / Analista, Reforma e Desenvolvimento Agrário, INCRA)

223. Expansão capitalista e descontrole estatal do território: o *modus operandi* do agronegócio no Brasil

Débora F. Lerrer (Doutora / Professora, CPDA, UFRJ)

224. Questão agrária e agroecologia: crítica da agricultura de corporações

Flaviane de Carvalho Canavesi (Doutora, Planejamento Urbano e Regional, UFRJ)

Mesa Coordenada 26. Cultura, sociedade civil e hegemonia no capitalismo tardio

Local: Bloco E, 4º andar, Sala 405 (Auditório)

261. Cultura e arte na obra de Antonio Gramsci: disputa de hegemonia e transformação de consciências

Marcio José Melo Malta (Doutor / Professor, UFF)

262. Tensões democráticas e a vanguarda intelectual: entre o silêncio e o cooptação

Rogério Ferreira de Souza (Doutor, Ciências Sociais / Professor, Sociologia, IUPERJ/UCAM)

263. Revolução passiva e meios de comunicação: uma análise gramsciana das manifestações no Brasil

Carlos Eduardo Rebuá Oliveira (Doutorando, UFF / Professor, UNIGRANRIO)

Mesa Coordenada 27. Indicações iniciais sobre Estado e a institucionalização da pesquisa em educação no Brasil

Local: Bloco E, 2º andar, Sala 203

271. Institucionalização da pesquisa em educação no Brasil

Alexandre Augusto e Souza (Graduado, Design Gráfico, Unesa / Graduando, Pedagogia, UERJ)

272. A política educacional do desenvolvimentismo sob a presidência Juscelino Kubitschek

Gabriela Borges Silva (Mestranda, UERJ)

273. Aspectos da modernização do ensino superior: as orientações do Estado para a implantação da pós-graduação no Brasil

Sérgio Rafael Barbosa da Silva (Mestre, Educação)

Mesa Coordenada 47. Um debate marxista sobre as relações entre trabalho e adoecimento no capitalismo monopolista

Local: Bloco E, 2º andar, Sala 207

471. Uma análise histórica das repercussões subjetivas do assédio moral sobre a saúde do trabalhador

Terezinha Martins dos Santos Souza (Doutora / Professora, UFF)

472. Aparelhos ideológicos de Estado: o caso particular do isolamento compulsório dos portadores de hanseníase (lepra) no Brasil

Ivan Ducatti (Doutor)

473. Suicídio e capitalismo: uma análise desde o materialismo histórico-dialético

Nilson Berenchein Netto (Doutor / Professor, UFMS)

474. Trabalho e subjetividade: uma discussão sobre o sujeito desde o materialismo histórico-dialético

Bruno Peixoto Carvalho (Doutorando / Professor, UFMS)

Mesa Coordenada 49. Capitalismo, dominação e formas de violência

Local: Bloco D, Auditório Florestan Fernandes (Térreo)

491. Violência, ódio e apatia em sociedades democráticas

Tatiana Poggi de Figueiredo (Doutora, História Social, UFF / Professora, UFRRJ)

492. Luta de classes na internet – novas formas digitais de ação política das frações de classe burguesas

Danilo Spinola Caruso (Doutorando, História, UFF / Professor, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia RJ)

493. Estado de exceção e terrorismo de Estado hoje: um breve histórico comparativo sobre a repressão policial no Brasil

Luciana Lombardo Costa Pereira (Doutora, Antropologia Social / Professora, PUC-RJ)

494. “A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela”: Estado e a violência seletiva nas manifestações do Rio de Janeiro em 2013

Claudia Peçanha da Trindade (Doutora, História Social, UFF / Professora, Rede Municipal RJ e UGB)

Mesa Coordenada 56. Neoliberalismo e reforma do Estado no Brasil: intelectuais e elites orgânicas na construção de uma agenda neoconservadora

Local: Bloco O, 5º andar, Sala 516

561. O intelectual e o desmonte do Estado: a atuação do economista Luiz Carlos Bresser-Pereira à frente da Reforma “Gerencial” do Estado Brasileiro (1995-1998)

Leonardo Leonidas de Brito (Doutorando / Professor, Educação Básica e Tecnológica e Colégio Pedro II RJ)

562. Neoliberalismo e reforma do Estado no Brasil: intelectuais e elites orgânicas na construção de uma agenda neoconservadora

João Paulo de Oliveira Moreira (Mestrando, História, UFF)

563. Neoliberalismo: o Estado máximo para o capital

Janaina da Silva Bezerra (Mestranda, História, UFF)

Mesa Coordenada 59. Direito e marxismo: forma jurídica e crítica do capitalismo

Local: Bloco E, 4º andar, Sala 403

591. Elementos para uma crítica marxista da teoria do direito de Habermas

Mozart Silvano Pereira (Mestre, Filosofia do Direito, UFPR)

592. Direito e Revolução em Petr Stutchka

Moisés Alves Soares (Doutorando / Professor, SOCIESC)

593. Direito e imperialismo na privatização dos bancos estaduais do Brasil

Yuri Gabriel Campagnaro (Mestrando, Direito, UFPR)

594. Direitos humanos e emancipação social: uma aproximação da ontologia lukacsiana

Alexandre Aguiar dos Santos (Doutor / Professor, UFG)

Mesa Coordenada 63. Teoria marxista da dependência: contribuições à interpretação marxista da realidade latino-americana

Local: Bloco F, Auditório (Térreo)

631. Una primera aproximación a la Teoría Marxista de la Dependencia

Angela Analía Garofali Patrón (Graduanda, UNILA), Sofía Escobar Samurio (Graduanda, UNILA), Susana Zubillaga (Graduanda, UNILA), Caren Freitas de Lima (Graduanda, UNILA) & Rodrigo Alonso (Graduando, UNILA)

632. A teoria marxista da dependência: razões do exílio intelectual

Ailton Teodoro de Souza Pereira (Graduado, Ciências Sociais, USP)

633. A “questão social” na América Latina – aportes desde a teoria marxista da dependência

Jonathan Henri Sebastião Jaumont (Graduado, Serviço Social, UFSC)

634. Superexploração da força de trabalho segundo Ruy Mauro Marini

Andrea Cecilia HaroSly (Graduando, UNILA)

635. A superexploração da força de trabalho no Brasil (2003-2013)

Arland Tássio de Bruchard Costa (Graduando, Economia, UFSC)

SESSÃO DE MESAS COORDENADAS 4

QUARTA-FEIRA, DIA 02 DE OUTUBRO, 14:30 – 17:30

Mesa Coordenada 17. O Estado ampliado como ferramenta metodológica: estudos de caso

Local: Bloco O, 2º andar, Auditório (Sala 209)

171. Repensando o extensionismo na perspectiva do Estado ampliado (1965-1974)

Pedro Cassiano Farias de Oliveira (Doutorando, História, UFF)

172. A questão agrária brasileira e as relações sociedade civil e sociedade política

Melissa de Miranda Natividade (Mestre, História, UFF)

173. Estado, intelectuais e política (1930-1940)

Maurício Gonçalves Margalho (Doutorando, História, UFF)

174. Estado ampliado como ferramenta metodológica

Sonia Regina de Mendonça (Doutora, História Econômica, USP / Professora, História, UFF)

Mesa Coordenada 31. Democracia e classes sociais no Brasil recent

Local: Bloco O, 5º andar, Sala 516

311. Democracia, marxismo e revolução burguesa: Florestan Fernandes e a “Redemocratização” (1976-1984)

Hugo Alexandre de Lemos Bellucco (Doutorando, História, UFF)

312. A constituinte de 1988 e a transição (1985 a 1988)

Marília El-Kaddoum Trajtenberg (Mestranda, História, UFF)

313. Apontamentos teórico-analíticos sobre as (im)possibilidades da democracia no Brasil, a partir da “transição democrática” de 1974 a 1989

Rejane Carolina Hoeveler (Mestranda, História, UFF)

314. Um novo momento da ascensão burocrática na CUT: a construção dos assim chamados “espaços públicos não estatais” (1999-2003)

Rodrigo Dias Teixeira (Doutorando, História, UFF)

Mesa Coordenada 32. Marxismo latino-americano e a crítica da economia política (novo)desenvolvimentista

Local: Bloco F, Auditório (Térreo)

321. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no Brasil contemporâneo

Rodrigo Castelo (Doutor / Professor, Serviço Social, UNIRIO)

322. O gigante sonâmbulo

Marina Machado Gouvea (Mestre / Professora, UNILA)

323. (Novo)Desenvolvimento e cidadania? Ensaio crítico a cidadania requerida no novo-desenvolvimentismo tupiniquim do Governo Roussef

Mirella Farias Rocha (Doutoranda, Serviço Social, UFRJ)

324. O início do fim: notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo

Rodrigo Castelo (Doutor / Professor, Serviço Social, UNIRIO) & Fernando Correa Prado (Doutorando, Economia Política Internacional, UFRJ)

Mesa Coordenada 42. Historicidade do capitalismo e crítica marxiana: considerações a partir dos textos de juventude e da maturidade

Local: Bloco D, Auditório Florestan Fernandes (Térreo)

421. As crises na dinâmica histórica do capitalismo: algumas considerações a partir da obra de Karl Marx

Demian Bezerra de Melo (Doutor, História, UFF / Professor, História, UFRJ)

422. Da natureza da história – considerações sobre *A Ideologia Alemã*

Gustavo Chataignier (Doutor, Filosofia, Universidade de Paris VIII / Professor, Comunicação Social, PUC-RJ)

423. O papel teórico da revolução em *A Ideologia Alemã*

Ivan Dias Martins (Mestrando, Filosofia, UERJ)

424. Carolus Henricus Marx: Bonn, Berlim e Jena. Marx em seus tempos studentis

Marcos José de Araújo Caldas (Doutor / Professor, História, UFRRJ)

Mesa Coordenada 48. A concepção de natureza em Marx e a crítica da questão ambiental

Local: Bloco D, 3º andar, Sala 318 – Sala Paulo Freire

481. Direitos de propriedade e a contenção do ímpeto poluidor: crítica da fé eco-mercantil

Eduardo Sá Barreto (Doutor, Economia, UFF / Professor, Economia, UFJF)

482. Metodologia de análise crítica do processo de agregação de valores

Mylene Nogueira Teixeira (Doutor / Professora, UENF)

483. A questão ambiental pela ótica da concepção de natureza em Marx

Rafael Kruter Flores (Doutor, Administração / Professor, UFRGS)

Mesa Coordenada 52. Educação formação humana e a crítica marxista

Local: Bloco D, 2º andar, sala 207

521. A formação humana na perspectiva da psicologia historico-cultural

Samantha Macedo Lima (Mestranda, UECE)

522. Dualidade educacional brasileira, ensino médio integrado e a perspectiva da formação humana na acepção marxiana-gramsciana

César Lima Costa (Mestre, Educação Brasileira, UFC)

523. Gramsci, a crise da escola e a perspectiva da emancipação humana: uma análise ontológica

Joeline Rodrigues de Sousa (Doutoranda, Educação, UFC / Professora, UFC)

524. Educação e a formação da classe trabalhadora: artimanhas ideológicas do capitalismo

Rosângela Ribeiro da Silva (Mestre, Educação Brasileira, UFC)

Mesa Coordenada 57. Práxis e sociologia educacional marxista

Local: Bloco D, 2º andar, sala 216

571. Sociologia no ensino médio e a perspectiva marxista

Ricardo Cesar Rocha da Costa (Mestre, Ciência Política, UFF / Professor, IFRJ)

572. Indústria educacional no estágio tardio do espetáculo

Sergio Ricardo Alves de Oliveira (Doutorando, Serviço Social, UFRJ / Professor, IUPERJ/UCAM e UFRRJ)

573. A pedagogia das competências e a corrosão dos sentidos críticos do ensino de sociologia

Valéria Lopes Peçanha (Mestre, Serviço Social / Professora, Rede Estadual RJ e Colégio Pedro II)

Mesa Coordenada 70. Tentativas sobre György Lukács

Local: Bloco E, 4º andar, Sala 405 (Auditório)

701. Individuação e sociabilidade em *Para uma ontologia do ser social*

Lucas Souza (Mestrando, UFMG)

702. La categoría de segunda naturaleza y el *Clasicismo alemán* en *El alma y las formas* (1911), *Teoría de la novela* (1914/15; publ. 1920), *Historia y conciencia de clase* (1922) y *Escritos de Moscú* (1934) de György Lukács

Martín Koval (Doutor / Professor, UBA e Conicet)

703. Presencia y función de Goethe en los escritos de Lukács del período berlinés

Miguel Vedda (Doutor / Professor, UBA e Conicet)

704. Ontología y marxismo en la obra del viejo Lukács

Julián Fava (Professor, Filosofía, UBA)

SESSÃO DE MESAS COORDENADAS 5 QUINTA-FEIRA, DIA 03 DE OUTUBRO, 10:00 – 13:00

Mesa Coordenada 11. Teoria social marxista, trabalho e reificação: reflexões teóricas e expressões capitalistas contemporâneas

Local: Bloco E, 2º andar, Sala 201

111. Trabalho, ser social e desumanização: a concepção de alienação no último Lukács

Cézar Henrique Miranda Coelho Maranhão (Doutor / Professor, Serviço Social, UFRJ)

112. Capitalismo atual, reificação e as novas formas de gestão dos processos de trabalho: o caso do pólo de confecções do Agreste em Toritama – PE

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues (Mestre / Professora, Serviço Social, UFF)

113. No caminho da Ontologia: a categoria da reificação e a autocrítica lukacsiana de 1967

Henrique André Ramos Wellen (Doutor / Professor, Serviço Social, UFRJ)

114. Os transgressores da reificação: as contribuições de Lukács e Rubin

Fernando Leitão Rocha Junior (Doutor / Professor, UFVJM)

Mesa Coordenada 13. A economia política de Rudolf Hilferding

Local: Bloco O, 2º andar, Auditório (Sala 209)

131. Crítica ao debate sobre a teoria do capital financeiro de Hilferding

Gabriela Fernandes Feliciano Murua (Mestranda, Ciências Sociais, UNIFESP)

132. A construção lógica e as manifestações históricas do capital financeiro de Hilferding

Leandro Ramos Pereira (Doutorando, Ciências Econômicas, UNICAMP)

133. A questão do Estado e as lutas e classe em "O capital financeiro" de Hilferding

Thiago Fernandes Franco (Doutorando, Ciências Econômicas, UNICAMP)

Mesa Coordenada 37. A categoria alienação na obra de Karl Marx e seus desdobramentos no modo de produção capitalista

Local: Bloco E, 2º andar, Sala 203

371. Alienação e reificação no desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista

Ellen Lucy Tristão (Mestre, Serviço Social, UFRJ / Professora, UFVJM)

372. A reificação da vida cotidiana: notas para uma introdução crítica

Petrus Alves Freitas (Graduando, Economia, UFVJM)

373. Apontamentos sobre a categoria marxiana da alienação nos *Manuscritos econômico-filosóficos*

Swelen Yasmin Delgado de Aguilár (Graduanda, Economia, UFVJM)

Mesa Coordenada 38. Contribuições para a compreensão da crise contemporânea

Local: Bloco E, 4º andar, Sala 405 (Auditório)

381. O conceito de crise estrutural em Immanuel Wallerstein

Fábio Pádua dos Santos (Doutorando, Desenvolvimento Econômico, UNICAMP)

382. Crise estrutural do capital: uma interpretação da atual depressão econômica

Henrique Pereira Braga (Doutorando, Economia, UNICAMP)

383. Teoria do Estado, abordagem estratégico-relacional e economia política cultural – contribuições de Bob Jessop para a compreensão da crise capitalista contemporânea e suas metamorfoses

Pedro Mendes Loureiro (Mestrando, Economia, UNICAMP)

384. Veblen e Marx em tempos de crise – um diálogo possível

Roberto Resende Simiqueli (Doutorando, Desenvolvimento Econômico, Unicamp)

Mesa Coordenada 41. Formação humana entre conceitos e práticas

Local: Bloco D, Sala Paulo Freire (3º andar, Sala 318)

411. Formação integral: possibilidades e desafios da integração entre cultura e educação

Fernanda Santana Rabello de Castro (Mestre, Educação / Educadora, Museu da Chácara do Céu, IBRAM)

412. A reorganização do Estado para a oferta do ensino fundamental no Brasil pós-Constituição Federal de 1988: as disputas e aproximações entre público e privado no âmbito da sociedade civil e do(s) governo(s)

Luiz de Almeida Batista Pustiglione (Mestrando, Educação, FEUFRJ / Servidor Técnico Administrativo em Educação, UFRJ)

413. O transformismo ou guerra de posição? A atuação do SEPE-Ita no conselho do FUNDEB

Marco Vinícius Moreira Lamarão (Mestre, Educação / Professor, Rede Municipal de Itaboraí e Colégio Pedro II)

414. Pesquisa científica: parte essencial da formação docente ou negócio rentável do mundo capitalista

Simone Silva (Mestre, Educação)

Mesa Coordenada 44. Marx, marxismo e o debate sobre as crises econômicas

Local: Bloco F, Auditório (Térreo)

441. O debate marxista sobre a causa da crise atual: conteúdo e forma de manifestação do fenômeno

Edson Mendonça da Silva (Bacharel, Economia, UFF)

442. Armas da crítica para a crise econômica atual

Flávio Ferreira de Miranda (Doutorando, Economia, UFF)

443. Esboço crítico de uma interpretação das crises econômicas: a abordagem de Ernest Mandel

Paulo Henrique Furtado de Araujo (Doutor / Professor, Economia, UFF)

444. Lei de Marx: Pura lógica? Lei empírica?

Eleutério F. S. Prado (Professor, FEA, USP)

Mesa Coordenada 50. Materialismo histórico e cultura: perspectivas para a análise da cultura no capitalismo tardio

Local: Bloco E, 2º andar, Sala 205

501. “Estrutura de sentimento”: reflexões conceituais e metodológicas a partir da análise da “Marcha para Jesus”

Raquel Sant’Ana da Silva (Doutoranda, Antropologia Social, UFRJ)

502. O pensamento crítico de Walter Benjamin: a consagração do Tropicalismo lida a partir da ideia do despertar presente em *Passagens*

Henrique Campos Monnerat (Mestre, Teoria da Literatura, UFRJ / Professor, Rede Estadual RJ)

503. A teoria materialista da arte em Walter Benjamin

Rafael Zacca Fernandes (Mestrando, Filosofia, UFF)

Mesa Coordenada 60. Questão agrária no Brasil e na Itália: partidos de esquerda e movimentos camponeses no pós-ditadura

Local: Bloco D, Auditório Florestan Fernandes (Térreo)

601. O Partido Comunista Italiano no governo de coalizão e as lutas meridionais (1945-1947)

Andreia Pagani Maranhão (Doutoranda, Ciência Política, UNICAMP)

602. As lutas camponesas no segundo pós-guerra italiano: o primatobolonhese

Elena Schembri (Mestranda, Ciência Política, UNICAMP)

603. A transformação do projeto de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Alexander Maximilian Hilsenbeck Filho (Doutorando, Ciência Política, UNICAMP)

604. O Partido dos Trabalhadores e a questão agrária no Brasil: alterações programáticas

Luciana Henrique da Silva (Doutora, Ciências Sociais)

Mesa Coordenada 61. A política, o Estado e a ética: elementos de um debate marxista para além da emancipação política

Local: Bloco E, 2º andar, Sala 207

611. O Estado democrático de direito: a institucionalização das lutas sociais e a ideologização da memória coletiva

Alexandre de Jesus Santos (Mestrando, Memória, UESB) & José Rubens Mascarenhas de Almeida (Doutor, Ciências Sociais, PUC-SP / Professor, História, UESB)

612. Ética e política em Lukács

Glauber Andrade Silva Leal (Graduado, História, UESB / Professor, Ensino Básico)

613. Marx e a crítica ontológica: as limitações da política para o desenvolvimento da omnilateralidade

Bruno Gonçalves da Paixão (Graduado, História, UESB / Professor, Ensino Fundamental e Médio)

Mesa Coordenada 67. Venezuela bolivariana: construção do socialismo em debate

Local: Bloco O, 5º andar, Sala 516

671. Renda petroléira e processo bolivariano: algumas reflexões sobre uma nova siembra petroléira

Vicente Neves da Silva Ribeiro (Mestre, História, UFRGS / Professor UFFS)

672. A Venezuela entre 1999-2012: uma análise do governo de Hugo Chávez e do socialismo do século XXI

Rafael Pinheiro de Araujo (Mestre, História, PPGHC/RJ / Professor UNILASSALLE)

673. O socialismo do século XXI e a “democracia participativa y protagónica” na Venezuela bolivariana

Mariana Bruce (Mestre, História, UFF / Professora, Ensino Básico)

674. A construção do Estado comunal em Torres, Venezuela

Felipe Addor (Doutor, Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ / Professor, UFRJ)

SESSÃO DE MESAS COORDENADAS 6

QUINTA-FEIRA, DIA 03 DE OUTUBRO, 14:30 – 17:30

Mesa Coordenada 8. Emancipação humana – motor e eixo organizador do pensamento marxiano

Local: Bloco D, 2º andar, Sala 207

81. Karl Marx e Jürgen Habermas: trabalho ou linguagem como meio para a emancipação humana?

Sandro Assencio (Doutor, Ciências da Comunicação / Professor, Escola de Comunicações e Artes, USP)

82. Tragédia e revolução: uma leitura do debate sobre Franz von Sickingen entre Marx, Engels e Lassalle

Ana Aguiar Cotrim (Doutoranda, Filosofia, USP)

83. Crítica da política e emancipação humana em Marx

Tomás Bastian de Sousa (Doutorando, Filosofia, USP)

84. Oposição entre potência produtiva e potência de valorização: uma leitura dos Grundrisse

Vera Aguiar Cotrim (Doutoranda, História Econômica, USP)

Mesa Coordenada 21. Marx pensador da cultura

Local: Bloco D, 3º andar, Sala 318 – Sala Paulo Freire

211. Lukács: o passado e a arte como auto-experimentação da humanidade

Juarez Torres Duayer (Doutor / Professor, Arquitetura, UFF)

212. A dinâmica da cultura no capitalismo sob uma perspectiva marxista

Paulo Rodrigues Gajanigo (Doutor, Ciências Sociais / Professor, Ciências Sociais (Campos), UFF)

213. A trajetória das políticas públicas de cultura no Brasil

Elisabeth Soares da Rocha (Doutoranda, Educação, UFF / Professora, Artes, IFF)

214. Marx e a educação na Comuna de Paris

Wanderson Fabio de Melo (Doutor, História, PUC/SP / Professor, UFF)

Mesa Coordenada 30. De Marx a Gramsci: a vitalidade da análise política marxista a partir dos conceitos de Estado, sociedade civil e hegemonia

Local: Bloco E, 4º andar, Sala 405 (Auditório)

301. Realismo e dialética na análise política marxiana. Uma Apreciação da reflexão de Marx sobre o Estado e as instituições políticas modernas

Cleber Andrade (Mestre, Sociologia / Professor, UFF)

302. O curto verão das expectativas estatais de Karl Marx

Felipe Mello da Silva Brito (Doutor, Serviço Social / Professor, UFF)

303. Janus em ação: uma apreciação marxista acerca do duplo papel dos fundos públicos na dinâmica de manutenção da hegemonia

Rodrigo Silva Lima (Mestre, Serviço Social / Professor, UFF)

304. Estado versus Sociedade Civil? A urgente atualidade da política gramsciana

Victor Leandro Chaves Gomes (Doutor, Ciência Política / Professor, UFF)

Mesa Coordenada 39. Contribuições da crítica marxista para a análise de atuais tendências do Estado brasileiro

Local: Bloco D, 2º andar, Sala 216

391. A perspectiva neodesenvolvimentista do Estado brasileiro e as políticas sociais

Mariana Pfeifer (Doutoranda, Educação, UFPR / Professora, UFF)

392. Estado, sociedade civil e hegemonia: a disputa na política de saúde brasileira

Carolina Rodrigues Costa (Mestranda, Serviço Social, UFSC / Assistente Social do Tribunal de Justiça de SC), Edinaura Luza (Doutoranda, UFSC), Fabiana Luiza Negri (Doutoranda, UFSC) & Ivete Simionatto (Doutora, Serviço Social PUC/SP / Professora, UFSC)

393. Estado e intersectorialidade: críticas às estratégias burocrático-gerenciais

Silvana Marta Tumelero (Doutoranda, UFSC / Professora, UFPR) & Vera Maria Ribeiro Nogueira (Doutora, Enfermagem / Professora, Universidades Católica de Pelotas e Federal de Santa Catarina)

Mesa Coordenada 46. Teoria marxiana da história e o mundo capitalista não desenvolvido

Local: Bloco D, Auditório Florestan Fernandes (Térreo)

461. Ainda sobre a teoria da História em Marx

André Guimarães Augusto (Doutor, Economia, UFRJ / Professor, Economia, UFF) & Marcelo Dias Carcanholo (Doutor, Economia, UFRJ / Professor, Economia, UFF)

462. Leis de funcionamento do capital, níveis de abstração e economia mundial

Alexis Saludjian (Doutor / Professor, Economia, UFRJ)

463. Notas críticas à Marx e a América Latina, de José Aricó

Hugo Figueira de Souza Corrêa (Doutor, Economia, UFF / Professor, Economia, UFF) & Flávio Ferreira de Miranda (Doutorando, Economia, UFF)

464. Para uma crítica à utilização da categoria “superexploração da força de trabalho” como manifestação da globalização nos países centrais

Pedro Henrique Evangelista Duarte (Doutorando, Desenvolvimento Econômico, UNICAMP / Professor, Economia, UFG) & Marisa Silva Amaral (Doutora, Economia do Desenvolvimento, USP / Professora, Economia, UFU)

Mesa Coordenada 65. Movimentos sociais, formação humana e educação: a luta por um projeto energético popular

Local: Bloco D, 2º andar, Sala 218

651. A trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens no contexto da luta de classes do século XXI no Brasil

Liciane Andrioli (Coordenadora, Coletivo de Educação, Movimento Atingidos por Barragens)

652. Desafios à organização da classe trabalhadora do campo: formação política no Coletivo de Comunicação do MAB

Alexania Rossato (Mestre, Comunicação Social / Coordenadora, Coletivo de Comunicação, Movimento Atingidos por Barragens)

653. Formação humana e educação: entre a luta de classes, a formação humana do proletariado e a educação popular de Paulo Freire

Alice Akemi Yamasaki (Doutora, Educação / Professora, UFF)

Mesa Coordenada 69. Os desafios da educação socialista: as contribuições de Lenin, Krupskaja, Vigotski, Pistrak e Makarenko

Local: Bloco F, Auditório (Térreo)

691. Lev Vigotski e os desafios da educação socialista

Zoia Prestes (Doutora / Professora, UFF)

692. A perspectiva da educação socialista em Lenin e Krupskaja

Edison Riuitiro Oyama (Doutor / Professor, Educação, UFRR)

693. Pensar a escola do trabalho hoje – contribuições de Pistrak

Lorene Figueiredo (Mestre / Professora, UFF)

694. Anton Makarenko e a educação do coletivo na sociedade socialista

Kenia Aparecida Miranda (Doutora / Professora, Educação, UFF)

Mesa Coordenada 1. Aspectos da luta de classes no contexto da dependência

Coordenadora: Isabela Ramos Ribeiro

Ementa: A mesa pretende tratar diferentes aspectos da luta de classes, evidenciando as contradições e disputas estabelecidas entre as classes sociais e suas particularidades nos países de economia dependente. Os aspectos ressaltados nos trabalhos perpassam a necessidade de análise do Estado como mediador fundamental dos interesses de classes. Procura-se desenvolver contribuições à superação da dependência e das relações de exploração capitalistas, a partir da retomada de importantes instrumentos políticos, como o nacionalismo revolucionário, as políticas públicas contra-hegemônicas e a busca permanente pela apreensão da constituição dos blocos de poder e das classes sociais no Brasil.

Artigo 11. Composição do bloco de poder nos governos FHC e Lula: frações de classe em disputa no interior da burguesia

Allan Kenji Seki (Pós-graduando, Educação, UFSC)

Resumo: Este trabalho pretende apontar algumas características da composição da classe dominante na transição do governo FHC (1995-2002) ao governo Lula (2003-2010). Compreende-se que este período significou historicamente o aprofundamento do pacto de classes formado a partir da década de 1990. Com isso, visa contribuir para a análise do momento atual do pacto de classes. Procura-se também apreender para quais direções a burguesia aglutinada nesse bloco de poder está dirigindo as políticas, no contexto do capitalismo dependente brasileiro e no cenário de crise internacional do capitalismo. Busca-se evidenciar, então, a abertura de possibilidades de disputas para a classe trabalhadora, a partir do esquadramento do sentido histórico do governo PT. Considera-se, portanto, que as classes não são blocos homogêneos, mas se caracterizam pela coesão de frações de classes que constituem tais unidades contraditórias. E travam, no interior dessas unidades, lutas internas pela hegemonia política e pela valorização de seus capitais.

Artigo 12. A disputa por políticas públicas como possibilidade de construção contra-hegemônica nos países dependentes

Isabela Ramos Ribeiro (Pós-graduanda, Serviço Social, UFSC)

Resumo: O trabalho busca relacionar a luta entre classes sociais com a disputa por políticas públicas como possibilidade de realização dos direitos sociais e da construção de uma nova hegemonia própria das classes subalternas nos países chamados dependentes ou periféricos, por entender que este lugar na divisão internacional do trabalho permite uma análise particular das políticas públicas sociais. Compreende-se que os mecanismos de manutenção da dependência, como a superexploração do trabalho, evidenciam ainda mais as disparidades advindas da contradição entre capital e trabalho. Parte-se da premissa de que as contradições sociais inerentes à "lei geral da acumulação capitalista" colocam a necessidade de disputas políticas, econômicas e ideológicas entre Estado e setores da sociedade civil, possibilitando, no processo de conquistas de direitos, a construção de uma contra-hegemonia anticapitalista por parte da classe trabalhadora. São tomados como principais referências autores como Marx, Gramsci, Marini, Baran e Sweezy, além de diversos outros que pensam a realidade e a política social de forma crítica e histórica, considerando as particularidades brasileiras. O objetivo estabelecido, então, é apontar como as lutas por direitos em países dependentes permitem despertar uma consciência de classe contra-hegemônica, superando políticas sociais exclusivamente reformistas e avançando para a luta por uma transformação social mais ampla e necessária.

Artigo 13. Nacionalismo e luta de classes no capitalismo dependente

Tomás de Siervi Barcellos (Graduando, Ciências Econômicas, UFSC)

Resumo: O presente artigo busca analisar a utilização do nacionalismo na luta de classes como possível instrumento político da classe trabalhadora dos países periféricos, em especial os latino-americanos. Para cumprir este objetivo, o artigo divide-se em três partes. A primeira versa sobre a constituição das classes dominantes locais e seu caráter antinacional. Nesta seção busca-se evidenciar, no seio da luta de classes, as diferenças entre as revoluções burguesas nos atuais países imperialistas e as "revoluções burguesas"

que aconteceram nos países latino-americanos, quando ocorreram. Na segunda seção, pretende-se desenvolver, desde o ponto de vista dos países dependentes, as conseqüências da opressão imperialista, destacadamente a transferência de valor, e sua resolução na luta de classes: a superexploração da força de trabalho. Desta forma, a dependência e a questão nacional se apresentam como problema de classe. Por fim, a seção final procura analisar como as classes sociais latino- americanas podem utilizar/utilizam o nacionalismo como instrumento político. Destaca-se (i) o uso feito do nacionalismo pelas classes dominantes como meio de “barganha” com as burguesias estrangeiras, sabidamente as imperialistas e (ii) a necessidade de seu uso pelo proletariado como instrumento político de sua emancipação e forma concreta de construção do internacionalismo.

Mesa Coordenada 2. Marxismo e revolução na América Latina

Coordenador: Bernardo Soares

Ementa: A contingência histórica de realizar uma revolução social em países marcados pelo atraso do desenvolvimento das forças produtivas permeou os principais debates no interior da tradição marxista nos países latino-americanos, e até hoje ainda suscita importantes discussões.

Nesse sentido, essa mesa coordenada tem por propósito resgatar momentos-chave dessa polêmica, desde a atualidade do pensamento de Marx e de sua contribuição para a compreensão da realidade latino-americana, assim como de outros autores que se enquadram na mesma tradição, tais como José Carlos Mariátegui e Caio Prado Júnior, cada qual contribuindo a seu modo para uma interpretação original de sua realidade nacional e se engajando na construção da revolução latino-americana. Não obstante, o principal objetivo é justamente pensar como tais questões são colocadas hoje, quando, passado um período de reestruturação do capital, de acomodação de importantes forças políticas e de refluxo dos movimentos sociais contestatórios, o que no Brasil se cristaliza com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, abre-se novamente a possibilidade para que novos e velhos agentes voltem a ensaiar novos projetos de superação de uma sociedade marcada pela lógica do capital.

Artigo 21. Caio Prado Jr e a crise do movimento comunista

Luís Eduardo Fernandes (Graduado, História, UFF / Professor Ensino Básico)

Resumo: Brasil, anos 60, a esquerda brasileira (em especial os comunistas) transita do estágio de euforia e crença na proximidade do poder político para a amargura, rachas, críticas e enfraquecimento político social. Um dos balanços críticos mais arrasador, polêmico e lido foi, sem dúvida, "A revolução Brasileira" de Caio Prado Jr, publicado em 1966. O intelectual comunista é taxativo ao apontar a insuficiência teórica para uma teoria da revolução brasileira como elemento central explicativo para o despreparo das esquerdas dois anos antes.

A ênfase na paralisia teórica dos comunistas na crítica caiopradiana, para muitos, se explica pela marginalidade de Caio Prado no PCB. Questão explicada a partir do fato de Caio nunca ter assumido cargos nacionais de direção no Partidão. Contudo é inegável que esta argumentação se mostra insuficiente, se abstermos o conjunto de práticas políticas circunscritas a cultura política e organizativa comunista do período.

Cultura comunista, no bojo dos seus aspectos teóricos, políticos e organizativos, já se encontrava em profunda crise internacional, desde a dissolução da Internacional Comunista no contexto da Guerra e se intensificando no XX Congresso do PCUS. Questão que se conectou com a intervenção política dos Partidos Comunistas pelo mundo, inclusive o PCB.

Partindo da crítica teórica de um intelectual comunista dos mais atuantes nas décadas de 40,50 e 60 do último século, acreditamos que poderemos captar as contradições da "anatomia" dos impactos da crise do movimento comunista internacional no Brasil.

Artigo 22. Marxismo e revolução: o Brasil e o retrocesso político nas décadas de 1990 e 2000

Hiran Roedel (Doutor, Comunicação, UFRJ / Técnico em Assuntos Educacionais, UFRJ)

Resumo: Nas duas últimas décadas, o Brasil vivenciou transformações significativas divididas em dois grandes momentos: o governo do PSDB e o governo do PT.

Os anos de 1990 corresponderam ao processo de reordenação das forças políticas e ideológicas, permitindo a emergência de dois aspectos relevantes: um econômico e outro político. No econômico, uma série de medidas foi implantada de modo a adequar a economia do país aos novos parâmetros internacionais, parâmetros esses convencionalmente designados de globalização; já no campo político o cenário implicou na desestruturação do movimento sindical e combate aos movimentos sociais, bem como na afirmação da hegemonia capitalista neoliberal.

Tal processo implicou em dois momentos, o dos anos 90 que correspondeu à conjuntura de tensão entre a reestruturação econômica e a pressão do movimento sindical, enquanto que na década seguinte percebe-se a acomodação das forças políticas que passa a vivenciar um sindicalismo dócil, adequado à nova dinâmica, ao deslocar a disputa política para o campo jurídico subordinado sindicalismo ideologicamente. Nesse sentido, observa-se a conciliação do modelo de sindicalismo capitaneado pelo PT e o empresariado,

representando, desse modo, um refluxo da luta política no momento que a lógica empresarial se constituiu em força ideológica hegemônica.

Este trabalho analisa, portanto, a conjuntura de retrocesso político da classe trabalhadora, vivenciada no país nessas duas décadas, e o papel do PT como força política protagonista.

Artigo 23. Marx e América Latina: permanências culturais e projeto revolucionário

Fernando Antonio da Costa Vieira (Doutor, Sociologia Antropologia, UFRJ / Professor, IUPERJ)

Resumo: O presente trabalho tem como proposta refletir acerca da influência do marxismo na América Latina, em especial, na construção de um projeto cultural, notadamente na educação.

A emergência da Revolução Cubana no início dos anos 1960 resultou numa ampliação do ideário revolucionário com a percepção de que a transformação revolucionária transcendia a esfera política e econômica, incorporando também o Campo cultural.

A América Latina vivenciou então, um período fértil em experiências culturais centradas no marxismo e, que buscavam construir um ator político consciente de seu papel histórico e crítico ante a sua realidade social. Educar para a transformação social e produzir uma arte crítica eram metas almejadas pelos marxistas latino-americanos do período.

Artigo 24. O marxismo não-romântico de José Carlos Mariátegui e a revolução latino-americana

Bernardo Soares Pereira (Mestrando, História, UFF / Professor, Ensino Básico)

Resumo: Contemporâneo ao período no qual no interior do movimento comunista já começava a se cristalizar a estratégia de uma revolução democrático-burguesa para os chamados países coloniais ou semicoloniais, Mariátegui realiza uma monumental “análise concreta de uma realidade concreta”, desenvolvendo uma complexa e difícil síntese entre a especificidade local da realidade peruana e o marxismo enquanto uma teoria universal de emancipação da classe.

A partir da análise da realidade peruana, Mariátegui chega à conclusão da coexistência de três modos de produção em seu país - o feudal, ainda resquício da colonização; o capitalista, sobretudo nas áreas mais desenvolvidas da costa peruana; e o comunal, persistência das tradições incaicas - e propõe uma revolução socialista para o país, se distanciando das interpretações mais ortodoxas, para as quais seria impossível um país tão atrasado como o Peru chegar ao socialismo sem passar necessariamente por todas as “etapas” do desenvolvimento capitalista.

Contrapondo-se a uma vertente que enxerga tanto as críticas de Mariátegui à sociedade capitalista, quanto sua proposição política de uma revolução socialista para o continente como essencialmente romântica, o presente trabalho demonstra que, ainda que Mariátegui valorize alguns aspectos passados da sociedade indígena peruana, tal como suas tradições comunitárias, na construção do socialismo, o centro de sua proposição política não deriva de uma crítica partindo de pressupostos do passado, mas sim de uma análise objetiva do desenvolvimento das relações sociais peruanas.

Mesa Coordenada 3. Aproximações à revolução socialista na América Latina: heresias de Mariátegui, Che Guevara e Fidel Castro

Coordenador: Fernando Henrique Lemos Rodrigues

Ementa: Marxismo e América Latina; Revolução e América Latina; Nação e América Latina; Socialismo e América Latina; Nação e Socialismo na América Latina; Nação versus Socialismo na América Latina; Socialismo e Comunismo na América Latina; Prática Política e Estado na Transição Socialista na América Latina; Emancipação Política e Emancipação Humana sob o Prisma Latino-Americano; Estatuto Colonial e Burguesias Locais na América Latina; Luta de Classes e Neocolonialismo na América Latina; Cuba e Significado da Revolução Cubana; Peru e Socialismo Indo-Americano; José Carlos Mariátegui; Ernesto Che Guevara; Fidel Castro

Artigo 31. Os desafios do socialismo na América Latina: aproximações teóricas ao pensamento de Ernesto Guevara

Diogo Prado Evangelista (Mestre, Serviço Social, UNESP / Professor, UFVJM)

Resumo: O trabalho apresenta uma reflexão do desafio histórico da América Latina – permeada pelas tarefas da revolução nacional e da revolução comunista – a partir das aquisições do conjunto de escritos, cartas e conferências de Ernesto Guevara (o Che), no período de 1959 a 1965. O arsenal da atividade prático-crítico de Che aparece como expressão, primeiro, da continuidade do legado cultural de insurreições sociais populares e militares na região, reconhecida na inconclusa independência política e soberania econômica; segundo, da evidência, a partir da experiência revolucionária de Cuba, que as raízes de todos os males sociais de permanência do estatuto colonial encontram a sua necessária reprodução social na acumulação de capital na era do imperialismo monopolista, destaque, para o imperialismo estadunidense; terceiro, da demonstração de que o processo de supressão do estatuto colonial (revolução nacional) entrelaça nos rumos de transição socialista (revolução comunista). Na base e referência das mazelas sociais da América Latina, emerge e se desenvolve a interlocução crítica de Guevara com o marxismo, principalmente, das obras de Lênin e Marx. Dentre as questões do pensamento de Guevara com o marxismo, a “nação” e o “socialismo” ocupam o nervo central e norteador da exposição deste trabalho em suas derivações temáticas, em que foram relacionadas ao arcabouço teórico da crítica da política de Marx, tais como, a prática política e o Estado na transição socialista; a emancipação política e emancipação humana.

Artigo 32. Um líder e seu tempo – Fidel Castro: da luta anticolonial ao socialismo

Fernando Henrique Lemos Rodrigues (Mestre, Ciências Econômicas, Unicamp / Professor, UFRRJ)

Resumo: O legado de José Martí será fundamental para a articulação da resistência cubana à Ditadura de Batista nos anos 1950. Fidel Castro defenderá a Constituição de 1940 e a autodeterminação do povo cubano, cristalizada em bandeiras éticas, democráticas e nacionalistas. O Ataque ao Moncada (1953), a afirmação do Movimento 26 de Julho e o texto “A História Me Absolverá” permitirão a radicalização da postura de Castro e da luta política. O desembarque do Granma em 1956 e a instauração da guerrilha colocarão a situação de pobreza dos trabalhadores do campo – e seus desdobramentos – no cerne das preocupações. A Revolução “pelos humildes” ou “pelos pobres”, assim declarada em diversas ocasiões, está para além da retórica: constitui um verossímil registro das condições de gênese e desenvolvimento das transformações sociais em Cuba. A declaração do caráter socialista da Revolução e do marxismo-leninismo do Comandante-Em-Chefe, exatos cinco anos depois da chegada da embarcação, denotam a própria transfiguração do processo de mudança, a partir de desafios concretos que lançaram a Ilha contra os pilares da dependência e do subdesenvolvimento: o imperialismo e o latifúndio. Nosso trabalho busca dimensionar o papel da luta anticolonial e anti-imperialista, assim como do caráter nacional das reivindicações, na construção das condições objetivas e subjetivas que permitem o avanço da luta de classes para a construção do socialismo em Cuba. Análises do discurso e das ações políticas de Castro nos anos iniciais da Revolução Cubana permitirão aquilatar em que medida nação e socialismo se locupletaram e se contradisseram nesse processo.

Artigo 33. Revolução como construção original e heróica de um povo: o socialismo na perspectiva de Mariátegui

José Carlos Freire (Mestre, Filosofia, Faculdade São Bento / Professor, UFVJM)

Resumo: O presente trabalho pretende realizar uma aproximação ao marxismo de José Carlos Mariátegui (1894-1930), reconhecido como o primeiro e mais original pensador da América Latina a analisar a realidade nacional a partir do marxismo. O marxismo lhe aparece com duplo papel: de explicação da formação histórica peruana e de projeto revolucionário. O trabalho recorta textos produzidos pelo autor em seus últimos anos de vida (1928-1930), nos quais trata diretamente da realidade peruana e do socialismo. Dois momentos marcam nosso estudo: no primeiro, os combates realizados por Mariátegui, concomitantemente, ao modelo de anti-imperialismo de Haya de La Torre – líder político peruano – e à ortodoxia da III Internacional Comunista – representada na América Latina pelo dirigente do Secretariado Sul-Americano Victorio Codovilla. Guardadas as diferenças, as posições de La Torre e Codovilla têm em comum a referência ao evolucionismo etapista da história, segundo o qual, na América Latina, seria necessário primeiro realizar-se a revolução democrático-burguesa para que, na seqüência, fosse possível a revolução socialista. No segundo momento, trataremos de apresentar a proposta de socialismo indo-americano de Mariátegui. Pretende-se, ao final, evidenciar o aspecto do pensamento de Mariátegui que articula os dois momentos: a convicção de que a revolução burguesa poderia ter ocorrido e não ocorreu, cabendo, agora realizar a um só tempo a superação da estrutura colonial – a revolução nacional – e da ordem burguesa – a revolução socialista. Socialismo este que não seja decalque ou cópia do modelo europeu ou russo, mas sim construção original e heróica do povo peruano e latino-americano.

Mesa Coordenada 6. O debate do marxismo sobre o Estado. Problemas contemporâneos

Coordenadora: Mariela Becher

Ementa: A mesa se propõe discutir sobre as transformações contemporâneas das funções do Estado frente à crise estrutural do capital, à hipertrofia da função repressiva e à militarização da vida social, assim como também a necessidade de desenvolvimento de tecnologia e conhecimento para o mesmo fim. Por fim pretendemos analisar a crítica que Marx realiza à forma política Estado e às propostas de outras formas de organização social que surgem a partir dela.

Artigo 61. O capitalismo contemporâneo e a universidade na periferia

Scheilla Nunes Gonçalves (Mestre, Serviço Social, UFRJ / Professora, Serviço Social, UFF)

Resumo: O presente texto procura problematizar a produção social de conhecimento na contemporaneidade e os impactos de seu desenvolvimento histórico que atuam nas reconfigurações da função social da universidade periférica – no caso, a brasileira. Objetiva mostrar o lugar de destaque das questões do desenvolvimento das forças produtivas, da crise estrutural, da refuncionalização do Estado, e do capitalismo periférico para a análise do tema tratado. Aborda, deste modo, o contexto da crise capitalista contemporânea e suas implicações expressas na refuncionalização do Estado – evidenciando o vínculo intrínseco deste último com o mercado – que desembocam na recente reconfiguração da universidade. Considera, para a análise da universidade brasileira, a maneira peculiar pela qual tal processo se expressa na periferia, marcado pela efetivação de “reformas” do Estado que são regidas por Organismos Internacionais. Pretende elucidar, a partir dessas chaves teóricas de compreensão da realidade, o sentido da reforma que é operada no Ensino Superior; argumenta que a subordinação das universidades públicas, e de maneira mais óbvia, das demais instituições de ensino superior, aos imperativos do capital, não parece se estabelecer apenas nos termos dos alardes em torno da privatização do ensino caracterizada pelo estabelecimento de práticas mercantis que envolvam a participação dos setores empresariais nessa área; ocorre que a subsunção da produção de conhecimento às necessidades do capital, sobretudo, no ritmo acelerado do atual contexto histórico, efetivamente mantém a função social da universidade restrita à medida do valor de troca do que se produz em seu interior.

Artigo 62. A crise do capital e as mudanças nas funções do Estado

Javier Blank (Doutor / Professor, Serviço Social, UFRJ)

Resumo: A partir do resgate do debate marxista em torno das “funções do Estado” no seu vínculo estrutural com o Mercado, tecem-se hipóteses de trabalho a serem desenvolvidas posteriormente sobre as mudanças em curso na maneira em que o Estado realiza essas suas funções e especificamente uma mudança na própria articulação entre as funções de acumulação e de legitimação. As mudanças são avaliadas como manifestações da crise estrutural do capital que é também a crise do próprio Estado.

Artigo 63. Humanidade supérflua e a regulação armada da vida social

André Villar Gomez (Doutor / Professor, UFF)

Resumo: O capitalismo encontra-se em profunda crise estrutural e para sobreviver ele tem de recrudescer cada vez mais seus impulsos destrutivos. Uma das manifestações de sua destrutividade consiste na criminalização sistemática da pobreza. O Estado lança mão de vários expedientes repressivos para “conter” essa substância que excede aos estreitos limites da forma social. A prisão e o extermínio são duas de suas principais modalidades. Não é por acaso que irrompeu uma onda de aprisionamento em escala mundial desde a década de 1970 em todo o mundo. O Brasil é um dos países com maior número de presos e um dos mais violentos do planeta – a quantidade de mortos por causas violentas é de um país em guerra civil. Mas máquina de guerra policial-militar aponta também para os movimentos sociais e os indivíduos que se rebelam contra a ordem social existente. Tal tendência tende a se revelar cada vez mais no curso do agravamento da crise do capitalismo.

Artigo 64. Comuna e crise estrutural

Mariela Becher (Doutora, Serviço Social / Professora, Serviço Social, UERJ)

Resumo: El presente trabajo pretende analizar el debate presentado por Marx sobre la Comuna de París en su texto “La guerra civil en Francia”, colocando en este una crítica radical a la forma política Estado, como propuesta de organización social de la sociedad burguesa. Junto con este análisis, pretendemos mostrar como la forma política de la comuna fue utilizada y rescatado en otros períodos históricos, presentándose en los días actuales como una crítica histórica al Estado moderno.

La relectura de estos textos en una llave de crítica al Estado, nos permiten comprender como tanto para un autor como Mariátegui, con la recuperación de la “comuna incaica”, hasta la propuesta de los soviets en Rusia, tienen una base histórica y social que muestra que dicha crítica se torna fecunda en los momentos de pensar la organización de una sociedad fuera de los marcos de la sociedad burguesa.

La importancia que esta crítica cobra en los días actuales, frente a una crisis estructural, es de relevancia histórica que nos permita explicar y buscar nuevas formas emancipadas de orden social.

Mesa Coordenada 7. A Revolução Russa e a construção da pedagogia e psicologia soviética

Coordenadora: Niágara Vieira Soares Cunha

Ementa: Discutir sobre o desenvolvimento alcançado no campo da pedagogia e da psicologia soviética em seu encadeamento com o problema da transição socialista como elemento indissociável à luta pela superação das classes sociais e do estado, bem como apontando a luta teórica em torno do projeto educacional como parte ineliminável da luta de classes na contemporaneidade.

Artigo 71. O papel da brincadeira no desenvolvimento histórico e cultural da criança: uma leitura a partir da Psicologia Histórico-Cultural

Niágara Vieira Soares Cunha (Mestre, Educação, UECE)

Resumo: A discussão central apregoada neste artigo tem como eixo de análise o alicerce do desenvolvimento histórico e cultural da criança, tomando como base a atividade da criança, como também, o papel da brincadeira no processo de aprendizagem na educação infantil. Assim o nosso objetivo é analisar o papel que a brincadeira cumpre no processo de desenvolvimento histórico e cultural da criança, à luz do referencial teórico da Psicologia Histórico-Cultural. O percurso metodológico adotado para a efetivação desta pesquisa terá como referencial teórico o materialismo histórico-dialético. Para compreender o processo de formação do ser humano precisamos passar inicialmente pela análise das diferenças entre a atividade humana e a atividade animal, pois para Duarte (2004, p.46) "indagar-se sobre o que diferencia o gênero humano das espécies animais é indagar-se sobre o processo histórico de construção da cultura". Nesse sentido, tanto para Marx e Engels (2007), como para a Escola de Vigotski, os processos que diferenciam a atividade humana da atividade animal são os mesmos que produzem a historicidade do ser humano. O que é essencial para compreender a atividade da criança, isto é, o seu desenvolvimento e como esta é construída nas condições concretas de vida. Por fim, baseado no entendimento do conteúdo expresso na atividade da criança é que podemos revelar inicialmente a importância da brincadeira e o papel condutor da educação neste processo.

Artigo 72. Trabalho e linguagem em Luria: um estudo a partir da ontologia marxiana

Natália Ayres da Silva (Mestre, Educação, UFCE)

Resumo: Este artigo, resultado de uma pesquisa de mestrado, centra-se na análise das categorias trabalho e linguagem na obra de Alexander Romanovich Luria, a partir do pressuposto, presente na ontologia marxiana-lukacsiana, de que o trabalho foi o ato que fundou o mundo dos homens e todos os complexos que o comportam. Sob essa perspectiva, ao analisar as obras de Luria, constatamos que o tratamento dado pelo autor às categorias trabalho e linguagem se assenta nos preceitos fundamentais da ontologia do ser social, evidenciando o primado do trabalho em relação aos demais complexos, incluindo, assim, a linguagem, que surge das necessidades engendradas por ele. Nesse contexto, advoga que o trabalho comparece, juntamente com a linguagem, como o ato que forja a atividade consciente do homem, desenvolvendo neste, funções complexas, as quais não estão presentes nos animais.

Artigo 73. Escola do Trabalho Soviética: dois passos à frente, um passo atrás

Marcel Lima Cunha (Mestre / Professor, Faculdades INTA)

Resumo: O presente texto pretende apresentar a materialidade da proposta marxiana presente no projeto educacional soviético da Escola do Trabalho, em especial, as bases fundamentais dessa escola e seu desenvolvimento na realidade nos primeiros anos da revolução soviética. No que se referem às formulações teóricas de Pistrak, nos interessou especialmente, a apropriação das categorias fundamentais da Escola do Trabalho, a auto-organização dos alunos e as relações com a atualidade. Para isso, analisamos as obras Fundamentos da Escola do Trabalho e A Escola Comuna. Com a finalização desse percurso podemos afirmar que a Escola do Trabalho deu passos importantes na constituição de um novo modus operandi educacional. Em relação aos avanços, a relação entre professores e alunos no processo de organização da escola e de seus conteúdos ao modelo do soviéticos; a perspectiva internacionalista que a Escola do Trabalho assumiu na direção de formar lutadores contra o imperialismo a partir das relações com a atualidade; podemos dizer que deu dois passos na direção da emancipação humana na formulação material

e histórica das categorias: relação com a atualidade e auto-organização dos alunos. Mas, considerando as contradições do próprio processo de constituição da nova forma de sociabilidade e as dificuldades postas pela inexperiência dos jovens pedagogos com relação à elaboração da nova proposta educacional, há elementos, que estão presentes na própria crítica de Pistrak em 1934, que apontam passos para trás no processo de construção da emancipação humana. Trata-se do rebaixamento do papel da teoria ou da sobreposição do método ao conteúdo.

Artigo 74. A revolução socialista e a construção de uma teoria da educação: as revoluções no interior da revolução

José Pereira de Sousa Sobrinho (Mestre / Pesquisador, Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos) & Andreyson da Silva Mariano (Mestre / Professor, Ensino Básico)

Resumo: O presente artigo toma como objetivo assinalar a partir da experiência história da Revolução Russa de 1917 e dos fundamentos metodológicos inaugurados por Marx indicações norteadoras quanto à necessária refundação socialista das teorias da educação como elemento indissociável da luta histórica pela superação das classes sociais e do estado em contexto de transição, pós-revolução.

Mesa Coordenada 8. Emancipação humana – motor e eixo organizador do pensamento marxiano

Coordenador: Sandro Assencio

Ementa: Sabe-se que os textos de Marx não se organizam a partir das divisões tradicionais ou modernas das ciências. Na abordagem dos mais diversos objetos histórico-sociais, Marx elucida as suas dimensões filosóficas, econômicas, políticas, culturais, artísticas etc. Assim, os textos considerados econômicos podem ser as mais proveitosas fontes para acessar as ideias de Marx sobre a arte ou a linguagem, bem como os textos considerados políticos não se separam das noções econômicas e filosóficas, e assim por diante. A imbricação desses conteúdos indica, por si só, que Marx privilegia a elucidação da tessitura própria do objeto, em detrimento de certas classificações anteriores ao contato com o objeto. Nesse sentido, evidencia-se em Marx a prioridade do objeto sobre os princípios gnosiológicos. Contudo, desconsiderar a relevância, para tal visão objetiva, de certa disposição subjetiva tampouco seria condizente com o procedimento marxiano. A perspectiva da emancipação humana é perceptível como motor de seus escritos e de sua atividade prática. Essa perspectiva move e se confirma nos estudos marxianos, de modo que é entendida aqui como eixo organizador de sua produção teórica. O intuito desta mesa é apresentar o modo como essa perspectiva se manifesta no tratamento de quatro objetos histórico-sociais que tradicionalmente se incluem em áreas diversas do conhecimento: economia, política, arte e linguagem. Nas apresentações individuais, busca-se indicar também o modo como a abordagem marxiana ultrapassa as barreiras estritas dessas áreas, evidenciando as dimensões múltiplas de tais objetos.

Artigo 81. Karl Marx e Jürgen Habermas: trabalho ou linguagem como meio para a emancipação humana?

Sandro Assencio (Doutor, Ciências da Comunicação / Professor, Escola de Comunicações e Artes, USP)

Resumo: A presente comunicação tem como objeto a contraposição entre os pensamentos marxiano e habermasiano no que se refere à questão da emancipação humana geral. Karl Marx (1818-1883), desde o momento da instauração de seu *pensamento original* até seus últimos escritos, apontou na autodeterminação da atividade vital consciente do ser social – e no conseqüente revolvimento cabal do metabolismo social do capital, tendo como escopo sua superação – o meio para a emancipação humana geral. Por outro lado, Jürgen Habermas (1929), comumente identificado como representante máximo da segunda geração da *Escola de Frankfurt*, desde o momento *daguinada linguística* de seu pensamento – ou seja, de sua adesão crítica aos princípios teóricos da filosofia pragmática da linguagem de Austin, Searle e o segundo Wittgenstein – descarta o papel centralíssimo do trabalho ao afirmar que a emancipação humana geral só pode ser alcançada na esfera da linguagem, a partir dos atos de fala dos diferentes sujeitos linguisticamente competentes situados no *mundo da vida*. O objetivo de nossa comunicação é mostrar que o constructo teórico habermasiano está aquém da ontologia histórico-imanente do ser social marxiana, no que se refere à superação do mundo do capital. Para a presente comunicação, os escritos privilegiados para a análise serão *A ideologia alemã* (1845-46) e o *Manifesto comunista* (1848) de Marx e Engels, e *Técnica e ciência como 'ideologia'* (1968) e *a Teoria do agir comunicativo* (1981), de Habermas.

Artigo 82. Tragédia e revolução: uma leitura do debate sobre Franz von Sickingen entre Marx, Engels e Lassalle

Ana Aguiar Cotrim (Doutoranda, Filosofia, USP)

Resumo: Esta comunicação aborda o debate epistolar sobre *Franz von Sickingen – Eine Historische Tragödie* de Ferdinand Lassalle, entre Marx, Engels e Lassalle. O debate suscita como questão estética central a oposição entre *schillerizar* e *shakespearizar*. Nesses clássicos, Marx e Engels encontram dois modos diversos de composição trágica, distintos centralmente pela maneira de figuração do conflito trágico em sua dimensão universal. Em Shakespeare, a tendência ao concreto, em Schiller a tendência à abstração; em Schiller, a enunciação discursiva, em Shakespeare, a ação presente. Ao contrário de constituírem apenas formas diversas de expressão de um mesmo conteúdo, os meios poéticos moldam a matéria artística e lhe conferem significado, definindo o efeito da obra. Na crítica a Lassalle, Marx e Engels atrelam a escolha da escrita à *Schiller* às suas insuficientes considerações das lutas de classes, bem como da revolução, provindas da abstração própria à perspectiva burguesa, e ao conseqüente falseamento da colisão trágica que pretende retratar.

Artigo 83. Crítica da política e emancipação humana em Marx

Tomás Bastian de Sousa (Doutorando, Filosofia, USP)

Resumo: Esta comunicação apresenta um panorama dos principais aspectos da crítica de Marx à política, com destaque para sua relação com o processo de emancipação humana. Inaugurada em 1843 na *Questão Judaica*, a crítica da política é sustentada por Marx até o final de sua vida, recebendo um aprofundamento e uma concretização notáveis ao longo desse percurso. A crítica de Marx se dirige à política enquanto tal e, em sua radicalidade, atinge não apenas todas as formas de Estado (especialmente a democrática) e todas as formas do direito (incluindo os direitos humanos), como também o chamado “entendimento político” ou “superstição política”, limitação partilhada por políticos práticos e teóricos da política. Para Marx, a política não é um atributo inerente à vida social. Ao contrário, é uma forma contingente assumida pelas relações sociais, intrinsecamente limitada, necessária e inevitável apenas sob o domínio da propriedade privada e da divisão do trabalho. Assim, embora a emancipação política represente um grande progresso, a continuidade no processo de construção da liberdade humana só pode se dar, segundo Marx, sob uma forma qualitativamente nova, ou seja, para além da política. A emancipação humana pressupõe, portanto, uma revolução que realize a “abolição positiva” do Estado, ou seja, a reabsorção das forças sociais, atualmente alienadas ao Estado, pelo próprio corpo social. Num primeiro momento, paradoxalmente, essa revolução necessita da política para destruir as velhas relações; mas, ali onde começa a construção positiva da nova sociedade, ela se despoja de sua envoltura política, afirmando-se como revolução social.

Artigo 84. Oposição entre potência produtiva e potência de valorização: uma leitura dos Grundrisse

Vera Aguiar Cotrim (Doutoranda, História Econômica, USP)

Resumo: Como forma social da produção efetiva da vida, o capital encerra uma contradição imanente. Seu desenvolvimento se realiza em meio à oposição entre potência produtiva e potência de valorização. A presente comunicação apresenta esta que Marx refere como sendo a principal contradição do modo de produção capitalista a partir de passagens do *Grundrisse*. Procura destacar que, embora seja constituinte da natureza do capital, o avanço histórico desta contradição permite que o caráter provisório desta forma da reprodução social se explicita. A concorrência que relaciona os núcleos produtivos privados e move os capitais singulares à redução de custos, leva à progressiva automação, e, desde este prisma, consiste em alavanca do aprimoramento das forças produtivas. Por outro lado, a partir de dado grau de desenvolvimento produtivo, a corrida pela redução de custos pode levar mais a avançar este mesmo desenvolvimento; ou seja, a produção na forma privada passa a significar um obstáculo à implementação de novas tecnologias. Marx sustenta que o capital passa a aparecer como forma social restritiva do devir das forças produtivas do trabalho social e que isto se deve à natureza de seu desenvolvimento. Torna-se a imperativa a superação da forma de valor em que o produto do trabalho social se mantém aprisionado para emancipar as forças produtivas sociais e possibilitar um desenvolvimento que em termos da técnica já está posto.

Mesa Coordenada 10. Classes sociais e formas de dominação burguesa no Brasil recente

Coordenador: Thiago Reis Marques Ribeiro

Ementa: Os trabalhos expostos na presente Mesa Coordenada tem como eixo articulador as problemáticas em torno da formação da sociedade capitalista brasileira – especialmente de suas classes e frações – e das formas de dominação social historicamente constituídas no Brasil Recente. Partindo das referências teóricas propostas por Karl Marx e Antonio Gramsci, os trabalhos apresentados e as discussões que suscitam buscarão trazer aspectos do desenvolvimento da economia capitalista articulados com a dinâmica da luta de classes, focando especialmente nas políticas econômicas formuladas enquanto expressão de interesses conflituosos e enquanto projetos de dominação social – afirmando a necessária relação entre economia e política.

Artigo 101. Formação do aparelho econômico do Estado capitalista brasileiro e capital-imperialismo (1930-1950): uma proposta teórica e de análise marxista

Thiago Reis Marques Ribeiro (Doutorando, História, UFF)

Resumo: Das referências teóricas proporcionadas por Karl Marx e por intelectuais marxistas – especialmente Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas – e de algumas de suas categorias – como *taxa geral de lucro*, *capital portador de juros*, *expropriações*, *Estado ampliado*, *classes sociais* e *aparelho econômico do Estado* –, procuraremos abordar as determinações do imperialismo norte-americano e de suas características em transição (em direção daquilo que, como propõe Virgínia Fontes, entendemos como *capital-imperialismo*) no processo de construção e transformação do capitalismo brasileiro entre as décadas de 1930 e 1950 – o que perpassa o processo de *associação* entre capitais privados brasileiro e estrangeiros.

Creemos que uma aguda apreensão da dinâmica de formação de uma taxa geral de lucro, associada a seus efeitos no processo de autonomização das formas funcionais do capital – como o capital portador de juros – e na tendência de queda da taxa de lucro, tal como desenvolvido por Marx no Livro 3 d' *O capital*, pode dar importantes subsídios para a compreensão das relações entre as classes sociais e suas frações – em especial, as capitalistas –, tanto em suas formas associativas como em sua expressão na ossatura material do Estado capitalista contemporâneo. No caso do Brasil Recente, buscaremos exemplificar como tais referências categoriais podem ser úteis para a compreensão do processo de *associação* do capital brasileiro com o capital estrangeiro e da formação do aparato econômico do Estado.

Artigo 102. Estado, burguesia e sociedade civil no Brasil recente: o caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003-2010)

André Guiot (Doutorando, História, UFF)

Resumo: O trabalho propõe trazer os resultados da pesquisa sobre a presença das frações do capital no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Criado em janeiro de 2003, o CDES é uma agência estatal formuladora de políticas públicas voltada ao propalado “desenvolvimento sustentável” e promotora de um discurso “concertacionista” entre as distintas lideranças da sociedade civil que o compõem. Muitos estudiosos consideram o CDES uma arena de aprofundamento democrático do Estado e da sociedade, argumentando as virtudes desencadeadas pela proposta do “diálogo social” e pelo “pluralismo da sociedade civil” envolvido na elaboração de uma “agenda de desenvolvimento” para o Brasil. A pesquisa revela, contudo, a participação esmagadora de entidades e associações empresariais no interior do Conselho. Desvenda, outrossim, as frações do capital em presença (industriais, agroindustriais, financeiras, comerciais e de serviços), bem como de seus principais setores, e a composição do capital dos grupos econômicos segundo a origem e o destino dos investimentos. O espraiamento de suas lideranças empresariais e/ou intelectuais orgânicos em outras agências da sociedade política nos permite enxergar a ampliação seletiva do Estado brasileiro sob os governos Lula da Silva e, dentre outros caminhos analíticos, rechaçar a hipótese de sua democratização. O trabalho se vincula aos estudos sobre Estado e Sociedade Civil no Brasil sob a matriz teórica gramsciana e, por isso, não se pode furtar em discutir aspectos sobre as relações entre luta de classes, Estado ampliado e construção de projetos hegemônicos.

Artigo 103. A burguesia empresarial e a contra-revolução preventiva no Brasil: o projeto neoliberal e a atualização da dominação nos anos 1990

Flávio Henrique Calheiros Casimiro (Doutorando, História, UFF)

Resumo: A proposta deste artigo é discutir a organização da burguesia empresarial brasileira e suas estratégias de dominação a partir de trincheiras na sociedade civil, com a estruturação de “aparelhos privado de hegemonia”, voltados à elaboração de um projeto neoliberal para o Brasil, nos anos de 1990. O estudo propõe uma discussão em torno das estratégias adotadas pela burguesia empresarial, acionadas no sentido de garantir e ampliar a acumulação de capital, no contexto de redefinição política, com o processo de redemocratização, entendendo esta atuação no quadro de “contra-revolução preventiva”. O projeto neoliberal configura-se, portanto, como um mecanismo de atualização das formas de dominação burguesa, diante do quadro internacional de globalização e reestruturação produtiva, e sua implantação deve ser entendida enquanto processo. Tendo como base a concepção de “Estado ampliado” de Gramsci, a organização da burguesia empresarial em “aparelhos privados de hegemonia” constitui-se como um espaço de atuação propositiva e organizativa do capital na estruturação das formas de dominação. Elaborando diagnósticos e prognósticos, propondo políticas, cobrando a atuação do Estado na adoção e execução de reformas, bem como na ação repressiva contra os movimentos sociais, a burguesia empresarial atuou de forma projetiva e incisiva no sentido de construir o consenso para a estruturação de novas bases para a acumulação. Por conseguinte, nossa proposta visa discutir algumas das estratégias materiais e simbólicas adotadas por essas instituições e agentes para a precarização do trabalho, desarticulação de sindicatos e movimentos sociais, assim como para a naturalização do seu projeto neoliberal para o Brasil.

Artigo 104. As associações industriais como forma de acesso ao Estado restrito

Anderson Tavares (Mestrando, História, UFF)

Resumo: O objetivo deste trabalho é compreender como ocorreu a relação entre o empresariado industrial e o Estado restrito num momento-chave do desenvolvimento capitalista brasileiro, no período de expansão econômica entre 1955-1962. Esse momento marca a passagem do modelo agro-exportador, no qual as frações preponderantes da classe dominante são a burguesia agrária e comercial, para o modelo urbano-industrial, no qual a burguesia industrial se constituiu como fração hegemônica da classe dominante. As formas de representação dos interesses do empresariado industrial no Estado deixam de ocorrer pela preponderância do modelo “corporativo”, baseado na estrutura sindical oficial, criado no início da década de 1930, passando ao modelo das associações privadas por setor de produção, tais como ANFAVEA(automobilístico), ABDIB(Indústrias de Base), ABIMAQ(Indústria de Máquinas), entre outras. A expansão do parque industrial que ocorre na década de 1950 contribuiu de modo significativo na relação entre o Estado e a sociedade civil burguesa. O Estado ampliado atua no sentido de incorporar os interesses dos novos grupos em ascensão da burguesia associada ao capital externo, na construção da hegemonia dessa fração da burguesia.

Mesa Coordenada 11. Teoria social marxista, trabalho e reificação: reflexões teóricas e expressões capitalistas contemporâneas

Coordenador: Cézár Henrique Miranda Coelho Maranhão

Ementa: Atualmente a sociedade burguesa apresenta processos de reificação densamente cristalizados que se expressam em todas as esferas da vida social. O momento atual exige adensarmos os estudos sobre autores clássicos da chamada tradição marxista, como também pesquisas sobre as condições atuais do trabalho e das formas de alienação sob o capitalismo. Os estudos aqui reunidos procuram recuperar algumas análises de autores marxistas clássicos sobre as categorias: trabalho, alienação, reificação e fetichismo, bem como apresentar uma pesquisa que analisa as expressões atuais desse processo na dinâmica de reestruturação da produção na periferia capitalista.

Artigo 111. Trabalho, ser social e desumanização: a concepção de alienação no último Lukács

Cézár Henrique Miranda Coelho Maranhão (Doutor / Professor, Serviço Social, UFRJ)

Resumo: Entre os pensadores contemporâneos, György Lukács possui um importante legado teórico para a análise das formas de alienação. Em sua obra de maturidade *Para uma Ontologia do Ser Social* o filósofo húngaro toma como ponto de partida o trabalho, categoria que funda a sociabilidade e se torna o modelo para os outros complexos sociais. O estudo aqui apresentado se destina a analisar a alienação (*Entfremdung*) como categoria essencial da radical crítica de Lukács ao capitalismo. O autor realiza um *tertium datur* em relação tanto às concepções do marxismo vulgar, que entendem as alienações como simples derivações mecânicas de legalidades econômicas, como também às posturas idealistas que concebem tais fenômenos como pertencentes apenas à esfera da subjetividade. Para Lukács, ao longo do processo histórico, o homem, mediante suas atividades, deixa a condição única de ser natural para cada vez mais aprofundar sua condição de ser social. Esse desenvolvimento histórico humano é portador de várias contradições de tipo cada vez mais elevado em face da reprodução das sociedades em geral e dos exemplares singulares. Nessa contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o rebaixamento das personalidades humanas se expressa a essência concreta das alienações. Na análise lukacsiana os processos de alienação são historicamente determinados por diferentes formações sociais e correspondem aos obstáculos criados pelos próprios homens à plena explicitação do gênero humano e dos indivíduos ao longo do processo histórico de autocriação do ser social.

Artigo 112. Capitalismo atual, reificação e as novas formas de gestão dos processos de trabalho: o caso do pólo de confecções do Agreste em Toritama – PE

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues (Mestre / Professora, Serviço Social, UFF)

Resumo: O presente trabalho se insere no debate contemporâneo sobre as mudanças nos processos de trabalho capitalistas, cujo enfoque se volta à implementação dos chamados Arranjos Produtivos Locais (APLs). Tem como objeto de análise as atuais condições de trabalho de famílias no município de Toritama/PE que é reconhecido pela fabricação de artigos de vestuário em jeans, situado no "Pólo de Confecções do Agreste", configurando-se como um dos APLs existentes no Brasil. Toritama possui algumas particularidades que chamam a atenção de pesquisadores da área social, principalmente no que se refere às contradições entre os altos índices de ocupação e as condições de vida de seus munícipes. Na pesquisa empírica verificamos que esses altos índices de ocupação estão acompanhados de precárias condições de trabalho a que esses trabalhadores estão submetidos, como: condições insalubres de trabalho, exposição demasiada a produtos que afetam a saúde, extensas jornadas de trabalho, ausência de política de atenção à saúde do trabalhador, escassos serviços de saúde e educação para atendimento das famílias, alto grau de informalidade nos contratos de trabalho, diminuição e/ou anulação do poder reivindicatório e contestador dos trabalhadores, forte presença de trabalho infantil e domiciliar e indiferenciação entre ambiente doméstico e de trabalho, remuneração por produção/peça. Portanto, longe das propostas reificadas e fetichizadas de desenvolvimento econômico e social, os APLs se constituem em formas renovadas de exploração da força de trabalho, baseadas nas precárias condições de trabalho, cuja expressão mais visível está nos baixos salários, relações informais de contratação e intensa jornada de trabalho.

Artigo 113. No caminho da Ontologia: a categoria da reificação e a autocrítica lukacsiana de 1967

Henrique André Ramos Wellen (Doutor / Professor, Serviço Social, UFRJ)

Resumo: Em 1922, György Lukács, a partir da reunião de textos reelaborados e de alguns inéditos, publica uma obra filosófica que, para alguns estudiosos, foi a mais influente do século XX. *História e Consciência de Classe* conseguiu influenciar diversos estudiosos, desde Goldman a Merleau-Ponty, e serviu de base para distintas correntes teóricas, como o existencialismo francês e a Escola de Frankfurt. Além de representar um marco do percurso do autor dentro da tradição marxista, essa obra trata de forma sistematizada um tema que, gradativamente, tornar-se-ia um objeto de exames bastante variados: a categoria da alienação (*Entfremdung*). O próprio Lukács, décadas depois, expôs várias críticas à sua análise, destacando que essa obra impossibilitava a correta apreensão desse fenômeno, pois, ausente de fundamentos ontológicos, impediria a compreensão sobre a práxis social. No seu prefácio de 1967, ficam explícitas as advertências acerca do caráter idealista desse livro. Apontando equívocos como a rejeição da posição sobre a natureza, ou a análise da totalidade social sem a primazia da economia, Lukács alerta para a problemática compreensão sobre o trabalho que, envolvido por elementos hegelianos, era apresentado a partir da identidade sujeito-objeto. Para ele, sem considerar o trabalho na sua mediação entre o ser social e natureza, não apenas o processo de cognição ficaria crivado de subjetivismo, como a práxis social envolver-se-ia pelo idealismo. Dessa forma, a história aparece dominada pela fenomenologia, seja para fomentar a consciência de classe ou os processos de reificação.

Artigo 114. Os transgressores da reificação: as contribuições de Lukács e Rubin

Fernando Leitão Rocha Junior (Doutor / Professor, UFVJM)

Resumo: A análise contemporânea da sociedade burguesa, de cariz neoliberal-financeirizada, em nível mundial demonstra processos reificantes densamente cristalizados e hiperdimensionados das relações sociais em todas as esferas da vida. Entendemos que o momento atual exige um retorno aos estudos de autores clássicos e pioneiros da chamada tradição marxista: György Lukács e Isaak Rubin tidos por muitos como messiânicos e malditos. O retorno às suas respectivas obras, ambas publicadas em 1923, *História e Consciência de Classe* e *Ensaio sobre a Teoria Marxista do Valor*, fornece elementos teórico-analíticos que concretamente possibilitam descortinar horizontes férteis indicando vestígios para uma compreensão substantiva dos atuais processos de reificação. A abordagem inédita, até então, sobre a reificação que constitui o núcleo central da problemática lukacsiana em sua referida obra continua viva. Da mesma forma, o rigoroso e denso tratamento sobre a teoria do fetichismo e seus desdobramentos reificantes para uma compreensão sistemática sobre a teoria do Valor em Marx feito por Rubin, não é anacrônico e sim atual. Por isso, ao nosso juízo, reafirmamos que tanto a obra de Lukács como a de Rubin possuem chaves heurísticas de plena vigência que contribuem para descortinar caminhos que efetivamente possibilitem a descoisificação dos sujeitos e a desmercantilização da vida e do mundo.

Mesa Coordenada 12. Hegemonia neoliberal, Estado e luta de classes no Brasil

Coordenador: Gelsom Rozentino de Almeida

Ementa: O objetivo principal desta mesa é a análise de processos históricos recentes, entre os governos Collor, FHC e Lula, segundo a perspectiva gramsciana, e propor a superação da separação mecânica entre Estado e Sociedade Civil tão cara ao pensamento liberal. Temas como hegemonia, neoliberalismo, privatização, reformas, organizações classistas, movimentos sociais, são analisados com uma abordagem teórica crítica e que articula os agentes sociais, os interesses envolvidos, e seus significados, muitas vezes contraditórios.

Artigo 121. Terra e capital financeiro: as novas configurações do agrário no século XXI

Cláudio Lopes Maia (Doutor / Professor, História e Ciências Sociais, UFG)

Resumo: A propriedade agrária sempre teve um papel decisivo no processo de acumulação do capital no Brasil. A forma como a acumulação se estruturou variou enormemente na história, contudo ela esteve assentada no complexo latifúndio-minifúndio. Até 1964 a presença de um camponês dominial, com atividades agrícolas localizadas no interior do latifúndio foi fundamental no equilíbrio da acumulação capitalista, ao mesmo tempo que um camponês livre na fronteira exerceu um papel decisivo no processo de acumulação primitiva do capital. A partir da formação do complexo agroindustrial, durante o Regime Militar, a indústria passa a exercer um papel decisivo no processo de acumulação na agricultura, em conjunto com o capital financeiro, atuando em especial no processo de financiamento do processo produtivo. A presente pesquisa pretende analisar as novas configurações deste processo com a formação das empresas agrícolas de capital aberto e dos fundos de investimento com foco na propriedade agrária. As terras antes com capacidade de acumular renda diferencial em especial a partir de investimentos em tecnologias, passa a ter o papel de acumular renda financeira a partir da sua acumulação e compra focada na valorização imobiliária. O resultado deste processo será a complexificação do processo agrário no Brasil e da luta pela terra, já que este processo alcança principalmente as terras ocupadas por populações tradicionais e com a característica de baixa exploração. Compreender o processo de financeirização do mercado de terras ocupa um papel decisivo na elaboração marxista em relação ao agrário e principalmente em relação as novas configurações da luta de classe no campo.

Artigo 122. Populismo e neoliberalismo no Brasil contemporâneo

David Maciel (Doutor / Professor, História, UFG)

Resumo: O populismo é uma forma política de dominação burguesa própria de sociedades agrárias em processo de transição para o capitalismo e o mundo urbano-industrial. No Brasil é relativamente consensual a compreensão de que o período 1930-1964 foi definido politicamente pelo populismo, apesar das experiências políticas variadas a que deu origem. Após 1964 as práticas populistas funcionaram de diversas maneiras e em torno de distintas lideranças políticas como meios complementares da dominação burguesa. Sob a hegemonia neoliberal as práticas populistas são operacionalizadas como formas de legitimação política e cooptação das classes trabalhadoras em favor de uma perspectiva regressiva e conservadora, que, no entanto, ganhou um verniz democrático-distributivista devido ao caráter concentracionista e clientelista assumido historicamente pelo intervencionismo estatal no Brasil. O "lulismo" emerge como um tipo específico de populismo neoliberal, que repõe a hegemonia neoliberal no momento em que se desnuda o conteúdo ilusório da marca democrático-distributivista de suas políticas, restaurando a estatolatria das massas e o personalismo político como ainda não se via desde o golpe de 1964. Ao radicalizar as políticas sociais compensatórias e apoiar o subimperialismo brasileiro, os governos do PT suscitaram a restauração de um discurso distributivista e "desenvolvimentista" que favorece o paralelo e a semelhança com a experiência histórica do populismo clássico. Assim, se este tinha um caráter reformista, o populismo lulista possui um caráter regressivo, pois reforça a hegemonia neoliberal e a não-organização de segmentos significativos dos trabalhadores e coopta a quase totalidade dos setores organizados, favorecendo sua regressão político-programática para o nível do corporativismo e da estatolatria.

Artigo 123. Entre o substantivo e a forma: movimentos sociais e cidadania no Brasil recente

Gelsom Rozentino de Almeida (Doutor / Professor, História, UERJ)

Resumo: É freqüente a análise de que os movimentos sociais sofreram um refluxo em sua capacidade de mobilização ao longo dos anos noventa, após cerca de uma década e meia de crescimento. A participação em assembleias, plenárias, passeatas, enfim, nas diferentes formas de organização e participação nos movimentos sociais diminuiu, de forma sem dúvida menos evidente ou acentuada em uns do que em outros. Todavia, justamente nesse momento, sobretudo como efeito de conquistas dos movimentos sociais e a partir da Constituição de 1988, crescem os espaços públicos e de participação democrática no seio do Estado brasileiro, bem como os instrumentos de intervenção, discussão, controle e decisão por parte da sociedade civil. Enfim, construímos uma sociedade democrática. Será? Não há dúvida quanto à sua forma, mas sobre o seu significado real: qual democracia?

Nas últimas décadas construiu-se uma *confluência perversa* entre um projeto político democratizante, participativo e o projeto neoliberal. Partimos da definição gramsciana de *projetos políticos*¹, em que estes não se reduziriam a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressariam e produziram significados que integrariam matrizes culturais mais amplas, provocando deslocamentos de sentido das noções de *sociedade civil*, *participação* e *cidadania*, com sérias implicações para o real significado de política e democracia. O projeto neoliberal, que teve como marco no Brasil a eleição de Collor em 1989, tem como base um Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. No Brasil, de forma diversa de outros países, o projeto neoliberal encontra um contendor relativamente consolidado – representado pelo bloco PT-CUT-MST -, embora não hegemônico, mas capaz de constituir um campo de disputa, o que determina o estabelecimento de uma especificidade na relação de sentidos e interlocução com o campo adversário. A partir do aparato do Estado, o projeto neoliberal realiza a interlocução com o projeto democrático participativo através dos setores da sociedade civil que se engajam na aposta de uma atuação conjunta com o Estado, em suas novas instâncias de participação (em substituição a estratégia anterior de confronto).²

Muitas lideranças envolvidas nos diferentes fóruns, conselhos e demais espaços de participação institucional se questionam sobre a eficácia de sua atuação. Ocorre um deslocamento de sentido das noções de *sociedade civil*, *participação* e *cidadania* que corrompem o seu significado original no projeto democrático popular e reduzem, na prática, o espaço político e democrático da sociedade.

Esses termos são *apropriados* pelo projeto neoliberal, passando a responder por demandas do encolhimento de Estado, seja através de políticas compensatórias implementadas diretamente, ou seja delegando atribuições ao *terceiro setor*, fundações empresariais e ong's, que através de ações de "responsabilidade social", da "solidariedade com os pobres", do trabalho voluntário e filantrópico, de programas assistenciais, retiram a condição humana do campo dos direitos fundamentais, retiram a cidadania do campo da democracia, e retiram direitos do campo da política.

Artigo 124. Movimentos sociais em rede e seus impactos no Brasil

Sydenham Lourenço Neto (Doutor / Professor, História, UERJ)

Resumo: O movimento social clássico, que se desenvolveu a partir do século XIX, e prevaleceu até meados do século XX, foi o sindical. A partir da década de 60 do século passado, surgiram movimentos que não podiam ser facilmente enquadrados na lógica corporativa e na visão clássica da luta de classes. Analistas chamaram esses movimentos por vários nomes: identitários, culturais ou simplesmente novos movimentos sociais.

Embora de tipo novo, frequentemente estes novos movimentos sociais repetiam formas organizativas e repertórios de manifestação mimetizados dos movimentos clássicos. Isto é, eles tinham uma direção centralizada, tesouraria, realizavam assembleias e votações para decidir sobre suas ações, publicavam manifestos e declarações na imprensa tradicional etc. Mais recentemente surgiram os chamados movimentos sociais em redes, ou até mesmo redes de movimentos sociais. Em parte, isto foi uma forma de contornar a fragmentação decorrente do crescimento dos tipos de movimentos sociais. O que caracteriza estes movimentos não é o uso de redes sociais. Na realidade, eles são um fenômeno anterior à disseminação das redes sociais, caracterizados pelo formato descentralizado e aglutinador. Movimentos em rede podem partir de um grupo organizado, mas, convocam a adesão praticamente indiscriminada de grupos e até mesmo indivíduos que concordam com suas propostas.

¹ Conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos.

² Idem, *ibidem*, p. 99.

Movimentos em rede costumam ter pautas gerais, não corporativas e dessingularizadas, que possam aglutinar a maior quantidade possível de grupos e/ou pessoas. O uso das redes sociais da internet, embora não caracterize os movimentos sociais em rede, ampliou imensamente o poder de alcance de sua ação, permitindo desterritorializar as manifestações que potencialmente passaram a ter alcance mundial e simultâneo; aumentar a capacidade de responder em tempo real ao surgimento de novas demandas e obstáculos; e tornando a comunicação entre lideranças e militantes quase direta. Essas novas potencialidades ampliaram o caráter descentralizado dos movimentos em rede.

Movimentos sociais em rede se desenvolvem no Brasil desde pelo menos os anos 90, contudo, as manifestações de Junho de 2013 ampliaram muito o alcance e a atenção dada a eles. Nosso objetivo é trazer algumas reflexões teóricas a partir da recente experiência brasileira. Por exemplo, discutir até que ponto a conceituação oferecida por autores como Alain Touraine e Charles Tilly para os movimentos sociais continua atual.

Mesa Coordenada 13. A economia política de Rudolf Hilferding

Coordenador: Leandro Ramos Pereira

Ementa: A mesa buscará debater as nuances teóricas e históricas existentes no livro *'O Capital Financeiro'* de Rudolf Hilferding, a fim de problematizar a importância deste autor para o entendimento da complexidade do entrelaçamento existente entre as formas particulares do capital em seu estágio monopolista, além das transformações no papel do Estado, nas relações interestatais e no padrão de luta de classes.

Artigo 131. Crítica ao debate sobre a teoria do capital financeiro de Hilferding

Gabriela Fernandes Feliciano Murua (Mestranda, Ciências Sociais, UNIFESP)

Resumo: O processo de internacionalização produtiva e desregulamentação financeira observado a partir de dos anos setenta do século passado resultaram num novo e contraditório movimento de entrelaçamento entre os setores produtivos e financeiros do capital, fazendo com que a dinâmica da acumulação especulativa ganhasse força e passasse a influenciar decisivamente a política e a economia dos países em geral. Tais fenômenos propiciaram um resgate – e também críticas – da teoria do capital financeiro de Hilferding como categoria analítica capaz de compreender certas particularidades do capitalismo contemporâneo. Nosso trabalho buscará mapear este debate elucidando autores que defendem o resgate da teoria do capital financeiro e suas diversas interpretações bem como àqueles que consideram a categoria insuficiente para o entendimento da realidade e optam por utilizar a categoria capital especulativo. Ademais, pretendemos trazer elementos em torno da teoria do capital financeiro que consideramos relevantes para somar ao esforço coletivo de compreensão da atualidade. Dentre eles se destacam: i) a relação dialética entre a fusão de todas as formas particulares de capital como constituintes de uma nova forma, mais abstrata e suprema que é o capital financeiro, e o papel dominante deste último frente a todas as demais formas particulares “subexistentes”; ii) e a importância dada pelo autor à constituição da oligarquia ou dos magnatas capitalistas, que altera as relações entre a classe dominante e o Estado, modifica as políticas e ideologia dos Estados, e redefine a luta de classes no capitalismo.

Artigo 132. A construção lógica e as manifestações históricas do capital financeiro de Hilferding

Leandro Ramos Pereira (Doutorando, Ciências Econômicas, UNICAMP)

Resumo: O objetivo deste trabalho será demonstrar a construção lógica da teoria do capital financeiro em Hilferding, e as manifestações históricas explicitadas pelo autor em sua obra de maior envergadura. Portanto, buscaremos reconstituir os capítulos iniciais desta obra, em que o autor desenvolve de forma categórica três elementos constitutivos do Capital financeiro: i) desenvolvimento do dinheiro, do crédito de capital e do capital bancário; ii) desenvolvimento dos bolsas de valores, das sociedades anônimas e do capital fictício; iii) desenvolvimento dos monopólios industriais e bancários mediante a concentração e centralização do capital, mediante um movimento necessário de integração vertical e horizontal e diversificação patrimonial. Proporemos uma chave de leitura na qual a teoria do capital financeiro deveria ser vista enquanto uma síntese destes três momentos, cujo resultado seria uma fusão entre as formas parciais de capital – principalmente entre o industrial e o bancário – na essência, e não formal/juridicamente. Portanto a teoria do capital financeiro seria abstrata, porém universal, e as manifestações históricas – particulares – desta forma superior e dominante dependeria do modo como estes três elementos constitutivos se entrelaçariam, estabelecendo modalidades possíveis de capitais financeiros. A comprovação desta hipótese se deu no estudo dos diversos exemplos históricos dados pelo autor nesta obra – que não se resume apenas ao caso alemão –, em que é possível observar as diferenciações que o autor faz entre as modalidades de capital financeiro entre a Alemanha (cartéis), Estados Unidos (trustes) – estes dois em estágios mais avançados – Inglaterra (finanças) e a França.

Artigo 133. A questão do Estado e as lutas e classe em "O capital financeiro" de Hilferding

Thiago Fernandes Franco (Doutorando, Ciências Econômicas, UNICAMP)

Resumo: Este trabalho tem como meta demonstrar que a finalidade última da construção teórica do capital financeiro em Hilferding é explicar a maior unidade existente entre as diferentes frações da burguesia, agora

subordinadas aos “magnatas das finanças”, implicando uma maior coesão política e, portanto, uma maior facilidade do capital financeiro em instrumentalizar o Estado em prol da sua necessidade de acumulação.

Em Hilferding, a unificação na essência das formas parciais do capital sob o controle das altas finanças teria como consequência um menor antagonismo intra classes capitalistas, facilitando a subordinação do Estado a seus interesses e levando a um padrão de luta de classes em que as alianças da classe trabalhadora com os setores até então “progressistas” da burguesia perderiam o potencial transformador. Por sua vez, as mudanças das relações do capital com o Estado em Hilferding teriam como consequência a transformação na ideologia burguesa, uma maior intervenção estatal no processo de acumulação, a superação do livre cambismo por políticas diretas ou indiretamente protecionistas, e um forte estímulo e apoio estatal aos movimentos de exportação de capital, criando novas formas de dominação, poder, concorrência e colonialismo entre os países. Em última instância o Estado passaria a garantir as condições de acumulação do capital ao redor do mundo através da expansão direta e indireta do espaço econômico nacional, exclusão da livre concorrência e da competição estrangeira, e conversão dos espaços econômicos existentes em áreas de exploração do capital financeiro.

Mesa Coordenada 14. Ideologia, forma-mercadoria e substância social

Coordenador: Gabriel Tupinambá

Ementa: Os trabalhos reunidos nessa mesa investigam a interseção entre economia política e ideologia, numa tentativa de discernir problemas e exemplos a partir dos apontamentos de Marx - nem sempre explícitos - a respeito da transitividade entre relações de produção e “as ideias dominantes de uma época”. Todas as contribuições dessa mesa foram desenvolvidas como parte de um projeto de pesquisa comum, que busca desenvolver as consequências da teoria da ideologia

Artigo 141. Uma investigação sobre a forma de propriedade verdadeiramente humana em Marx

Carlos Augusto Santana Pereira (Doutorando, História Comparada, UFRJ)

Resumo: A questão da emancipação humana se tornou um dos grandes desafios de reflexão sobre os destinos de uma sociedade pós-capitalista, notadamente diante das contradições do chamado “socialismo realmente existente”. Contra a concepção de que essa questão só pode ser colocada num momento pós-capitalista, partiremos do desafio de que exemplos vivenciais do comunismo podem (e devem) ser identificados durante o capitalismo (e a partir disso valorizá-los e ressignificá-los). Um das principais dificuldades desta empreitada é o estabelecimento de parâmetros de avaliação desses exemplos concretos, agravado pelo fato de Marx ter nos legado poucos estudos sobre o que seria uma sociedade comunista, havendo apenas indícios dispersos. Todavia, encontramos nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* um momento privilegiado desta questão. Neles, Marx apresenta, por exemplo, o problema da passagem da propriedade privada capitalista à propriedade verdadeiramente humana comunista. Neste trabalho, aventaremos a hipótese que certos procedimentos institucionais criados pela organização do *Círculo de Estudos da Ideia e da Ideologia* podem ser tomados como “proto-exemplos” da propriedade verdadeiramente humana. Para defender esta hipótese, faremos o seguinte trajeto de estudo: i) apresentar a diferença entre propriedade privada e propriedade verdadeiramente humana, tal como apresentada nos referidos Manuscritos, ii) situar o estilo, tal como pensado por autores como Lacan, Žižek, Badiou e Rancière, como uma das características da propriedade verdadeiramente humana, iii) sustentar a homologia entre a forma da produção de trabalho no CEII e a propriedade verdadeiramente humana.

Artigo 142. De onde vem a autonomia das determinações sociais?

Gabriel Tupinambá (Doutorando, Filosofia / Psicanalista)

Resumo: O presente trabalho analisa o famoso axioma apresentado por Marx em *Contribuição à Crítica da Economia Política* - “é o ser social [dos homens] que (...) determina a sua consciência” - à luz dos trabalhos de Alfred Sohn-Rethel, Moishe Postone e Slavoj Žižek. Primeiramente, compararemos a noção de trabalho tal como apresentada nos *Manuscritos* de 1844, com sua reformulação no primeiro capítulo do *Capital*, enfatizando a diferença no conceito de determinação social implicada em cada caso. Em seguida, tentaremos decompor o conceito marxiano de determinação, considerando suas ambiguidades e oscilações, com base na análise da forma-mercadoria proposta por Sohn-Rethel e a análise do trabalho abstrato desenvolvida por Postone. Essa decomposição, que revela o papel da *abstração real* na constituição do trabalho e do valor no sistema político-econômico capitalista, amarrando de maneira inovadora a origem da força das determinações ideológicas e da autonomia das formas sociais, permitindo-nos assim justificar também o papel fundamental da re-leitura de Hegel proposta por Žižek.

Artigo 143. A materialidade da ideologia

Jennifer de Paula Oliveira Bello (Mestre, Psicanálise, UERJ / Psicanalista)

Resumo: A fórmula marxista sobre a ideologia segundo a qual “disso eles não sabem, mas o fazem” situa a ilusão ideológica no saber sobre a realidade. Trata-se na ideologia de uma discordância entre o que as pessoas efetivamente fazem e o que pensam estar fazendo. A ideologia seria, assim, um problema de falsa consciência sobre a realidade social. Criticar a ideologia consiste assim em remeter essa falsa consciência ao conhecimento objetivo sobre a realidade social que a determina. Segundo Žižek, tal crítica revela-se hoje, no entanto, inoperante. O conhecimento sobre a realidade social não altera em nada o nosso modo de agir. Mesmo sabendo, por exemplo, que o dinheiro é uma expressão de relações sociais, e não a

encarnação imediata da riqueza como tal, isso não impede, todavia, que no ato mesmo de troca da mercadoria sejamos guiados pela ilusão fetichista. Posto isso, segundo Žižek, a ilusão ideológica reside no próprio fazer, do lado da própria realidade, daquilo que as pessoas fazem. O propósito deste trabalho é examinar assim o possível caráter prático e material da ideologia à luz das teorias marxistas de Louis Althusser e Slavoj Žižek, uma vez que, compartilhando premissas em suas diferentes críticas à concepção tradicional de ideologia, os autores divergem radicalmente quanto ao que significa intervir sobre essa materialidade.

Mesa Coordenada 15. Marx e a ideologia hoje

Coordenador: Fernando José Fagundes Ribeiro

Ementa: Os trabalhos apresentados nessa mesa discorrem sobre diferentes aspectos da teoria da ideologia desenvolvida por Žižek em sua releitura de Marx a partir da psicanálise e do idealismo alemão. Nossa intenção é demonstrar como certos impasses da noção de “conscientização” como forma de crítica ideológica, um modo de intervenção de pouca eficiência em nosso tempo supostamente “pós-ideológico”, pode nos ensinar sobre novas maneiras de conceber a ideologia e de desenvolver críticas eficazes de seu funcionamento. Todos os textos aqui apresentados foram desenvolvidos em conjunto, de modo a permitir que a mesa elabore com maior unidade e precisão sua temática.

Artigo 151. Marx, inventor do sintoma

Fernando José Fagundes Ribeiro (Doutor, Comunicação e Cultura, IFRJ / Professor, Filosofia, UFF)

Resumo: Gostaríamos de examinar a hipótese levantada por Jacques Lacan, e desdobrada por Slavoj Žižek em *O mapa da ideologia*, de que a análise que Marx faz do proletariado é homóloga àquela de sintoma na obra de Freud, sendo assim antecipadora da psicanálise. Ambos pensadores teriam em comum o fato de caracterizarem seu objeto de estudo (proletariado e sintoma) não como resultante de um encadeamento linear de causas e efeitos, à maneira de um evento natural (como o sintoma para a medicina), mas como a *materialização de uma contradição* relativa, no caso de Marx, à organização/exploração do trabalho no capitalismo; e no caso de Freud, ao sujeito, dividido entre a satisfação de suas exigências pulsionais e o acordo com a normatividade social. Nessa perspectiva teórica, malgrado algumas oposições superficiais, marxismo e psicanálise surgem como aliados na tarefa de interpretar e transformar dialeticamente a realidade histórica, considerada tanto do ponto de vista objetivo quanto do ponto de vista subjetivo, que lhe acompanha necessariamente.

Artigo 152. Estudo da forma mercadoria e suas implicações na construção ideológica

Max Paulo Prado Bezerra da Silveira (Bacharel, Relações Internacionais, IBMEC / Estudante, Filosofia, UFRJ)

Resumo: Valendo-se da concepção marxista de ideologia, o presente trabalho tem como seu objetivo problematizar aspectos basais do conceito e suas possíveis derivações. Se, de modo geral, a ideologia pode ser representada por uma falsa consciência ou - segundo uma das definições de Althusser - uma representação imaginária das reais condições de existência, faz sentido aprofundar de que maneira a forma mercadoria contribui para uma construção ideológica da realidade. Dessa maneira, focaremos nossa investigação na relação entre o fetichismo da mercadoria e a ideologia, a fim de elaborar de que maneira novos desenvolvimentos conceituais na filosofia contemporânea podem nos auxiliar a entender a passagem entre economia política e a superestrutura ideológica.

Artigo 153. Uma crítica ao marxismo tradicional: sobre ideologia

Rafael Oliveira dos Santos (Mestrando, Serviço Social, UERJ / Professor, Rede Estadual, RJ)

Resumo: A “elevação da consciência de classe” é uma condição, entre outras, da organização política da classe trabalhadora e da superação da sociedade burguesa, de acordo com as posições correntes no pensamento marxista. Tal condição tem como necessidade, fundamentalmente, a crítica ideológica. Por meio da qual, somos capazes de identificar as determinações sociais das ideias correntes e, assim, sabermos que nossa subordinação a elas, sendo-as produto das ações humanas em sociedade, poderia dar lugar a outras ou serem desconsideradas ou serem reorientadas etc – tendo, é claro, nesta operação de desvelamento, a restituição da realidade enquanto tal de modo a fazer com que o indivíduo supere a referida subordinação, e por fim, emancipando-se. Consideramos, no entanto, que o exame deste debate, do ponto de vista marxista, pode apontar em outro sentido: talvez a inoperância política da classe trabalhadora não seja produto da “alienação de sua consciência de classe”. Tendo como ponto de partida a reflexão marxiana, procuraremos contrastar a posição da crítica tradicional da ideologia com a tese zizekiana acerca do cinismo.

Artigo 154. Entre Freud e Marx: uma análise do fetichismo nos dias de hoje

Rodrigo Luiz Cunha Gonsalves (Graduado, Psicologia e Filosofia, Mackenzie-SP / Psicanalista)

Resumo: Este trabalho tem como objetivo aprofundar uma problematização desenvolvida por Marx, a da “relação social definida entre os homens, que assume aos olhos deles a forma fantástica de uma relação entre coisas”. O presente trabalho visa delinear, em seu primeiro momento, os aspectos do fetichismo da mercadoria, presentes na obra *o Capital*, para em seguida, apresentar a definição psicanalítica do mesmo conceito discutida por Freud, o que nos possibilitará entender o que alguns autores querem dizer ao afirmar que Marx, seria o “descobridor” do sintoma. E, em seu segundo momento, trabalharemos os aspectos da articulação das duas modalidades de fetichismo e a tensão central entre ambos estes níveis, e seus possíveis desdobramentos. Buscando uma leitura que viabilize uma compreensão sobre as relações sociais e as “relações sociais entre coisas”. Por fim, partindo desta questão para debates sobre a ideologia hoje e também, analisando elaborações de Slavoj Žižek sobre este ponto.

Mesa Coordenada 16. A concepção de escola pública e a luta de classes

Coordenador: Bruno Adriano Rodrigues da Silva

Ementa: Essa mesa coordenada discutirá a política de ampliação da jornada escolar desenvolvida no Brasil desde 2007 pelo governo do Partido dos Trabalhadores. Fazemos a defesa de que essa política destinada as classes populares não interfere favoravelmente no processo de universalização do acesso à educação, porque: a) o nível de dependência do Estado brasileiro em relação aos países centrais do capitalismo subordina a política educacional à política econômica, levando-a a construir mais mediações com os interesses das frações burguesas; b) a política de ampliação da jornada escolar é determinada pelos interesses do setor empresarial brasileiro que atua no campo da educação e que se encontra associado ao capitalismo imperialista; c) os programas que decorrem dessa política interferem apenas superficialmente e não estruturalmente nas escolas e possuem o intuito de difundir um tipo novo de socialização para as classes populares. Acreditamos que uma política de ampliação da jornada escolar pautada pelos interesses das classes populares deva estar de acordo com medidas que fortaleçam escola pública no sentido de uma escola unitária (Gramsci, 2006)

Artigo 161. Os espaços educativos além da escola: desafios para a construção de uma educação voltada para as classes populares

Bruno Adriano Rodrigues da Silva (Doutor / Professor, Rede Municipal, Itatiaia)

Resumo: A política atual de ampliação da jornada escolar do governo federal, traduzida no programa Mais Educação, incentiva o uso de espaços externos à escola para que essa extensão do tempo ocorra. No entanto, diferentes são as posições a respeito desse tipo de ação: alguns autores afirmam que isso desvincula da unidade escolar um ato que originalmente é de sua circunscrição, tendendo a ocorrer um movimento de perda de centralidade da escola no ato educativo (Cavaliere, 2009; Silva 2013). Outros autores colocam que é importante a diversificação dos lugares da educação como uma maneira de valorizar aquilo que não é da alçada da escola no processo educacional (Moll, 2012 Moll e Leclerc, 2012). Acreditamos que esses dois pontos de vista se relacionam por terem a escola como elemento central e é por isso que defendemos que essa instituição deva ser fortalecida, através das ações do Estado, entendido conforme Gramsci (2007), e não o contrário como acontece atualmente. Neste ensaio, portanto, abordaremos a origem desse debate sobre o uso de espaços externos à escola, sua adaptação à realidade brasileira, os argumentos expressos nessas duas opiniões que citamos acima e, ao final, aquilo que consideramos como os “desafios para a construção de uma educação voltada para as classes populares”, baseados na escola unitária de Gramsci (2006), na autonomia de Freire (1996) e na radicalidade da escola pública e popular de Gadotti (1990).

Artigo 162. “Escolas do amanhã”: civilizar os pobres de hoje e de amanhã

Bruno Gawryszewski (Doutorando, Educação, UFRJ / Coordenador Pedagógico, Escola Nacional de Circo)

Resumo: O programa educacional da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro “Escolas do Amanhã” levou a ampliação da jornada escolar para favelas e bairros periféricos que, historicamente, estavam marcados por conflitos armados e baixo rendimento dos estudantes. O trabalho pretende discutir o sentido ético-político de implementação desse programa, que é destinado à população mais expropriada economicamente e problematizar que o sentido de manter os alunos em jornada escolar ampliada como proposta no “Escolas do Amanhã” se insere no bojo de uma intervenção do Estado que pretende manter a governabilidade associado a uma socialização da juventude através da expectativa de inserção no mundo do trabalho e de uma escola que educa para civilizar, moralizar os pobres e construir e incorporar as regras e valores para a convivência social. Embora não se estabeleça um vínculo direto entre a prática educativa da escola pública e a produção de mais-valia, pode-se analisar o papel que a escola cumpre nas práticas mediadoras e em sua própria organização, medidas que atuam no sentido de formar subjetividades ajustadas ao modelo de civilização vigente, o que segue uma lógica de tempo escolar radicalmente distinta de outras propostas de educação integral, como a tese da escola unitária de Gramsci.

Artigo 163. Educação e luta de classes num país de capitalismo dependente: um debate necessário

Marcelo Silva dos Santos (Doutorando, Política Pública e Formação Humana, UERJ / Professor Rede Municipal, Juiz de Fora)

Resumo: Este debate se iniciará com uma breve caracterização do modo de produção capitalista buscando, sobretudo, apontar algumas de suas principais contradições na correlação de forças num país de capitalismo dependente - sistema econômico-político-social de organização da produção de um conjunto de países nos quais a inserção na divisão internacional do trabalho vem se dando historicamente de forma desigual e combinada no sentido que elabora Fernandes (2009). Além disso, com o intuito de superar a falsa dicotomia existente entre o econômico e o político, evidencia-se, apoiado em Wood (2003), que tal separação no plano analítico se dá pelo movimento do real, não sendo um problema teórico, mas também prático. Marx (1971), no volume I de "O capital", revela por fim que o ponto de partida da produção capitalista não é outra coisa senão o processo histórico de isolar o produtor dos meios de produção, um processo de lutas de classes e de intervenção coercitiva do Estado em favor da classe expropriadora. Sendo assim, problematizar a 'teoria da alienação em Marx' e o 'papel central que o Estado cumpre' para educar o consenso e educar para o conformismo é fundamental para entender as implicações para os processos educativos da sociedade. Para os intelectuais revolucionários, disputar diferentes espaços na práxis e travar diferentes batalhas no campo das ideias constitui uma tarefa inadiável para que um outro modo de internalização seja construído no sentido que aponta Mészáros (2006).

Mesa Coordenada 17. O Estado ampliado como ferramenta metodológica: estudos de caso

Coordenadora: Sonia Regina de Mendonça

Ementa: A historiografia brasileira especializada no estudo do Estado padece de dois vícios contumazes: de um lado estão os trabalhos que consideram a partir da matriz liberal de pensamento, reduzindo-o, no desenvolver das pesquisas, ao papel de mero sujeito histórico; de outro situam-se os estudos que, a despeito da filiação marxista, seguem sua “vulgata”, mal disfarçando seu dualismo dogmático, ou mesmo seu estruturalismo. A mesa ora proposta pretende, partindo da crítica a ambas as vertentes, congrega trabalhos que reflitam e operacionalizem o conceito de Estado Ampliado, elaborado pelo marxista Antonio Gramsci. Tal conceito, além de superar a visão diática de Estado, tornando-o produto da correlação dialética entre sociedade civil e sociedade política, não só enriquece as análises sobre o tema, como guarda em si mesmo os “passos” necessários ao desenvolvimento de pesquisas ricas e inovadoras. Este é um dos eixos das discussões e reflexões promovidas pelo Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil, o qual funciona, há vinte anos junto ao PPGH-UFF e donde esta proposta emerge.

Artigo 171. Repensando o extensionismo na perspectiva do Estado ampliado (1965-1974)

Pedro Cassiano Farias de Oliveira (Doutorando, História, UFF)

Resumo: O trabalho se propõe a analisar a política de Extensão Rural praticada pelo Estado restrito brasileiro, no período indicado, à luz do conceito de Estado Ampliado formulado pelo pensador marxista Antonio Gramsci. Partimos do pressuposto de que este último não guarda apenas uma dimensão teórica, mas constitui-se em um instrumento de pesquisa histórica deslocando a reflexão meramente institucional para uma esfera da correlação de forças vigente entre os sujeitos – individuais e coletivos – no âmbito da sociedade civil. Logo, o projeto de Extensionismo surgiu, no Brasil, devido a uma iniciativa privada bem-sucedida firmada em 1948 entre a Associação Internacional Americana (AIA) — controlada por Nelson Rockefeller — e o governo do Estado de Minas. Em 1956 o Extensionismo se tornou uma política nacional, com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, a qual emergiu dos embates e conflitos entre os aparelhos privados de hegemonia representantes das frações da classe dominante agroindustrial, sobretudo a Sociedade Nacional de Agricultura – SNA e sua Confederação Nacional da Agricultura – CNA e Sociedade Rural Brasileira – SRB. Apesar do projeto Extensionista ser apresentado como um grande consenso entre as referidas entidades, as diretrizes e ações da ABCAR tinham estreito vínculo com o projeto de desenvolvimento agrícola da SNA/CNA. A extinção da ABCAR em 1974 sugere a perda da hegemonia da SNA junto ao Estado restrito, num contexto de realinhamento das forças políticas intra-classe dominante como um todo.

Artigo 172. A questão agrária brasileira e as relações sociedade civil e sociedade política

Melissa de Miranda Natividade (Mestre, História, UFF)

Resumo: O presente trabalho aborda a questão agrária brasileira no período compreendido entre 1961 e 1964. Empreendemos tais estudos pensando o Estado gramscianamente, ou seja, não o pensamos como Sujeito nem como Objeto, e sim como uma condensação das relações sociais presentes numa dada formação histórica. Seguindo o marxista sardo, o Estado é atravessado pelo conjunto das relações sociais vigentes na formação histórica estudada, incorporando em si mesmo, ou seja, em sua própria materialidade, os conflitos vigentes na sociedade. O governo de João Goulart (1961-1964) foi marcado por intensos debates no que tange à questão agrária brasileira, polarizando e aglutinando forças tanto no estado restrito, quanto em aparelhos privados de hegemonia da classe proprietária rural. Ademais, os embates em torno da reforma agrária expressaram elementos das conjunturas político-ideológicas nacional e internacional no período em questão. A tão “temida” reforma agrária era agora discutida até pelos mais conservadores dos proprietários, porém, estes não tardaram em unirem-se em aparelhos privados de hegemonia, e organizar suas estratégias de inserção, via estado restrito, de suas demandas no que tange a possíveis mudanças na estrutura agrária brasileira. Os embates intraclasses dominante não cessaram, mas boa parte deles foi superado, em nome da luta “contra a comunização do campo”.

Artigo 173. Estado, intelectuais e política (1930-1940)

Maurício Gonçalves Margalho (Doutorando, História, UFF)

Resumo: O presente trabalho analisa as estratégias usadas por intelectuais orgânicos das classes burguesas e suas frações, com a finalidade de ocupar espaços estratégicos no complexo do Estado Ampliado. Entendemos que o conjunto de agências das sociedades civil e política formam a ossatura institucional na qual os embates políticos são travados, tendo em vista a construção e/ou manutenção da hegemonia. O intelectual orgânico ocupa papel central nesse processo atuando, nos aparelhos privados de hegemonia, como educadores e organizadores da ação coletiva da classe da qual são representantes. Daremos ênfase às trajetórias sociais de Euvaldo Lodi e Valentim Bouças. Lodi estava vinculado ao capital industrial brasileiro e Bouças, por sua vez, tinha estreitos laços com o capital estadunidense – uma vez que era representante de grandes corporações como, por exemplo, a *International Business Machines Co. Of Delaware*–IBM. Ambos contavam com muito prestígio e, devido ao capital social que acumularam, tornaram-se bastante próximos de Getúlio Vargas, colaborando com o governo e, por conseguinte, obtendo benesses do Estado restrito. Valentim Fernandes Bouças tornou-se assessor financeiro pessoal de Vargas, responsável pela renegociação do pagamento dos títulos das Dívidas Públicas Externas da União, Estados e Municípios. Com a perda de seu mandato parlamentar em função do golpe de 10 de novembro de 1937, resultado da dissolução do Legislativo, Lodi concentrou sua ação no Conselho Federal do Comércio Exterior e também em entidades privadas da Indústria, como a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e a Confederação Nacional de Indústria.

Artigo 174. Estado ampliado como ferramenta metodológica

Sonia Regina de Mendonça (Doutora, História Econômica, USP / Professora, História, UFF)

Resumo: Inúmeros trabalhos dedicam-se ao estudo do Estado no Brasil contemporâneo, embora, em sua maioria, não procedam do esforço de historiadores. Em seu conjunto, eles repetem uma mesma problemática: a concepção do Estado ora como problema da “natureza” ou como uma espécie de “via de mão única” onde os atores sociais envolvidos são vistos como “entidades” estranhas uma às outras. Neste registro a origem do Estado ancora-se na ideia de um contrato social, cuja herança responde pela consagração de um Estado-Sujeito, a “pairar” acima da sociedade, dotado de vontade e iniciativa próprias, sem vínculos explícitos com os interesses de grupos sociais distintos. Foi o marxismo que propiciou uma matriz alternativa a esta, partindo da crítica ao individualismo subjacente à leitura liberal de Estado. Todavia, a concepção marxista de Estado não está imune a problemas, sendo também responsável por simplificações do conceito segundo suas diferentes “linhagens”. Foram as transformações sociopolíticas ocorridas em pleno século XX, que geraram as condições necessárias para renovações no próprio âmbito do marxismo, propiciando novas reflexões sobre o Estado, notadamente aquela produzida por Antonio Gramsci, que supera a dicotomia presente nas matrizes jusnaturalista e marxiana, resgatando os conceitos de sociedade civil e sociedade política de modo a recriar um conceito de Estado: o Estado Ampliado. Este, não prima apenas pela inovação teórica, mas, sobretudo, pelo fato de instituir-se numa ferramenta metodológica, posto conter em si mesmo, os passos de um “roteiro” para a execução da pesquisa.

Mesa Coordenada 19. Marx e a crítica ontológica do conhecimento

Coordenador: Antônio José Lopes Alves

Ementa: A mesa se compõe de quatro apresentações que pretendem em seu conjunto explicitar os delineamentos fundamentais que o problema do conhecimento, desde seus aspectos mais gerais até aqueles atinentes à questão particular do método, toma no pensamento marxiano. Deste modo, será indicada a especificidade das pressuposições de caráter filosófico que sustentam a cientificidade da teorização de Marx, a *crítica ontológica* da tradição, em especial da filosofia hegeliana, assim como se tornará patente a *differentia specifica* da sua reflexão para com as demais proposituras do pensamento ocidental.

Artigo 191. Marx: crítico da questão de método

Antônio José Lopes Alves (Doutor / Professor, UFMG)

Resumo: Na presente comunicação se explicitará os principais lineamentos do modo como Marx no desenvolvimento da *crítica da economia política* na sua obra de maturidade enfrenta a chamada *questão de método*, que desde os momentos primevos da modernidade passou a ocupar o centro das discussões acerca do conhecimento. A este respeito, a partir de pesquisa de doutoramento, recentemente concluído, pretende-se indicar elementos que apontam para a tese do *antimétodo*. Diversos testemunhos textuais e desdobramentos teóricos da crítica da economia política apontam para uma posição que se distancia da tradição filosófica moderna predominante; uma *verdadeira crítica da própria questão de método*. O tema dos procedimentos não é descurado ou rejeitado *in limine*, mas a esfera do ser, da articulação das categorias que perfazem o concreto efetivamente existente, é científica e conceitualmente anterior, de esclarecimento necessário das pressuposições, àquela da do método. Uma verdadeira viragem filosófica no que tange aos pressupostos da gnosiologia moderna, assentada na prioridade de uma subjetividade isolada e tornada autônoma com relação à mundaneidade. Não se trata da retomada de uma antiga concepção conaturalista entre razão e mundo, nem muito menos a suposição de um real que se desenvolve como tal em virtude de um princípio racional cujo espelho finito é a racionalidade humana. A posição marxiana propugna antes a consecução de um roteiro aberto no âmbito de uma relação, inicialmente prática e carecida, virtualmente mediada pelo conceito das categorias e regida pela subsunção ativa do sujeito concreto a um objeto efetivo, constituído pela síntese de suas determinações.

Artigo 192. O mistério da construção especulativa

Sabina Maura Silva (Doutora / Professora, UFMG)

Resumo: A comunicação proposta expõe o caráter da crítica marxiana à tradição filosófica em sua vertente especulativa, elaborada e consagrada na lavra de Hegel. Com relação ao pensamento hegeliano é justo dizer que a obra marxiana procede ao ajuste de contas teórico-crítico, o qual atravessa toda a sua obra, indo das primeiras formulações de seu padrão reflexivo àquelas nas quais se exercita a crítica da economia política. O aludido acerto é momento decisivo de um processo de investigação do conteúdo da filosofia especulativa com a crítica à filosofia do direito e do estado de Hegel (1843), a partir do qual se principia a instauração do pensamento marxiano propriamente dito. Marx, ao empreender o desvendamento dos pressupostos teóricos do sistema hegeliano encontrou o *locus* próprio para suas análises - a sociedade civil, esfera da sociabilidade em que se dá a produção efetiva da vida -, como também encontrou o motivo de se ver em apuros para lidar com a realidade a partir da posição especulativa que, segundo ele, opera uma inversão na ordem das determinações. Itinerário de desvendamento crítico que se adensa em *A Sagrada Família*, na seção intitulada *O Mistério da Construção Especulativa*, Marx revela o segredo do procedimento especulativo, mostrando que a aparente produtividade dos procedimentos filosóficos especulativos nada mais é que a autonomização das categorias extraídas por abstração em relação à efetividade. Tal modo de conceber o real opera uma inversão ontológica porquanto transforme a efetividade em momento finito e incompleto de uma pretensa universalidade ideal autossustentada.

Artigo 193. Acerca do método marxiano: a teoria das abstrações

Vânia Noeli Ferreira de Assunção (Doutora / Professora, Cogea, PUC-SP)

Resumo: Marx repôs na modernidade o primado da ontologia sobre a gnosiologia, centrando-se numa ontologia específica do ser social. Julgando que, no estudo do ser social, não servem os instrumentos utilizados para pesquisa nas ciências da natureza, destacou que não é possível, numa pesquisa de porte ontológico, o tratamento autônomo da questão metodológica, a qual depende do objeto, que sempre demanda formas específicas para ser apreendido. Considerando a fundamentação onto-prática do conhecimento, a determinação social do pensamento e a presença histórica do objeto, Marx praticou um método muito próprio, colado à efetividade do objeto, que recebeu do filósofo paulistano J. Chasin o nome de *teoria das abstrações*. A capacidade de abstração é apontada como Marx como a ferramenta adequada para o estudo do ser social, em que se ascende do abstrato ao concreto e se retorna à efetividade, pela qual se medirá o conhecimento alcançado – no dizer de Chasin, o *ser* parametriza o conhecer. As abstrações ontológicas são determinações ou categorias simples, e, enquanto tais, estão dadas “tanto na realidade efetiva como no cérebro”, ou seja, “exprimem, portanto, formas de modos de ser, determinações de existência”. É só no fim de um longo e árduo processo, no ponto de chegada, que o concreto se articula como concreto de pensamentos. Este é, para Marx, o método científico exato. Neste processo, o sujeito que investiga não é passivo, mas deve “se apoderar da matéria”, analisá-la, inquiri-la e mostrar sua articulação interna.

Artigo 194. A atualidade da crítica marxiana à concepção de “ser” hegeliana

Vitor Bartoletti Sartori (Mestre / Professor, Eduvalle)

Resumo: Na *Ciência da Lógica* o ser é carente de determinações, o mais abstrato, a forma pura de intuição. Ele, pois, corresponderia à imediatez. Marx, por sua vez, demonstra que o ser é determinado, objetivo e dotado de historicidade – é mediado pela própria história. Mostra que o traçado hegeliano (em que o ser tem como correlato o nada e conflui no devir) contém em si a logicização da realidade: a concretude se conforma no autor da *Fenomenologia do espírito* somente mediante a atividade do espírito, que obedeceria à lógica. A noção de ser hegeliana inviabiliza o materialismo trazendo, desde cedo, a noção de sujeito-objeto idêntico e a teleologia na história. Para Marx, assim, é necessária a crítica a essa posição hegeliana por meio da apreensão reta da concretude, apreensão essa que Chasin e Lukács, de modos distintos, chamaram de ontologia. A ontologia (acreditamos que Marx realiza uma crítica ontológica) não traz consigo uma retomada de sistemas *a priori* de categorias; parte da apreensão das categorias como formas de ser, determinações de existência, sendo a história a transformação das categorias. A crítica marxiana à noção de ser hegeliana, portanto, afirma aspectos essenciais ao materialismo consequente, dando ensejo à compreensão da história, também, na medida em que essa é passível de transformação consciente. O devir do real, pois, é fruto da própria atividade humana, sendo preciso a apreensão reta do ser para que esse devir não seja mais estranho, mas, com a transformação do modo de produção social, racional e real.

Mesa Coordenada 20. O materialismo histórico e sua atualidade para história social do trabalho

Coordenadora: Flavia Fernandes de Souza

Ementa: Tendo em vista o objetivo deste ano do Colóquio Internacional “Marx e o Marxismo” de discutir o legado de Marx no decorrer dos 130 anos que passaram desde sua morte – um legado oriundo tanto das ideais ligadas a Marx, quanto das teorias e práticas políticas vinculadas ao marxismo –, esta mesa coordenada pretende ressaltar a pertinência da concepção de história elaborada por Marx e Engels, melhor entendida a partir do método materialista histórico, para os estudos atuais do chamado campo da História Social do Trabalho, em especial no Brasil. Sua proposta consiste, assim, em analisar algumas contribuições (clássicas e renovadas) que o materialismo histórico continua a oferecer para os historiadores sociais e a historiografia brasileira do trabalho hoje.

Nesse sentido, os trabalhos reunidos nesta sessão, propõem, de modo geral, precisar as discussões a partir da persistência da centralidade e da atualidade do uso de conceitos, noções e métodos de análise social que buscam referências no pensamento de Marx para os estudos históricos ligados às experiências do trabalho e dos trabalhadores no Brasil. Ao mesmo tempo em que se pretende refletir sobre as contribuições trazidas por pensadores que ampliaram de forma significativa o universo teórico marxista, como é o caso de Antonio Gramsci; e por historiadores que buscaram referências na tradição crítica do materialismo histórico, como E. P. Thompson e Eric J. Hobsbawm. Sendo assim, esta mesa coordenada abordará, por meio dos trabalhos individuais dos seus integrantes, a importância do método materialista histórico em pesquisas voltadas para temáticas que envolvam o estudo da escravidão, da pós-abolição, da formação da classe trabalhadora, do movimento operário, bem como a própria metodologia da história social, que adota como objeto de pesquisa “os de baixo”, as experiências das classes subalternas, grupos que estão sempre envolvidos em relações políticas e culturais com os mundos do trabalho. Ou seja, áreas de pesquisa histórica que podem ainda ser enriquecidas e complexificadas com a utilização da abordagem materialista histórica.

Artigo 201. Escravidão, trabalho e subalternidade: algumas discussões atuais da historiografia marxista e suas contribuições para as análises do processo de formação da classe trabalhadora carioca

Flavia Fernandes de Souza (Doutoranda, História, UFF)

Resumo: Nas últimas décadas, a História Social do Trabalho, vem passando por um intenso processo de ampliações e renovações no Brasil, que incluem pesquisas empíricas, discussões teórico-metodológicas e balanços de produções acadêmicas em torno da necessidade de superação de certos limites nas análises desse campo da História. Considerando esse movimento, este trabalho propõe expor algumas reflexões em torno de discussões recentes levantadas por historiadores brasileiros, inspirados em conceitos e noções oriundos da concepção materialista da História, em torno das relações da escravidão brasileira e da formação do capitalismo e de renovadas versões de entendimento da classe trabalhadora e seu papel como sujeito histórico. O intuito desse esforço consiste, então, em partir de textos dos historiadores Marcelo Badaró Mattos e Rafael de Bivar Marquese para pensar nas contribuições que a tradição crítica do materialismo histórico ainda tem a oferecer para a História do Trabalho, nesse momento de transformações nos objetos, abordagens e métodos. Sendo assim, pretende-se voltar tais reflexões para elementos constituintes do complexo processo histórico da formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro, comumente localizado entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, considerando questões relativas a experiências de trabalhadores escravizados, libertos e livres no “mercado de trabalho” urbano. Propondo-se, assim, destacar a existência de formas diversas de trabalho (ganho, assalariamento, locação de serviços), subordinadas, ainda que indiretamente, a lógicas globais; e experiências de proximidades e de distanciamentos sociais entre os setores subalternos em determinadas situações históricas, como a da Abolição da escravidão. Isso feito de modo a apontar, também, as contribuições da historiografia marxista contemporânea para a pesquisa que se encontra em desenvolvimento acerca da dinâmica do trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no referido período.

Artigo 202. Pré-político ou política sem política? Uma análise da teoria do banditismo social de Eric Hobsbawm e de seus leitores no Brasil

Igor Gomes Santos (Doutorando, História, UFF)

Resumo: Muitos pesquisadores do banditismo afirmam, em seus textos, terem “colocado abaixo” as teorias do historiador inglês Eric Hobsbawm, mostrando como no mundo dos bandidos sociais a presença das classes dominantes era maior do que supunha o historiador inglês. Criticam o entendimento de Hobsbawm acerca do que ele chamou de “movimentos arcaicos” e de rebeldias “primitivas”. Não comentaram – talvez por ter sido publicado apenas recentemente no Brasil – um pós-escrito de Hobsbawm (2010, 197-232), no qual o historiador afirma a impossibilidade de comparação entre criminosos comuns e os bandidos sociais por ele analisados, sendo o primeiro o objeto de análise da maioria dos historiadores brasileiros. O autor faz uma autocrítica em que afirma não ter dado a devida atenção à relação entre banditismo comum e a política, o que o teria feito perder de vista uma parte das relações desses bandidos, incluindo aí a relação com as classes dirigentes. Mesmo assim, ainda no pós-escrito, Hobsbawm sugere questões interessantes para pensar os chamados bandidos comuns. Sugiro pensarmos que, assim como em E. P. Thompson, nos seus escritos sobre as “lutas de classe sem classe”, em Hobsbawm é possível perceber que há, principalmente em *Rebeldes e Bandidos*, um entendimento de um universo rebelde e ativista de grupos sociais subalternos que faziam *política sem política*, no sentido gramsciano de que quanto mais avançasse a consciência de classe dos grupos sociais subalternos mais consciência de Estado teriam estes. Para Hobsbawm, o que não avançava nestes grupos era a consciência de Estado, apesar de que uma consciência de classe, em forma direta e bruta, estivesse clara para ele, atingindo uma esfera da dimensão do político.

Artigo 203. Considerações sobre a tradição de crítica ativa do materialismo histórico e suas contribuições para a historiografia do movimento operário no Brasil hoje

Kaio César Goulart Alves (Mestrando, História, UFOP)

Resumo: É fato que a concepção materialista da história, desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels e significativamente ampliada por Antonio Gramsci, contribuiu de modo efetivo para a historiografia mundial. Isso se deu em grande medida porque Marx iniciou uma tradição de estudos que adota, do ponto de vista histórico e de modo independente ao objeto, a perspectiva dos vencidos, dos dominados. Além de nos ensinar a identificar, nas relações sociais, a luta de classes, a natureza de classe do Estado capitalista, bem como as lógicas culturais e políticas dos fenômenos históricos. Não por acaso, o materialismo histórico foi apropriado, de forma criativa, por historiadores sociais ingleses, como E. P. Thompson e Eric J. Hobsbawm. Afinal, no campo da História Social do Trabalho, que tem como principal objeto de estudo os trabalhadores, a tradição crítica do marxismo trouxe enormes contribuições. Na área de pesquisa do movimento operário, a relevância do pensamento de Marx é relacionada ao fato de que para ele, e para a melhor tradição de crítica ativa do materialismo histórico desenvolvida no decorrer do século XX, estudar a classe trabalhadora é também acreditar na sua emancipação, uma vez que ela é o sujeito histórico potencialmente revolucionário. Particularmente, pretendemos nesse trabalho abordar a relevância do materialismo histórico, seus conceitos, noções e métodos, para com os estudos históricos do movimento operário produzidos atualmente. Com destaque para as suas contribuições na pesquisa histórica que desenvolvemos no momento, acerca do movimento contra a carestia de vida, conduzido por trabalhadores urbanos na cidade do Rio de Janeiro em 1913 e 1917.

Mesa Coordenada 21. Marx pensador da cultura

Coordenador: Juarez Torres Duayer

Ementa: Cultura, arte e literatura nos clássicos do marxismo. A herança marxiana: os escritos estéticos de Marx e Engels. Marxismo, cultura, arte, literatura e educação. György Lukács, Gramsci e Raymond Williams.

Artigo 211. Lukács: o passado e a arte como auto-experimentação da humanidade

Juarez Torres Duayer (Doutor / Professor, Arquitetura, UFF)

Resumo: Em Winckelmann, a beleza é grega e quem não conhece as obras da antiguidade não sabe o que é verdadeiramente belo. Para Goethe, os gregos sonharam os mais belos sonhos da humanidade. Sobre a arte e epopéia gregas, Marx escreveu que a dificuldade não está em compreender que estão ligadas a certas formas de desenvolvimento social, mas no fato de ainda hoje nos proporcionarem prazer estético e terem o valor de normas e modelos inacessíveis. Lukács, ao apontar o significado da arte grega para a essência humanística das categorias estéticas de Hegel, registrou a herança desses mesmos ideais nas ações políticas dos revolucionários franceses para lembrar que a revalorização do passado sempre foi um veículo ideal da continuidade histórica e que se tomarmos o passado do ponto de vista ontológico, o passado nem sempre é passado e exerce sua influência até o presente através de um processo extremamente complicado.

Artigo 212. A dinâmica da cultura no capitalismo sob uma perspectiva marxista

Paulo Rodrigues Gajanigo (Doutor, Ciências Sociais / Professor, Ciências Sociais (Campos), UFF)

Resumo: No início do século XX certo conceito de cultura passou a ganhar espaço nos estudos científicos: a cultura como conjunto de práticas e significados. Marx não viu surgir essa definição, muito menos sua proliferação. Com ajuda de autores inspirados em Marx, em especial Lukács, Gramsci e Raymond Williams, pretende-se dialogar com esse conceito de cultura, apresentando uma proposta de conceitualização, recorrendo a indicações nos próprios escritos marxianos.

Primeiramente, discute-se a relação complexa de trabalho, linguagem e relações sociais, como forma de criticar a visão homogeneizadora do conceito de cultura, que toma o conjunto como reunião de elementos avulsos. Após, tal como todo conceito no materialismo dialético, buscamos apresentá-lo dinamicamente, em processo. Para tanto, sugerimos o que poderia ser identificado como os momentos da cultura na dinâmica capitalista: a dinâmica geral; e a dinâmica secundária da cultura.

Artigo 213. A trajetória das políticas públicas de cultura no Brasil

Elisabeth Soares da Rocha (Doutoranda, Educação, UFF / Professora, Artes, IFF)

Resumo: O presente texto tem por objetivo apresentar a trajetória da estruturação do setor público de gestão cultural no Brasil. Entende-se a importância da estruturação das instituições públicas para a elaboração de instrumento de gestão de um dos setores da administração pública. Assim como a saúde, a educação, a assistência social, a cultura também deve contar com um plano nacional que oriente ações do governo Federal, Estados e Municípios a criar mecanismos de formulação de políticas públicas de valorização da criação artística, da manutenção de patrimônio histórico, arquitetônico e arqueológico, bem como atue na produção e difusão cultural. Pode-se afirmar que trajetória deste setor da administração pública teve início no século XIX, com as intervenções de Don João VI e culmina com a elaboração do texto do primeiro Plano Nacional de Cultura. Reconhecem-se, entretanto, períodos de lapsos históricos, visto que, existem períodos em que as instituições públicas de gestão cultural foram desativadas, extintas e/ou, negligenciadas, fazendo com que este setor estivesse à mercê de desejos personalistas de governantes descompromissados com o desenvolvimento da cultura nacional. Assim, o presente texto fora organizado seguindo a ordem cronológica das formulações de políticas públicas de cultura, articulando aos momentos da construção histórica do Brasil, bem como, busca-se uma definição de cultura para melhor analisar os contextos de formulação das políticas culturais.

Artigo 214. Marx e a educação na Comuna de Paris



Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois
NIEP-Marx / UFF – Niterói, 29 de setembro a 04 de outubro de 2013

Wanderson Fabio de Melo (Doutor, História, PUC/SP / Professor, UFF)

Resumo: O objetivo da presente comunicação é recuperar as posições de Karl Marx acerca da educação na Comuna de Paris (1871). Nossa hipótese é que a despeito das críticas que Marx dirigiu à Comuna, a proposta educacional foi apoiada e exaltada pelo revolucionário internacionalista, representando uma das grandes medidas do “governo dos produtores pelos produtores”.

Mesa Coordenada 22. Questão agrária e perspectivas críticas para análise dos sujeitos do campo

Coordenadora: Carmen V. S. Castro

Ementa: A “permanência” da problemática agrária interfere na formação social brasileira e as análises sobre os sujeitos do campo carecem da compreensão histórica das condições materiais e subjetivas que impulsionam e limitam as ações coletivas. A questão agrária atual veio se modificando, sobretudo com o aprofundamento da reprodução capitalista no campo, na sua versão atual conhecida como “agronegócio”. As marcas históricas da concentração da terra e do capital foram sendo reatualizadas em diferentes processos de expropriação e de superexploração. Contudo, diferentes estudos sobre as ações e práticas, principalmente as dos movimentos sociais do campo, não investem em identificar os condicionantes econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos que determinam a constituição de suas necessidades, reivindicações, agendas e pautas políticas. Desta maneira, propomos um debate sobre a questão agrária nas perspectivas histórica e sociológica, enfocando sua atual configuração na sociedade brasileira. Privilegiaremos uma abordagem que articule processos de caráter macrosociológico com as especificidades de grupos sociais como indígenas, quilombolas, camponeses, trabalhadores rurais, dentre outros, que vivenciam conflitos com os interesses do grande capital extrativista e agropecuário e também com grandes projetos de desenvolvimento impulsionados pela ação estatal.

Artigo 221. Permanência da questão agrária e o condicionamento das lutas dos sujeitos do campo

Carmen Verônica dos Santos Castro (Doutor, Sociologia, IPPUR, UFRJ / Professor, Sociologia, FEUC)

Resumo: Os debates em torno da questão agrária no Brasil são bastante vastos e envolvem aspectos distintos, dentre estes os de âmbito social e econômico que lidam com diferentes elementos como: desenvolvimento da agricultura, de tecnologias e os aspectos ambiental, cultural e político; e se modificaram com o avanço do capital no campo, se levarmos em conta o período de industrialização do país. Contudo, a problemática agrária se insere nas condições materiais que marcaram/marcam o sujeito e condicionam suas lutas. As experiências de luta dos sujeitos do campo se constituem na dinâmica de mudanças produzidas pelo avanço do capital nas relações de produção e nas ações das famílias de trabalhadores. A reconstituição da problemática agrária como parte da contradição não resolvida, do avanço do capital, e aprofundada no desenvolvimento das forças produtivas no país nas últimas décadas, trata-se de elemento imprescindível para a compreensão das classes sociais – seus movimentos e experiências articuladas. A questão agrária trata-se de marca originária que re-condiciona um processo constante de expropriação e exploração do trabalho; bem como, a perspectiva de outro projeto de sociedade contra o atual projeto do agronegócio que se impõe sobre o conjunto da sociedade. Admitir a existência da questão agrária nos dias de hoje significa reconhecer não somente uma problematização teórica da experiência, mas, sobretudo, reconhecer um problema concreto, um entrave histórico, social, cultural, econômico e político nas bases materiais para o conjunto da sociedade brasileira.

Artigo 222. Apontamentos sobre a relação entre a diversidade sociocultural e a questão agrária

João Augusto de Andrade Neto (Doutorando, Ciências Sociais / Analista, Reforma e Desenvolvimento Agrário, INCRA)

Resumo: Nas últimas décadas um fenômeno social despontou na sociedade brasileira, chamando a atenção de pesquisadores e agentes sociais que trabalham em processos de mediação junto a segmentos rurais. Trata-se da visibilização de centenas de conflitos envolvendo a posse da terra e o acesso a recursos naturais, nos quais as categorias “comunidades tradicionais”, “povos tradicionais” e “populações tradicionais” ganham crescente destaque, indicando fundamentalmente a existência de grupos que assumem identidades culturais como quilombolas, indígenas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, faxinais, fundo de pasto, dentre outras denominações. Fundamentalmente reivindicam o reconhecimento estatal da garantia do direito à terra, ao meio ambiente e à manutenção de modos de vida historicamente constituídos. Há um tipo de leitura que tende a apresentar tais conflitos sociais de forma individualizada, focando na especificidade da situação social de grupos culturalmente diversos e buscando caracterizar os traços distintivos de sua identidade coletiva. Outro tipo de leitura de caráter mais totalizante preza pela tentativa de identificação de fatores de ordem macrosociológica na análise desses conflitos, considerando estes ontologicamente relacionados à questão fundiária, ao problema da renda da terra e a disputa entre projetos políticos de desenvolvimento rural. Tendo como eixo a referida tensão analítica, pretende-se

levantar alguns elementos que permitam discutir a relação entre a diversidade sociocultural de grupos presentes no chamado mundo rural e o tema da questão agrária em sua atual configuração no Brasil, discutindo qual o lugar dos conflitos sociais envolvendo os “tradicionais” em meio aos seculares problemas agrários.

Artigo 223. Expansão capitalista e descontrole estatal do território: o *modus operandi* do agronegócio no Brasil

Débora F. Lerrer (Doutora / Professora, CPDA, UFRJ)

Resumo: Desde a promulgação da Lei de Terras, em 1850, a expansão da ocupação econômica do território brasileiro se deu predominantemente pela violência, expropriação de populações tradicionais - como indígenas, caboclos e quilombolas - e fraude, à revelia mesmo de regulações propostas pelo Estado. Este trabalho visa demonstrar como este mecanismo de apropriação fraudulenta de terras continua e, mesmo, se acentua, com a chegada de uma grande empresa de monocultura de eucalipto a partir do início dos anos 90 na região de Eunápolis, no Sul da Bahia, demonstrando como a acumulação primitiva ou acumulação por expropriação se associa intimamente à expansão do agronegócio no campo brasileiro. A empresa em questão, a Veracel, é uma joint-venture entre a brasileira Fibria, do Grupo Votorantin, e a Sueco-Finlandesa, Stora Enso. Esta última é a empresa estrangeira que mais detém terras no Brasil controlando 204 mil hectares, de acordo com registros do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Este controle territorial só foi possível graças à frouxa regulação do Estado brasileiro, mais especificamente seus entes federados, sobre seu território, o que permitiu que vastas porções do mesmo fossem privatizadas ilegalmente. No Sul da Bahia, 27% do território é devoluto, mas boa parte dessas terras deve estar hoje nas mãos da Veracel. Apesar dos movimentos sociais de luta pela terra na região estarem disputando essas terras, o Estado da Bahia, que deveria discriminá-las, não busca facilitar esse processo através dos mecanismos que têm a sua disposição, favorecendo interesses de uma grande multinacional.

Artigo 224. Questão agrária e agroecologia: crítica da agricultura de corporações

Flaviane de Carvalho Canavesi (Doutora, Planejamento Urbano e Regional, UFRJ)

Resumo: As corporações são a forma econômico-gerencial que promovem dominação e controle sobre determinados territórios. São empresas monopolistas e globalizadas, comumente operando sob a ação de um Estado facilitador. Essa forma de apropriação onde impera o acesso desigual aos recursos do território gera conflitos e disputas. É neste íterim que há forte atuação de movimentos de luta por terra e território articulados em redes em diferentes escalas, conotando a existência/ resistência de modelos distintos na agricultura. Surge daí contradições, desafios e possibilidades que se colocam para as organizações e movimentos sociais envolvidos na luta pelo “caminho camponês” na perspectiva de uma agricultura com bases agroecológicas. Para esta discussão, busca-se caracterizar os diferentes modelos de agricultura existentes no norte do estado do Espírito Santo a partir dos sistemas de produção em assentamentos rurais localizados nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus.

Mesa Coordenada 24. Referenciais e mediações do conflito de classe nas políticas sociais, educacionais, curriculares

Coordenadora: Gelta Terezinha Ramos Xavier

Ementa: Um conjunto de documentos oficiais vem sendo apresentados no corpo das reformas educacionais no último quarto de século. Das leituras e interpretações de tais materiais resultam diferentes práticas, implementadas conforme as circunstâncias, exigências e alcance das ações de resistência.

Importa-nos localizar os referenciais e mediações com que lidamos ao nos implicarmos nos conflitos de classes que as políticas determinam. Desde o tensionamento dos significados que atribuímos às medidas governamentais, inversamente o que são as políticas, indicamos as correspondências de referenciais, pressupostos e decisões a evidenciar marcos, sentidos e direções para a práxis.

De referenciais curriculares para a Educação Indígena, referenciais para a Educação de gênero na escola básica e análises a respeito de ideologias, mentalidades e discursos que sustentam iniciativas governamentais e políticas sociais, educacionais e curriculares, tratamos nesta mesa. Os autores remeterão à discussão sobre o que vem sendo privilegiado no plano educacional, explicitando convergências e dispersões, em função da constituição de projetos de classe que na conjuntura sobressaem.

Estes trabalhos são resultados de investigações que o Núcleo de Pesquisas e Estudos em Currículo (Faculdade de Educação – UFF) desenvolve coletivamente e em conexão com outros grupos de pesquisa. A formação a que visamos, inclusive para a militância política, impõe-se ao buscarmos oportunidade de diálogo neste evento e também por meio de outros trabalhos.

Artigo 241. Ideologias, mentalidades e discursos. A que políticas nos alinhamos?

Gelta Terezinha Ramos Xavier (Doutora, Educação / Professora, Educação, UFF)

Resumo: Ao relacionar os conceitos referidos aos termos do título deste trabalho, determinamo-nos realizar análises sobre o conteúdo das políticas sociais, educacionais e curriculares das quais nos aproximamos pelos sentidos que elas tomam ou possam tomar no conjunto dos acontecimentos do último quarto de século.

Distinguir medidas governamentais de políticas (sociais, educacionais etc.) implica ressaltar interpretações e iniciativas que historicamente situamos, desde a condição classista adotada quando a crítica e a ação política se realizam. Seguir a Otavio Ianni (1979), como em "Ditadura e agricultura" para encaminhar as análises das medidas pode ser exercício profícuo, quando tal intelectual enumera medidas dos governos militares, que trazem no discurso o que não levam à prática. Uma série de documentos tem sido analisados em outros momentos, inclusive por autores distintos. Uma série de propostas no plano das políticas educacionais vem sendo defendidas e debatidas. Que razões, que fundamentos, que pressupostos são tomados como referenciais? Que ideologias os respaldam? Que mudanças de mentalidade são verificadas? Que discursos os suportam? A atenção à produção cinematográfica envolve-nos quanto às compreensões do conteúdo dos projetos políticos em pauta. Em filmes como "Dogville" (Lars Von Trier, 2003) e "A separação" (Asghar Farhadi, 2010) temos acesso a considerações sobre o que são a convergência e a dispersão que levam às escolhas, evidenciando polos dos comportamentos, opostos quando as razões são identificadas. Como intelectuais localizados em determinado campo, intensificar o exame do que significam nossas escolhas e tarefa permanentemente exigida, se desejamos cumprir papel social relevante.

Artigo 242. Diferenças culturais e corpo no debate curricular

Roberta Jardim Coube (Mestre, Educação)

Resumo: A partir da noção de corpo pautada no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), buscamos discutir a necessidade de uma educação específica para cada etnia, entendedora das diferenças culturais dos povos ameríndios brasileiros. Diferenças que em maior ou menor grau estão presentes nos contextos educacionais de índios e não-índios, visto que a diferença é uma condição humana. Desse modo, corroboramos alguns conceitos/ideias de Miguel Arroyo (2012), sobretudo que o currículo é um território em disputa e, ao tratarmos da questão do corpo, interessa-nos localizá-lo sócio-historicamente, problematizando as dicotomias ainda existentes e a precarização a que são submetidos os corpos, os quais atrelam seu sobreviver ao trabalho. Importa, nesse contexto, problematizar o conceito de cultura entendendo-a além das definições antropológica e estética como pauta Terry Eagleton (2011).

Artigo 243. Culturas juvenis e direito à formação-trabalho

Graziela Cupello Jorge (Graduanda, Educação, UFF)

Resumo: Esta pesquisa se inclui entre as investigações realizadas sob o rótulo de “Currículo, Trabalho e Culturas Profissionais”, quando há cerca de quatro anos se busca junto a estudantes do nível médio, de cursos de formação de professores, a compreensão do que vêm significando os textos curriculares para jovens de camadas populares segregados, de diversos modos, conforme os grupos culturais, econômicos, políticos a que se vinculam e principalmente, analisar as assimetrias históricas de gênero e de que forma estas se desenvolvem. Discutir as questões de gênero nas formulações curriculares é maneira de evidenciar as relações de poder em projetos hegemônicos nos sistemas educacionais. Os tensionamentos que camadas populacionais historicamente oprimidas promovem têm gerado respostas às reivindicações desses movimentos. Políticas sociais marcadas por tais temáticas implicam transformações culturais e mudanças de mentalidade, inevitáveis no processo civilizatório. Como integrante do NUPEC – Núcleo de Pesquisas e Estudos em Currículo, realizei estudos e leituras de autores curriculistas, como Miguel Arroyo e Gelta Xavier, para compreender as condições em que se inserem jovens das camadas populares das escolas públicas, tais são as evidências de *apartheid* social a que estão expostos os sujeitos deste segmento da população. Culturas juvenis e direito à formação-trabalho são itens de um título que importa aprofundar no plano teórico e da práxis.

Mesa Coordenada 25. Trabalho, práxis e formação humana

Coordenador: Antonio Julio de Menezes Neto

Ementa: Debate acerca da práxis na formação do pensamento educacional marxista. As manifestações populares e de movimentos sociais na América Latina e seu caráter educativo como práxis humana.

Artigo 251. A práxis revolucionária em germe nas Mobilizações de Junho de 2013

José de Andrade Matos Sobrinho (Doutorando, Educação, UFMG)

Resumo: As relações entre revolução social e educação se apresentaram de forma contundente no Brasil em junho de 2013. Tendo como protagonista a juventude trabalhadora e estudantil, milhões foram às ruas acreditando na ação direta para transformar a realidade em nosso país. Considerada por Marx como a verdadeira práxis, a revolução e seu processo permanente em nosso país teve alguns de seus ensaios da história recente quando a juventude se pôs em movimento, trazendo em si o questionamento ao regime, profanando instituições do poder burguês, colocando contra parede governos e parlamentos democráticos. Um verdadeiro empoderamento de amplas camadas sociais deslocou rapidamente a correlação de forças da luta de classes brasileira e a conectou a conjuntura internacional explosiva de outros países da periferia do capitalismo mundial. O que essa práxis humana, que se expressou na participação ativa de milhões de pessoas em todo o Brasil que acreditarem ser possível mudar a realidade pela luta e pela ação direta, representa no que tange a educação política das massas. Se a existência humana, enquanto experiência sócio histórica é de constante aprendizado e que possui uma dimensão educativa, o que as jornadas de junho têm a nos ensinar? Quais aprendizagens acumuladas pelas massas nessa experiência de conflitos com o Estado burguês e seus representantes políticos tradicionais permitiram enfrentá-los em torno de uma série de reivindicações políticas pode abrir uma nova perspectiva de transformação social?

Artigo 252. Trabalho, práxis e formação humana

Justino de Sousa Junior (Doutor, Educação, UFMG / Professor, UFCE)

Resumo: Esta pesquisa retoma o debate dos fundamentos teóricos das pesquisas em trabalho e educação, adotando como problema central a relação entre as categorias trabalho, práxis e educação. Ela se concentra na análise da práxis em autores marxistas, detendo-se mais demoradamente na investigação do tratamento lukacsiano da categoria. Procura-se demonstrar, primeiro, que a práxis é, verdadeiramente, uma categoria analítica e, em seguida, sua relevância nas análises marxianas e lukacsianas. Nestas análises a práxis não é subsumida no trabalho e ainda se distingue deste último, fundamentalmente, por determinar de modo mais abrangente que ele a condição do ser social. Estas análises servem de base para o debate sobre o sentido da práxis nas definições teórico-metodológicas do campo de pesquisa em trabalho e educação. Deste debate obtém-se a conclusão de que neste campo a práxis não é peça analítica fundamental na compreensão da formação humana, pois esta compreensão já seria suficientemente contemplada pela categoria trabalho. Assim, a práxis se esvazia enquanto categoria de análise e seu uso passa a se definir não mais por um princípio ontológico, mas por escolha meramente estilística em face do caráter simbólico-crítico que a expressão carrega.

Artigo 253. O zapatismo e a educação: o marxismo e o indigenismo na América Latina

Antonio Julio de Menezes Neto (Doutor / Professor, Educação, UFCE)

Resumo: Este artigo apresenta e discute o EZLN, que apresenta-se como uma construção latina americana apropriada do marxismo, e a educação presente nos seus "Caracóis". Apresenta pesquisa de campo realizada em Chiapas, Sul do México, estado em que o zapatismo possui a sua maior base. Através desta pesquisa de campo, mostra a luta dos camponeses e indígenas mexicanos desde o levante zapatista e como estão se organizando nos "Caracóis" e dentro destes as suas escolas. Mostra como mantém e constroem sua autonomia frente ao governo mexicano, seja na sua organização mais geral ou, de forma mais específica, na educação.

Mesa Coordenada 26. Cultura, sociedade civil e hegemonia no capitalismo tardio

Coordenador: Rogério Ferreira de Souza

Ementa: A Proposta desta Mesa é discutir, refletir e ampliar o campo de análise da teoria gramsciana sobre Cultura e hegemonia no contexto do capitalismo tardio. Partido das mais diversas temáticas inseridas no âmbito da cultura, como: produção intelectual, arte, manifestação cultural, vida cotidiana, manifestações populares, movimentos sociais entre outros, busca-se explorar as possibilidades analíticas da forma como Antonio Gramsci formulou os conceitos de cultura e hegemonia para compreensão dos processos de transformação social. Tal ampliação conceitual nos permite pensar em uma pluralidade analítica, contemplando questões para além do econômico e do político *stricto sensu*.

Artigo 261. Cultura e arte na obra de Antonio Gramsci: disputa de hegemonia e transformação de consciências

Marcio José Melo Malta (Doutor / Professor, UFF)

Resumo: Diversos foram os pensadores marxistas que refletiram sobre a relação entre cultura e arte, notadamente no século XX. A proposta em tela visa percorrer as considerações de Antonio Gramsci acerca do papel da arte no processo de formação de consciências críticas, ou a "elevação cultural das massas populares", nos dizeres do autor. A arte cumpriria papel fundamental na "reforma intelectual e moral" propalada pelo sardenho. O campo artístico seria um esforço intelectual, que poderia reproduzir formas de pensar, ou construir novos elos de transformação. Subjacente ao debate, está a questão da hegemonia e a sua disputa no interior da sociedade. O conceito de "luta cultural" será trabalhado na perspectiva da formação de uma mentalidade popular destituída da subalternidade perante às classes dominantes. Antonio Gramsci salienta a função da arte publicada na imprensa como um fator essencial na construção da memória social. Trabalhar-se-á ainda o debate sobre os intelectuais, abordando os artistas como uma modalidade de intelectual ao seu modo. Em termos metodológicos, os esforços se concentrarão na obra de Antonio Gramsci, fazendo o levantamento do tema em questão nos "Cadernos do Cárcere", assim como o levantamento bibliográfico e o cotejo reflexivo dos trabalhos que abordaram tal contribuição, ou seja, a recepção do autor. Ciente das limitações de espaço, será feita a análise da literatura marxiana, as suas ideias centrais acerca da estética e a concepção da relação entre arte e sociedade nos mais diversos teóricos marxistas, como, por exemplo, Leon Trotsky e Guíorgui Plekhanov, identificando proximidades e divergências nessas concepções.

Artigo 262. Tensões democráticas e a vanguarda intelectual: entre o silêncio e o cooptação

Rogério Ferreira de Souza (Doutor, Ciências Sociais / Professor, Sociologia, IUPERJ/UCAM)

Resumo: Este trabalho tem como objetivo central promover uma discussão sobre o papel que o intelectual vem assumindo na esfera pública brasileira a partir do processo de redemocratização. É consenso na historiografia sociológica e política brasileira a importância que figura do intelectual teve na construção do Brasil republicano e na organização da cultura nacional, seja assumindo posturas conservadoras no processo de construção do Estado Nacional, seja como agente da contracultura e atrelados aos movimentos e lutas sociais, no campo e na cidade. Em outras palavras, o intelectual exerceu em grande parte de nossa história republicana uma posição vanguardista sintonizado às questões sociais, culturais, políticas e artísticas que emergiam das manifestações sociais. Mas e agora? Onde se encontra o intelectual que juntamente com a sociedade civil alinharam-se na empreitada da mudança política e na retomada da democracia? Qual o lugar do intelectual hoje e quais são as suas aproximações orgânicas com a sociedade civil frente às manifestações sociais que nos tomam nos dias atuais? Acredita-se que estas questões possam contribuir para um debate em torno da posição vanguardista do intelectual frente uma tipologia de papéis: intelectual orgânico, especialista/acadêmico e intelectual engajado.

Artigo 263. Revolução passiva e meios de comunicação: uma análise gramsciana das manifestações no Brasil

Carlos Eduardo Rebuá Oliveira (Doutorando, UFF / Professor, UNIGRANRIO)

Resumo: Neste trabalho, de matriz gramsciana, os esforços teóricos se concentram fundamentalmente nos conceitos de revolução passiva – central na escrita dos *Cadernos* – transformismo e opinião pública. Nosso objetivo é analisar as recentes manifestações ocorridas em todo o país, tendo como lastro histórico os processos de “revolução-restauração” ocorridos no Brasil desde a Independência. O longo recorte temporal não inviabiliza a análise do presente, mas pelo contrário, lastreia nosso balanço histórico do desenvolvimento do Estado brasileiro – a partir da concepção de Estado ampliado de Gramsci – nos permitindo diagnosticar com mais acuidade os processos político-sociais hodiernos, sendo a questão do consenso central nesta análise.

A partir da concepção gramsciana dos aparelhos privados de hegemonia e da opinião pública como ponto de tangência entre a sociedade civil e a sociedade política (entre consenso e força), enfatizaremos o papel estratégico dos meios de comunicação na orquestração dos consensos e na construção de sentidos/leituras hegemônicas da realidade, sintonizadas diretamente com os interesses do *establishment*.

O corpus do trabalho compreende a obra de Gramsci e, sobretudo, os escritos de Carlos Nelson Coutinho, que analisou de maneira pormenorizada os conceitos aqui apontados, bem como de Guido Liguori, Christinne Buci-Glucksmann, Alvaro Bianchi e Giovanni Semeraro, autores gramscianos importantes.

Mesa Coordenada 27. Indicações iniciais sobre Estado e a institucionalização da pesquisa em educação no Brasil

Coordenador: Sérgio Rafael Barbosa da Silva

Ementa: O objetivo da mesa coordenada *indicações iniciais sobre Estado e a institucionalização da pesquisa em educação no Brasil* é estabelecer relações entre a atuação do Estado brasileiro e o processo de institucionalização da pesquisa em educação no Brasil. Para cumprir esse objetivo falaremos do Estado brasileiro a partir da contribuição de Florestan Fernandes, Miriam Limoeiro Cardoso e Carlos Nelson Coutinho, de forma geral, esses autores afirmam que a nação brasileira foi construída a partir do Estado e não a partir da ação da sociedade civil, para eles, essa construção de cima para baixo, da formação histórica brasileira, contribuiu para que a classe dominante não possuísse vínculos com demandas de movimentos populares. Segundo Coutinho (2006),

Para usar a terminologia Gramsci, isso (construção de cima para baixo da formação histórica brasileira) impediu que nossas 'elites', além de *dominantes* fossem também *dirigentes*. O Estado moderno brasileiro foi quase sempre uma 'ditadura sem hegemonia', ou, para usarmos a terminologia de Florestan Fernandes, uma 'autocracia burguesa' (p. 176, grifos do autor).

Dessa forma, buscaremos identificar aspectos que explicam a atuação do Estado moderno brasileiro, dando ênfase ao período compreendido entre as décadas de 1930 e 1970. O período mencionado anteriormente mantém relação com dois acontecimentos importantes para a trajetória de institucionalização da pesquisa em educação no país, a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em 1937, e a publicação do Parecer nº 977, em 1965, que conceituou a pós-graduação no Brasil. Segundo Costa (1984),

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais foi criado com a denominação de Instituto Nacional de Pedagogia, através da Lei nº 378, de 13.01.1937. A exposição de motivos que lhe deu origem, assinada pelo Ministro Gustavo Capanema, refere-se à inexistência, à época, de "um aparelho central destinado a inquéritos, estudos, pesquisas e demonstrações sobre os problemas do ensino" (p. 244, grifos da autora).

A criação do INEP conferiu a este órgão um lugar de destaque na produção de pesquisas em educação até a implantação da pós-graduação *stricto sensu* em educação no país, na década 1970, segundo Cunha (1978), com o surgimento dos cursos de mestrado e doutorado em educação tivemos um deslocamento na produção de pesquisas em educação, o INEP perdeu o seu lugar de protagonista para a pós-graduação *stricto sensu*.

Nesse sentido, os trabalhos apresentados na mesa *indicações iniciais sobre Estado e a institucionalização da pesquisa em educação no Brasil* irão estabelecer relações entre aspectos da atuação do Estado moderno brasileiro com aspectos da história de institucionalização da pesquisa em educação no país, através delas podemos ter acesso a elementos que explicam a necessidade de o Estado brasileiro difundir a produção de pesquisas em educação, difusão articulada à tarefa de modernização do ensino superior brasileiro e que pode ser entendida, segundo Cardoso (1978, 1996), através da *ideologia do desenvolvimento*.

Artigo 271. Institucionalização da pesquisa em educação no Brasil

Alexandre Augusto e Souza (Graduado, Design Gráfico, Unesa / Graduando, Pedagogia, UERJ)

Resumo: O tema deste trabalho refere-se à investigação que trata do processo de institucionalização da pesquisa em educação no Brasil. Ao tratar de um processo, o trabalho busca apresentar, a partir das contribuições de Florestan Fernandes (1966, 1974, 1981, 2011), as condições presentes ao final do século XIX e início do século XX, que proporcionaram, segundo ao autor, transformações significativas na sociedade brasileira. Segundo Florestan Fernandes, transformações que viabilizaram a institucionalização da pesquisa, inclusive a pesquisa na educação, que tem como marco a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos ao final dos anos trinta. Configura-se uma pesquisa bibliográfica, que trata da análise da sociedade brasileira ao final do século XIX e início do século XX, especificamente a análise das condições que possibilitaram a institucionalização da pesquisa em educação no âmbito da constituição do Estado brasileiro. Destaca-se inicialmente, segundo Florestan Fernandes (2011), a desarticulação do trabalho servil e a rearticulação do poder político e econômico dos *Senhores Rurais*. Para Florestan

Fernandes (1974, 1981, 2011) as transformações de ordem econômica e política constituíram as condições originais e impulsionadoras necessárias que viabilizaram a formação de instituições no Estado brasileiro direcionadas para a pesquisa em educação.

Artigo 272. A política educacional do desenvolvimentismo sob a presidência Juscelino Kubitschek

Gabriela Borges Silva (Mestranda, UERJ)

Resumo: Neste trabalho pretendo investigar a política educacional implementada pelo Estado no período do desenvolvimentismo administrado por Juscelino Kubitschek. Analiso este papel do Estado diante da teoria marxista, compreendendo que o Estado esteve a serviço de interesses privados. Utilizarei a linha de pensamento Gramsciana e seu conceito de hegemonia. Segundo Gramsci, as relações de hegemonia estão estruturadas entre Estado e sociedade civil, sendo um meio em que o Estado busca o consenso social (Gramsci, 2000b). JK apresenta a visão hegemônica proposta no seu governo em documentos (como as “Mensagem ao Congresso Nacional”) que tiveram a sua ideologia analisada por Cardoso (1978). Uma das ideias expostas nestes documentos é a de que o processo de aceleração do crescimento levaria a superação do atraso, à prosperidade e esta resultaria em uma igualdade social. Contudo, segundo Coutinho (2008), a classe dominada esteve sob o que o autor chama de uma hegemonia seletiva, pois foram dadas concessões a operários urbanos ao mesmo tempo em que foram excluídos setores como o dos trabalhadores rurais e autônomos, sem nenhuma compensação. Já a classe dominante foi favorável a esta abertura da economia, entendendo que poderia ser fonte de lucro e formação de uma burguesia brasileira. Gramsci dizia que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica” (Gramsci, 1999) e é diante disso que investigarei a forma como o Estado se estrutura neste período e produz sua política educacional, buscando compreender a influência dos centros de pesquisa do INEP e do capital estrangeiro.

Artigo 273. Aspectos da modernização do ensino superior: as orientações do Estado para a implantação da pós-graduação no Brasil

Sérgio Rafael Barbosa da Silva (Mestre, Educação)

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de relacionar aspectos de algumas medidas legais adotadas para a implantação dos cursos de pós-graduação na educação superior brasileira aos aspectos da ação do Estado brasileiro no período de implantação desse nível de formação. As medidas legais que serão objeto deste trabalho são: o Parecer nº 977/65, o Parecer nº 77/69, a Lei 5.540/68 e o primeiro Plano Nacional de Pós-graduação (I PNPG – 1975/1979). Escolhemos essas medidas porque nelas estão expressas os mecanismos legais que impulsionaram a implantação da pós-graduação no Brasil. O estudo dessas medidas será associado aos aspectos do contexto de mudanças sociais que aconteceram nas primeiras décadas do século XX, sobretudo, a relação entre as mudanças na produção material, e alguns de seus desdobramentos, naquilo que Florestan Fernandes (1981, 1975) denomina de *modernização* da sociedade brasileira. Entendemos que o processo de *modernização* supõe a composição de novas instituições sociais, principalmente, instituições científicas. Dessa forma, é importante, segundo Fernandes (1975, 1981), situarmos o contexto histórico no qual a discussão sobre a finalidade das instituições científicas e das universidades no Brasil sofreu influência da visão de *modernização* do país. Segundo Cardoso (1978, 1996), o processo de *modernização* do Brasil, entre as décadas de 1930 e 1960, foi impulsionado pela elaboração de políticas estratégicas no seio do Estado, baseadas em uma ideologia, denominada pela autora de *ideologia do desenvolvimento*.

Mesa Coordenada 30. De Marx a Gramsci: a vitalidade da análise política marxista a partir dos conceitos de Estado, sociedade civil e hegemonia

Coordenador: Cleber Andrade

Ementa: A despeito das diferenças entre enfoques, estilos, e preferências teóricas, todas as comunicações da pretendida mesa procedem de um conjunto de preocupações e intenções, por todos partilhado, nascido de reiteradas discussões, sobre os desafios – práticos e analíticos – os quais o atual momento histórico, denominado pós-moderno nos apresenta. Aspira-se, por um lado, resgatar e difundir as contribuições clássicas desenvolvidas no âmbito da análise política marxista, e; por outro, atualizar e retificar (quando necessário) tais matrizes, visando suas utilizações como instrumentos, tanto para uma melhor compreensão da conjuntura, como de motivação e mobilização popular em prol de ação social significativamente transformadora. Nesse sentido, *Felipe Brito* explora a atitude ambígua, patente nos escritos de juventude, de Marx para com o Estado. *Cleber Andrade* refaz o itinerário intelectual de Marx: daí registra tanto sua dimensão realista (patenteada pelo recurso permanente à história), como seu caráter dialético (cristalizado no esforço de atualização permanente). *Victor Leandro C. Gomes* retoma um ponto nodal da contribuição gramsciana e o atualiza em face das críticas contemporâneas dirigidas ao marxismo, cujo cerne assenta-se na desqualificação da luta de classes e a centralidade que ela desempenha à reflexão marxista. *Rodrigo Lima* vale-se da apresentação do debate acerca da utilização estatal dos Fundos Públicos para perscrutá-la e problematizá-la como instrumento ambivalente a serviço da hegemonia.

Artigo 301. Realismo e dialética na análise política marxiana. Uma Apreciação da reflexão de Marx sobre o Estado e as instituições políticas modernas

Cleber Andrade (Mestre, Sociologia / Professor, UFF)

Resumo: A fundamentação científica da crítica ao capitalismo se afigurara para Marx condição fundamental para a comprovação de um conjunto de teses, em cujo bojo situara-se uma clara e indelével motivação política: prefigurar, informar, e justificar a necessidade de uma revolução social sob a liderança do proletariado. Daí, dedicara-se várias vezes à análise política de diversos contextos e países da Europa. Entre o dissabor de algumas frustrações e a renovação de certas expectativas, ele não hesitara em reformular sistematicamente sua reflexão: donde se nota a revisão de alguns pressupostos, a incorporação de percepções novas, a rejeição de determinadas posições, e a reavaliação de certos juízos. Este paper debruça-se sobre a apreciação marxiana das instituições políticas modernas. Para tal, apresenta, inicialmente, um panorama geral de sua compreensão acerca da política e do Estado modernos. Disso, detém-se sobre suas considerações específicas sobre algumas instituições políticas destacadas em suas reflexões. Em seguida, algumas das características da dinâmica política contemporânea são destacadas e confrontadas com o arcabouço conceitual extraído de Marx. Pretende-se, com isso, incrementar a reflexão e o debate acerca da amplitude – isto é, as condições, os limites, e as possibilidades – da matriz marxiana de análise política.

Artigo 302. O curto verão das expectativas estatais de Karl Marx

Felipe Mello da Silva Brito (Doutor, Serviço Social / Professor, UFF)

Resumo: Propõe-se expor e analisar as expectativas emancipatórias conferidas por Marx ao Estado moderno, democrático-burguês, cuja duração foi breve. Logo, o presente artigo focará o momento da trajetória teórico-prática de Karl Marx em que o Estado figurava, ainda, como depositário de anseios emancipatórios, indicando, ademais, rotas de autocrítica, sem maiores aprofundamentos. No bojo dessa exposição e análise, pretende-se formular singelos contributos ao desafio de atualização e revigoração das reflexões críticas sobre as relações entre o Estado e o mercado.

Artigo 303. Janus em ação: uma apreciação marxista acerca do duplo papel dos fundos públicos na dinâmica de manutenção da hegemonia

Rodrigo Silva Lima (Mestre, Serviço Social / Professor, UFF)

Resumo: Constitutivamente, o processo de reprodução ampliada do valor requer a interferência estatal em algum grau. No âmbito da engenharia legal-institucional dos Estados capitalistas contemporâneos, essa

intervenção está assentada nas e operada pelas dinâmicas das políticas econômicas e sociais. Nelas, o processo de direcionamento e implantação dos recursos angariados junto à sociedade mediante tributação, assume o caráter de fundo público, e como tal, fonte incontornável e vetor constitutivo ao delineamento das ações estatais. Nesse sentido, este trabalho apresenta e discute algumas das teses marxistas concernentes às funções e aplicações desses fundos. Tendo como ponto de partida o trabalho de Francisco de Oliveira, *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*, salienta-se, inicialmente, que, o caráter classista e contraditório do fundo público na medida em que funde, sob a bandeira do “interesse geral” do Estado, os aspectos econômicos e ideológicos da hegemonia. Em seguida, evoca-se um conjunto de outros autores marxistas, adversários das teses de Oliveira, para os quais, por não estar encerrado numa dimensão meramente contábil, o fundo público não pode ser considerado um “antivalor”, pois participa direta e indiretamente da dinâmica de reprodução ampliada do valor. Por fim, ressalta-se os modos como os fundos públicos são, por um lado, capturados pela esfera financeira no circuito de mundialização do capital e; por outro, instrumentalizados pelos governos como mais um recurso ao enfrentamento da crise estrutural.

Artigo 304. Estado versus Sociedade Civil? A urgente atualidade da política gramsciana

Victor Leandro Chaves Gomes (Doutor, Ciência Política / Professor, UFF)

Resumo: Hoje podemos dizer que o conceito de sociedade civil apresenta uma nova acepção, que guarda um distanciamento daquele que genuinamente encontramos em Gramsci. Demonstrando a necessidade de abandonar o paradigma interpretativo ligado à noção de classe, sociedade civil nestes tempos contemporâneos adota a ideia de fortalecimento da cidadania que se desenvolve mediante uma postura de desesperança e distanciamento em relação ao Estado. Em primeiro lugar, a despeito de algumas interpretações, é preciso advertir que a distinção gramsciana entre Estado e sociedade civil é de natureza metodológica, jamais orgânica. Na concreta vida histórica, a sociedade política (Estado) e a sociedade civil representam rigorosamente as duas faces de uma mesma moeda. No entanto, a sociedade civil não é um lugar idílico. É um espaço de domínio de alguns grupos sociais sobre os outros, onde prevalece a trama da hegemonia, da subordinação e da exclusão de poder. O objetivo primordial deste trabalho é reforçar que a atualidade do pensamento gramsciano reside, em especial, na sua concepção de estatização e de política, e de sua utilização para compreender a sociedade. Neste sentido, não pode haver uma negação, uma separação entre instâncias - como se celebra atualmente - mas, ao contrário, é premente compreendermos a identificação, a “unidade orgânica” entre Estado e sociedade civil preconizada pelo intelectual italiano e que contribui para uma redefinição contemporânea da teoria política marxista.

Mesa Coordenada 31. Democracia e classes sociais no Brasil recente

Coordenador: Rodrigo Dias Teixeira

Ementa: O conceito de Democracia foi forjado no interior da luta de classes, e na história brasileira sua formulação carrega especificidades próprias deste processo. Entre o fim da ditadura empresarial-militar de 1964 e nossos dias, verifica-se a produção de novas formas de hegemonia, mudanças que refletiram uma distinta relação entre coerção e consenso. Dessa maneira, esta mesa se propõe a debater, a partir de pesquisas históricas e dialogando com autores de referência, as transformações realizadas na História do Brasil Recente em torno da assim chamada Democracia.

Artigo 311. Democracia, marxismo e revolução burguesa: Florestan Fernandes e a “Redemocratização” (1976-1984)

Hugo Alexandre de Lemos Bellucco (Doutorando, História, UFF)

Resumo: Os artigos de conjuntura que Florestan Fernandes publicou entre 1976 e 1984 possuem duas vertentes importantes: a reflexão sobre a democracia e sobre a função social dos cientistas e intelectuais no Brasil. Esses artigos trazem a marca das circunstâncias sobre as quais foram escritos, são intervenções informadas por uma análise marxista do capitalismo brasileiro, por uma postura intelectual empenhada na oposição ao regime ditatorial e, ao mesmo tempo, por uma visão crítica do modo como se daria a transição ao regime democrático. Essas análises conjunturais publicadas em jornais e revistas estavam, em grande parte, baseadas nas conclusões sobre a revolução burguesa no Brasil, publicadas em livro em 1975. Neste estudo, trata-se de sugerir instrumentos de análise do momento presente a partir do diálogo com as leituras de Florestan sobre a nossa “democracia de cooptação” ou “democracia tutelada”, que se anunciava no processo de abertura política e constitui, simultaneamente, um capítulo atual do tempo mais longo da construção da sociabilidade capitalista no Brasil.

Artigo 312. A constituinte de 1988 e a transição (1985 a 1988)

Marília El-Kaddoum Trajtenberg (Mestranda, História, UFF)

Resumo: Em meados dos anos de 1970 a ditadura empresarial militar, vigente no Brasil desde 1964, começa um processo de distensão política que visa dar vestimenta democrática às antigas formas de dominação exercidas até então pelas frações da classe dominante que conduziam o regime. Para que os interesses destes grupos não fossem ameaçados por uma verdadeira democratização da sociedade, esta distensão será, segundo o presidente Ernest Geisel, de forma “lenta, gradual e segura”. Isto resultou em diversas permanências do regime ditatorial nas várias esferas que compõem a sociedade brasileira atual, entendida como democrática.

Dentre as várias etapas deste processo de transição cabe destacar o momento da constituinte de 1988. Segundo a tradição liberal, uma constituinte carrega consigo um apelo democrático, de reconstrução de um pacto entre todos os indivíduos. O processo constituinte brasileiro de 1988 vai demonstrar justamente a fraqueza da concepção democrática do contratualismo. Neste “contrato” não existe a atuação de indivíduos livres, mas de classes, ou frações de classe, em diferentes condições de imprimir suas pautas. Sob a ótica da análise de classe, a constituinte aparece como um momento fundamental de articulação das frações da classe dominante. Elementos como a subversão de uma Assembleia Constituinte exclusiva em Congresso Constituinte, a fragmentação dos debates em comissões, sujeitas ao filtro da comissão de sistematização e a formação de uma maioria conservadora, o “centrão”, evidenciam esta articulação. Intelectuais como Florestan Fernandes e Emir Sader dão importantes contribuições ao debate ainda no calor dos acontecimentos.

Artigo 313. Apontamentos teórico-analíticos sobre as (im)possibilidades da democracia no Brasil, a partir da “transição democrática” de 1974 a 1989

Rejane Carolina Hoeveler (Mestranda, História, UFF)

Resumo: As chamadas “Jornadas de Junho” de 2013 no Brasil reacenderam o debate acerca do tipo de regime democrático vigente no Brasil. Para alguns, tratar-se-ia de aproveitar o momento para “corrigir autoritarismos”, genéticos da “sociedade brasileira”; para outros, seria absolutamente impossível realizar

alguns pressupostos democráticos considerados fundamentais sem uma ruptura com o capitalismo. Duas questões são fundamentais para localizar este debate: a interpretação dada à transição democrática recente, e a concepção de democracia e de forma de dominação subjacente às distintas posições.

Nosso objetivo nesta comunicação é discutir alguns elementos fundamentais do debate sobre as formas de regime no Brasil, em dois níveis de análise. Primeiramente, trata-se de delinear alguns traços gerais da transição democrática recente, apontando, a partir dos trabalhos de diversos autores, as rupturas e continuidades verificadas no período que vai de 1974 a 1989. Cabe aqui uma caracterização acerca do sentido da ditadura empresarial-militar implantada a partir do golpe de 1964.

Em um nível mais elevado de abstração, e abarcando portanto determinações que se enquadram numa temporalidade mais longa, a ideia é procurar em alguns expoentes clássicos do marxismo (especialmente Antonio Gramsci e Leon Trotsky; e no Brasil, Florestan Fernandes) as pistas teóricas fundamentais neste debate, a partir de conceitos centrais nestes autores.

Artigo 314. Um novo momento da ascensão burocrática na CUT: a construção dos assim chamados “espaços públicos não estatais” (1999-2003)

Rodrigo Dias Teixeira (Doutorando, História, UFF)

Resumo: A CUT percorreu um relativamente curto (porém intenso) caminho em direção à concepção social-liberal de sindicalismo. Esta concepção foi possibilitada pela expansão da burocracia sindical. Um primeiro momento desta ascensão burocrática ocorreu através do descolamento de dirigentes profissionalizados, tendo como base material a realização de cursos de Formação Profissional com recursos provenientes do FAT. Um segundo momento ocorreu através da construção pela própria CUT dos assim chamados “espaços públicos não estatais”. Os “espaços públicos não estatais” congregam tanto do ponto de vista ideológico (percepção social-liberal da concepção de Estado), quanto material (recebimento de volumosos recursos e ascensão de sindicalistas profissionais especialistas) um novo momento da burocratização da CUT. Dessa maneira, a Central Única dos Trabalhadores propagandeou no interior da sociedade civil um novo consenso ativo em torno da hegemonia social-liberal, dirigida moral e intelectualmente pela burguesia. Foi esta concepção social-liberal que chegou a direção do Estado Brasileiro através da eleição de Lula da Silva em 2002.

Mesa Coordenada 32. Marxismo latino-americano e a crítica da economia política (novo)desenvolvimentista

Coordenador: Fernando Correa Prado

Ementa: A convocatória do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2013 propõe a discussão do legado de Marx no longo decurso de tempo que separa 1883, ano de sua morte, e 2013, no que se refere tanto às teorias que se pretenderam ou se pretendem marxistas, quanto às práticas identificadas com as ideias do autor ou de seus intérpretes, em torno do tema “Marx hoje, 130 anos depois”

Em resposta a este escopo trazemos uma contribuição com as análises construídas ao longo dos últimos anos de estudos, de pesquisadores do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEMA/UFRJ) e do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina (IELA/UFSC), por meio da presente proposta articulada de Mesa Coordenada, intitulada “Marxismo latino-americano e a crítica da economia política (novo)desenvolvimentista”.

Reconhecemos que a agenda do NIEP (Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo - UFF) é bastante fecunda e instiga a pensar desde a tradição marxista a história e o tempo presente.

Desse modo, a partir do eixo temático “Marxismo e América Latina”, esta mesa tem a intenção de debater a conjuntura atual a partir de três eixos: a caracterização da atual fase do capitalismo, marcada pela financeirização; a compreensão do capitalismo dependente latino-americano; e a crítica ao novo-desenvolvimentismo, resgatando em especial a Teoria Marxista da Dependência (TMD) como marco teórico.

Artigo 321. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no Brasil contemporâneo

Rodrigo Castelo (Doutor / Professor, Serviço Social, UNIRIO)

Resumo: O canto da sereia de um novo desenvolvimentismo atrai cada vez mais a atenção da opinião pública e disputa a direção intelectual-moral da sociedade brasileira. Não são poucos movimentos sociais e partidos políticos que aderiram – conscientes ou não, em maior ou menor grau – a este projeto político das classes dominantes, cujos objetivos são moldar uma determinada concepção de mundo para o aprofundamento de uma etapa superior do capitalismo dependente brasileiro. Apesar da força da ideologia *neodesenvolvimentista*, há no Brasil uma controvérsia sobre a sua capacidade de determinar os rumos das políticas do Estado, especialmente econômicas, geopolíticas e sociais. Em linhas gerais, surgem dois questionamentos: houve uma ruptura com o projeto neoliberal e sua atual ideologia hegemônica, o social-liberalismo? Houve, dentro do bloco dominante, um deslocamento da hegemonia para novas frações da classe burguesa? O presente artigo pretende trazer uma contribuição a essa polêmica, centrando-se no debate sobre a política econômica e seus impactos sobre a economia política do capitalismo dependente brasileiro. As suas perguntas centrais são: qual é o papel do novo desenvolvimentismo na etapa contemporânea do capitalismo dependente? É correto afirmar que esta ideologia supera o social-liberalismo e detém a hegemonia na pavimentação do capitalismo no nosso país, deslocando a plutocracia dos seus postos dominantes no bloco histórico neoliberal?

Artigo 322. O gigante sonâmbulo

Marina Machado Gouvea (Mestre / Professora, UNILA)

Resumo: Em versão preliminar, o presente artigo busca ressaltar limites inerentes ao “neodesenvolvimentismo” que tem caracterizado o discurso do governo brasileiro a partir de 2003 e é frequentemente apontado como contraponto à crise estrutural precipitada em escala mundial em 2008. Em caráter ainda exploratório, sublinha-se a possível relação entre tal projeto *neodesenvolvimentista* e o papel subimperialista do governo brasileiro, apontando-os como possível sustentáculo do dito projeto democrático-popular. Destacam-se, em três âmbitos, limites à concretização das promessas veiculadas neste projeto: a) a partir da crítica ao próprio desenvolvimentismo e a partir do debate sobre os limites históricos da acumulação capitalista; b) a partir da análise concreta sobre as mudanças no padrão de acumulação predominante em escala mundial desde o final dos acordos de Bretton Woods (caracterizado pela financeirização especulativa – apoiada no aumento da exploração dos trabalhadores ao redor do mundo

possibilitada pela globalização neoliberal) e da análise concreta sobre a relação dialética entre tais mudanças e uma reconfiguração do imperialismo (enquanto fase do capitalismo) e da dependência latino-americana; c) a partir dos limites impostos pela própria luta de classes no Brasil.

Artigo 323. (Novo)Desenvolvimento e cidadania? Ensaio crítico a cidadania requerida no novo-desenvolvimentismo tupiniquim do Governo Rouseff

Mirella Farias Rocha (Doutoranda, Serviço Social, UFRJ)

Resumo: Esse ensaio tem o propósito de refletir acerca das determinações histórico-estruturais do capitalismo dependente e as possibilidades e limites que imputa à construção da emancipação humana na América Latina, particularmente a partir das transformações políticas que inauguraram o século XXI na região. Partimos da hipótese do *mito do desenvolvimento capitalista nacional* na nova conjuntura política latino-americana (Boron, 2011) e nos propomos a analisar as implicações da agenda novo-desenvolvimentista no campo da chamada cidadania, particularmente na conjuntura Brasileira recente, durante o período do Governo Dilma Rouseff. O estudo analisa como a cidadania requerida aparece no PPA do Governo Dilma, sob o pano de fundo da ideologia *novodesenvolvimentista* em curso. A investigação proposta, objetiva, subsidiariamente através da retomada dos estudos em torno da Teoria Marxista da Dependência, recuperar as análises estruturais aliadas a tarefa contemporânea de decifrar a ossatura histórica e política da América Latina, objetivando o reconhecimento das especificidades e potencialidades em curso.

Artigo 324. O início do fim: notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo

Rodrigo Castelo (Doutor / Professor, Serviço Social, UNIRIO) & Fernando Correa Prado (Doutorando, Economia Política Internacional, UFRJ)

Resumo: Nos últimos 15 anos, há no Brasil uma crescente produção e difusão ideológica em torno da teoria marxista da dependência (TMD). Isto é ainda mais expressivo ao considerar a trajetória da ampla controvérsia da dependência no Brasil desde a crise revolucionária de 1961-64 até o início do século XXI. Esta trajetória foi marcada pelo cerco às contribuições de autores como Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e, em especial, Ruy Mauro Marini, bem como pela hegemonia da perspectiva de autores como Celso Furtado e, principalmente, Fernando Henrique Cardoso. Neste quadro de retomada da TMD no Brasil, o presente ensaio procura inicialmente oferecer um amplo mapa bibliográfico do que foi e vem sendo produzido sobre esse marco teórico no país, observando as formas e temas que têm sido trabalhados ultimamente. Diante disso, é possível perceber o surgimento de uma nova geração da TMD, que busca resgatar a tradição marxista para a interpretação da nova etapa do imperialismo e a transformação da realidade. O ensaio trata também de apontar para alguns nexos explicativos de tal retomada, que implica o fim da supremacia de algumas visões sobre a controvérsia da dependência. A intenção última é fazer um balanço provisório do ressurgimento da TMD no Brasil, considerando as implicações políticas de um processo que poderia ser entendido como uma das expressões do início do fim da supremacia do atual bloco ideológico dominante.

Mesa Coordenada 35. Método em História do Pensamento Econômico brasileiro – interpretações do Brasil

Coordenadora: Maria Mello de Malta

Ementa: O objetivo da mesa é propor uma reflexão em torno das discussões que conectam os temas do método em História do Pensamento Econômico Brasileiro e as Interpretações do Brasil. O texto de Maria Malta, tomando como referência o tempo histórico entre os movimentos abolicionistas e a Era Vargas, propõe explorar como o pensamento econômico brasileiro nasce totalizante e se afirma metodologicamente como interpretador do Brasil, para depois se desgarrar e empobrecer-se a partir de uma maior organização da academia brasileira. O trabalho de Carla Curty pretende resgatar a forma como os elementos da economia política se fazem presentes nas obras clássicas de "interpretação do Brasil", explicitando o caráter totalizante destas obras, assim como expor possíveis formas de analisar outras obras no campo da economia política como obras de interpretação do Brasil. O texto de Juliana Nascimento, a partir do questionamento "Por que interpretar o Brasil?", propõe trazer a discussão de temas como o abandono relativo da reflexão a partir de visadas mais gerais sobre o país e a interpretação do Brasil como espaço de conexão entre presente, passado e futuro.

Artigo 351. A economia política como caminho para interpretações do Brasil: apontamentos sobre questões metodológicas para a história do pensamento econômico brasileiro

Carla Curty do Nascimento Maravilha Pereira (Doutoranda, Economia, UFRJ)

Resumo: Existem diversos trabalhos considerados seminais na linha que ficou conhecida como "interpretações do Brasil". Versando sobre questões históricas, sociológicas, antropológicas, políticas e econômicas estes trabalhos tinham como objetivo explicitar os elementos que seriam característicos do processo de formação do Brasil. Este trabalho tem como objetivo principal resgatar a forma como os elementos da economia política se fazem presentes nestas obras de referência, explicitando o caráter totalizantes destas obras, assim como expor possíveis formas de analisar outras obras no campo da economia política como obras de interpretação do Brasil, de maneira a apresentar possíveis elementos de análise para a história do pensamento econômico brasileiro.

Artigo 352. Por que interpretar o Brasil?

Juliana Nascimento da Silva (Doutoranda, Economia, UFRJ)

Resumo: "Por que interpretar o Brasil?". Fazer esta pergunta em voz alta e admitir que o esforço de interpretação do Brasil precisa ser justificado são as motivações iniciais deste trabalho. O abandono relativo da reflexão a partir de visadas mais gerais sobre o país e a interpretação do Brasil como espaço de conexão entre presente, passado e futuro são questões que emergem da discussão proposta e sobre as quais este texto pretende se debruçar.

Artigo 353. Interpretações do Brasil: uma proposta de acesso metodológico ao pensamento econômico brasileiro

Maria Mello de Malta (Doutora / Professora, Economia, UFRJ)

Resumo: O final do século XIX e o início do século XX foram marcados por uma profusão de tentativas de dar um significado autônomo à sociabilidade que funcionava no interior das fronteiras do que se entendia como Brasil. Descobrir o sentido do Brasil era algo tão forte no pensamento social da época que as expressões econômicas, políticas e artísticas foram marcadas por esta questão, sem necessariamente buscarem uma referência nacionalista ou xenófoba, apesar de em alguns casos passar por elas. Tomando como referência o tempo histórico entre os movimentos abolicionistas e a Era Vargas, propomos explorar como o pensamento econômico brasileiro nasce totalizante e se afirma metodologicamente como interpretador do Brasil, para depois desgarrar-se e empobrecer-se a partir de uma maior organização da academia brasileira.

Mesa Coordenada 37. A categoria alienação na obra de Karl Marx e seus desdobramentos no modo de produção capitalista

Coordenadora: Ellen Lucy Tristão

Ementa: Limites e avanços na crítica da economia política e no entendimento da categoria da alienação nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. Os desenvolvimentos de Karl Marx quanto à compreensão da alienação e sua forma específica no modo de produção especificamente capitalista, a reificação. Alienação e reificação frente às formas de subsunção do trabalho ao capital. A reificação e seus desdobramentos na vida cotidiana.

Artigo 371. Alienação e reificação no desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista

Ellen Lucy Tristão (Mestre, Serviço Social, UFRJ / Professora, UFVJM)

Resumo: Este artigo tem por ponto de partida as elaborações de Karl Marx acerca da categoria alienação, enquanto autoalienação humana em sua obra *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*. Abordam-se, em seguida, os desenvolvimentos dessa categoria no modo de produção capitalista sob a roupagem do fetichismo, a partir da obra *O Capital*, o qual se manifesta das mais diversas formas, do fetichismo da mercadoria ao sua forma mais absurda, no capital a juro. Assume-se a tese de que no modo de produção capitalista, em que as relações sociais surgem atomizadas e mediadas por coisas, a reificação torna-se a forma específica sob a qual a alienação se manifesta. Procurar-se-á demonstrar que, com o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista, o qual tem sua forma mais acabada com a utilização da maquinaria na grande indústria, mediante, portanto, o processo de subsunção real do trabalho ao capital em sua forma mais adequada ao capital, o estranhamento e a reificação atingem um grau elevado, sem paralelos. Conclui-se que, no entanto, as contradições do capital, fundamentadas principalmente na própria lei do valor, se impõem de forma a desmistificar o caráter reificado dessa forma social, cujos avanços só devem servir ao homem e não ao capital.

Artigo 372. A reificação da vida cotidiana: notas para uma introdução crítica

Petrus Alves Freitas (Graduando, Economia, UFVJM)

Resumo: Este trabalho configura-se numa pesquisa sobre a reificação da vida cotidiana e utiliza-se da crítica da economia política de Karl Marx com o intuito de avançar na discussão deste tema. Sustentamos que de todas as esferas da realidade, a vida cotidiana é a que mais está à face da alienação. Isto porque as atividades mais simples, tais como o vestir-se, como as mais complexas, tais como a criação estética, são objetivadas na vida cotidiana, a qual é trespassada pelas relações sociais presentes em cada fase histórica da humanidade. Desta forma, a alienação da vida cotidiana não se dá em consequência das determinações fundamentais da estrutura cotidiana, mas sim pelas condições sociais. Embora presente em todas as sociedades nas quais existe a propriedade privada dos meios de produção, a alienação na sociedade capitalista assume a forma específica de reificação, a qual aparece quando o fetichismo se universaliza e as relações sociais são mediadas por coisas. Para o entendimento da reificação da vida cotidiana, elaboramos uma análise síntese das concepções de alguns autores que teorizaram sobre o cotidiano, tais como György Lukács, Agnes Heller e Henri Lefebvre. A partir destes desenvolvimentos debatemos a categoria reificação e seus desdobramentos na vida cotidiana. Busca-se demonstrar as consequências que a dinâmica da sociedade capitalista exerce sobre a vida cotidiana contemporânea, submetendo as relações sociais à produção e reprodução capitalista, tornado o cotidiano cada vez mais em um cenário reificado que contribui para a alienação.

Artigo 373. Apontamentos sobre a categoria marxiana da alienação nos Manuscritos econômico-filosóficos

Swelen Yasmin Delgado de Aguiar (Graduanda, Economia, UFVJM)

Resumo: Este artigo discutirá a importância e os limites dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* para a compreensão da categoria alienação. Os *Manuscritos* marcam importante momento no desenvolvimento do pensamento marxiano. Nesta obra encontra-se a primeira versão da crítica da economia política, além de

extratos da crítica à *Fenomenologia do espírito* de Hegel. É a primeira vez que a economia política é relacionada à filosofia hegeliana, possibilitando a Marx, a partir da crítica filosófica, desvendar as leis do capitalismo e transcender a economia política, elencando elementos necessários à sua superação. Ao mesmo tempo, pela crítica da economia política Marx apontará as contradições da sociedade burguesa, desvelando o caráter de trabalho forçado da atividade laboral, a qual não se direciona a satisfação das necessidades físicas e espirituais do trabalhador, mas surge como meio de satisfazer necessidades externas a ele. Portanto, Marx dá um grande passo no desenrolar da teoria da alienação, demonstrando a autoalienação do trabalho. Porém, não fora ainda possível a Marx determinar a especificidade da alienação no modo de produção capitalista. O avanço neste entendimento e nos desdobramentos da categoria alienação enquanto reificação inicia-se na *Miséria da filosofia* (1847), ganha contornos mais definidos no riquíssimo *Grundrisses* (1857-1858), e atinge sua maturidade, em 1867, com a publicação do Livro I d'*O capital*. Conclui-se que, embora não constitua um texto de maturidade, os *Manuscritos* cumprem importante papel no desenvolvimento do pensamento de Marx ao inaugurar uma nova trajetória, a crítica da economia política, e ao delinear questões que percorrerão toda sua obra.

Mesa Coordenada 38. Contribuições para a compreensão da crise contemporânea

Coordenador: Fábio Pádua dos Santos

Ementa: Cinco anos após os episódios desencadeadores da crise financeira que derrubou a economia mundial, o mundo se encontra em situação não menos problemática, pois a crise financeira transbordou da “esfera econômica” para o conjunto das relações humanas. Diante deste quadro, a presente mesa tem por objetivo confrontar autores, cujas perspectivas estruturais, podem contribuir para a compreensão da crise do capitalismo contemporâneo.

Artigo 381. O conceito de crise estrutural em Immanuel Wallerstein

Fábio Pádua dos Santos (Doutorando, Desenvolvimento Econômico, UNICAMP)

Resumo: Na economia política contemporânea, o tópico da crise é objeto de grande debate. Sob esta perspectiva, não é surpreendente haver muito a discutir, começando pela plasticidade do conceito crise. Muitas são as situações em que o conceito é empregado: ora para se referir aos antagonismos circunscritos às esferas específicas da existência (economia, política ou sociocultura); ora para distinguir o nível da realidade (eventual, conjuntural ou estrutural) no qual este antagonismo se manifesta. Entre os autores que se propõe analisar globalmente o modo capitalista de produção, pode-se distinguir dois grupos: o primeiro corresponde às divergências entorno do caráter das transformações das formas de reprodução do capital (Domênil & Lévy; Chesnais; Fiori); o segundo grupo, ao contrário, tem se esforçado para colocar em perspectiva aquelas contradições fundamentais do modo capitalista de produção que tendem a indicar os limites absolutos desta forma de existência humana (Hobsbawm; Mézaros; Wallerstein).

No presente trabalho, dedicarei especial atenção à concepção de crise estrutural de Immanuel Wallerstein. Para este autor, as verdadeiras crises são aquelas que não encontram solução nos marcos do sistema. Deste ponto de vista, Wallerstein vem argumentando, desde a década de 1970, para o caráter geral da crise. Segundo ele, vivemos hoje um impasse que questiona a capacidade de acumulação capitalista em nível mundial. Este impasse se revela na elevação dos custos da força de trabalho, dos fatores de produção e de taxa de lucro dos Estados que, por sua vez, estão associados a três tendências de longa duração: a “desruralização”; o esgotamento ecológico; e a democratização.

Artigo 382. Crise estrutural do capital: uma interpretação da atual depressão econômica

Henrique Pereira Braga (Doutorando, Economia, UNICAMP)

Resumo: A depressão econômica, desencadeada pela crise financeira de 2008, e as convulsões sociais decorrentes desta depressão abriram espaço para uma série de debates sobre os rumos da sociedade capitalista. No campo da reflexão sobre economia, passou-se, por um lado, a discutir as políticas econômicas necessárias para conter a crise e para retomar o crescimento econômico capitalista e, por outro lado, discutem-se os impasses do capitalismo e as possibilidades de práticas políticas em direção à superação desta sociabilidade. Tais reflexões, por sua vez, trazem diagnósticos distintos sobre a permanência da crise econômica aberta pela crise financeira de 2008, filiando-se, em linhas gerais, ao caráter conjuntural ou estrutural desta crise.

No presente trabalho, objetiva-se apresentar o conceito de “crise estrutural do capital” tal como apresentado por Mézaros (2009), para expor uma forma de interpretação da crise econômica em curso que escape tanto do diagnóstico de crise conjuntural quanto do diagnóstico de crise “estrutural”, no qual se entende por “estrutura” a forma de organização do capitalismo. Essa compreensão de estrutura, por seu turno, veicula a possibilidade de se contornar a atual crise econômica nos marcos do capitalismo, por via da reorganização desta sociabilidade por meio da intervenção do Estado, de maneira a conjugar desenvolvimento econômico capitalista e desenvolvimento humano. Ao contrário destas interpretações, Mézaros apresenta o esgotamento do capitalismo enquanto forma de organização social capaz combinar crescimento econômico capitalista e desenvolvimento humano, apresentando as saídas à crise econômica em curso, da perspectiva do capital, como saídas crescentemente desumanizadoras e comprometedoras da existência humana.

Artigo 383. Teoria do Estado, abordagem estratégico-relacional e economia política cultural – contribuições de Bob Jessop para a compreensão da crise capitalista contemporânea e suas metamorfoses

Pedro Mendes Loureiro (Mestrando, Economia, UNICAMP)

Resumo: Explora-se a contribuição de Bob Jessop para a compreensão do desenrolar da crise contemporânea. Para tanto, primeiramente se destacam alguns argumentos do autor a respeito da periodização do capitalismo, no intuito de prover enquadramento mais amplo da questão a ser tratada. Especificamente, observam-se as distinções entre crises *em* e crises *de* modos de regulação, em termos de suas definições e impactos. Isto feito, explora-se a dimensão da crise referente à (falta de) complementariedade entre o econômico e o político. Expõe-se, nesse âmbito, a necessidade de suportes extraeconômicos adequados para a regularização da acumulação de capital, bem como se avança a hipótese de que o recente reforço das seletividades estratégicas dos aparatos políticos em benefício do capital tenham reduzido a capacidade hegemônica dos mesmos. Em seguida, investiga-se como a contradição entre valor de uso e valor tem se expressado nas diferentes formas econômicas e sociais com crescente ênfase em sua dimensão abstrata (valor), apontadas as instabilidades daí advindas pela ignorância dos requisitos de fixidez espaço-temporais da acumulação. Por fim, exploram-se certos elementos semióticos da crise contemporânea, buscando-se destacar como diferentes discursos de interpretação e contestação da crise são reflexivamente mobilizados à medida que ela se transforma. Neste campo, aponta-se como uma crise deflagrada pelo sistema financeiro vem a ser interpretada, na Europa, como uma crise moral de gastos excessivos e gigantismo do Estado, o que, por sua vez, tem eficácia específica sobre as transformações institucionais que é esperado que se observe.

Artigo 384. Veblen e Marx em tempos de crise - um diálogo possível

Roberto Resende Simiqueli (Doutorando, Desenvolvimento Econômico, Unicamp)

Resumo: Thorstein Veblen viveu entre a Guerra Civil Norte-Americana e a Crise de 1929, falecendo pouco antes da quebra da bolsa. Em seus trabalhos, procurou discutir as grandes questões de seu tempo: as motivações para a Primeira Grande Guerra, a tendência das grandes empresas capitalistas à concentração, a relação predatória entre trabalhadores e uma elite definida por padrões de ócio e consumo. No entanto, somente esse último ponto mereceu a atenção do público, graças, em grande medida, ao sucesso da sua Teoria da Classe Ociosa, que permanece como o texto definidor da contribuição vebleniana às ciências sociais. Nosso objetivo, com este breve trabalho, é duplo: pretendemos resgatar alguns dos pontos de aproximação entre as perspectivas analíticas defendidas por Veblen e Marx e, com base nesse resgate, discutir os pontos em que uma leitura cuidadosa dos dois autores se revela benéfica à compreensão da crise contemporânea do capital.

Nesse sentido, estruturamos o presente trabalho em torno de dois eixos fundamentais: (1) o resgate da leitura vebleniana da contribuição de Marx à crítica da economia política, apresentada em *The Socialist Economics of Karl Marx and His Followers*, de 1907; e (2) a apresentação de pontos dos principais trabalhos do intelectual norte-americano que corroboram a aproximação com Marx, preservadas as diferenças epistemológicas entre os dois autores, e uma possível contribuição da leitura de Veblen à reflexão marxista sobre a crise.

Mesa Coordenada 39. Contribuições da crítica marxista para a análise de atuais tendências do Estado brasileiro

Coordenadora: Silvana Marta Tumelero

Ementa: A mesa propõe analisar tendências do Estado brasileiro sob a perspectiva da tradição marxista, particularmente em autores como Gramsci e Poulantzas, evidenciando as estratégias políticas e ideológicas de gestão e intervenção social que reproduzem e ampliam a hegemonia capitalista no contexto neoliberal. As tendências referidas pela mesa se situam nos processos de contrarreformas operadas a partir do final do século XX e intensificadas neste início do século XXI no Estado brasileiro e se traduzem na perspectiva neodesenvolvimentista do Estado, em processos de "cooptação" da sociedade civil tornando-a "parceira" na desresponsabilização social do Estado e nas estratégias burocrático-gerenciais de atuação do pessoal do Estado em processos de gestão intersetorial de políticas públicas.

Artigo 391. A perspectiva neodesenvolvimentista do Estado brasileiro e as políticas sociais

Mariana Pfeifer (Doutoranda, Educação, UFPR / Professora, UFF)

Resumo: A entrada do século XXI é marcada pelo acirramento das contradições inerentes ao sistema capitalista e irrompe em medidas político-econômicas de cunho neodesenvolvimentista que aparentemente fazem esmaecer a ortodoxia liberal e que acabam por caucionar a obtenção de consensos no campo da hegemonia do projeto burguês na conjuntura de crise sistêmica que se acentua. Se, por um lado, nas décadas de 1980/1990 a crise foi tratada como resultado do esgotamento do modelo keynesiano/fordista, com destaque para a crise do Estado – e as medidas de superação pautaram-se na ideologia neoliberal com liberalização dos mercados e Reforma do Estado – nos anos que desenrolam a década de 2000, o discurso neoliberal de menos Estado não tardou a ser resignificado pela elite financeiro-industrial tão logo as crises cíclicas novamente deram sinais de esgotamento do capitalismo contemporâneo. Este movimento ideológico coloca em tela a possibilidade de uma nova leitura acerca do papel do Estado como agente econômico e regulador social. Este aparente giro ideológico marca uma nova processualidade coadunada pelo projeto neodesenvolvimentista, cuja equação articulada em torno do crescimento econômico com combate à pobreza constrói um novo consenso de alianças de classe. O receituário de focalização e descentralização da política social e de desregulamentação de direitos e relações de trabalho continua sendo diretriz central, ora esfumada pelo discurso do combate a pobreza e pelos propalados indicadores de diminuição da miséria e crescimento econômico. Toma-se que a corrente neodesenvolvimentista não rompe com a sociabilidade do capital, ao contrário, lhe reproduz como estratégia de recomposição hegemônica.

Artigo 392. Estado, sociedade civil e hegemonia: a disputa na política de saúde brasileira

Carolina Rodrigues Costa (Mestranda, Serviço Social, UFSC / Assistente Social do Tribunal de Justiça de SC), Edinaura Luza (Doutoranda, UFSC), Fabiana Luiza Negri (Doutoranda, UFSC) & Ivete Simionatto (Doutora, Serviço Social PUC/SP / Professora, UFSC)

Resumo: O artigo disserta sobre o contexto de privatização da política de saúde no Brasil, mediante o adensamento das estratégias neoliberais de "cooptação" da sociedade civil enquanto "parceira", de desresponsabilização do Estado e de garantia da área da saúde como nicho lucrativo de mercado. Tematiza a perspectiva de ampliação do Estado que se configurou na realidade brasileira até os anos 1990, o seu retrocesso através das contrarreformas e as propostas de luta que têm sido elaboradas pelos movimentos populares neste contexto. A perspectiva teórica das categorias Estado, sociedade civil e hegemonia está assentada no pensamento gramsciano.

Artigo 393. Estado e intersetorialidade: críticas às estratégias burocrático-gerenciais

Silvana Marta Tumelero (Doutoranda, UFSC / Professora, UFPR) & Vera Maria Ribeiro Nogueira (Doutora, Enfermagem / Professora, Universidades Católica de Pelotas e Federal de Santa Catarina)

Resumo: O tema *interseitorialidade* vem ocupando espaço no debate contemporâneo sobre a atuação do Estado, sendo abordado sob óticas teóricas distintas e, na maior parte das vezes, fazendo eco às alterações estruturais no plano da produção e reprodução social. Deve-se recordar que a partir dos anos de

1980, a dinâmica de reestruturação produtiva, a flexibilização do trabalho e os processos gerenciais de caráter mercantil, presentes nas organizações capitalistas, não ficaram a elas restritos, mas adentraram a estrutura do Estado através dos processos de contrarreformas intensificados na década de 1990, sendo reproduzidas pelos trabalhadores, agentes estatais de diferentes níveis hierárquicos. Tais mudanças afetaram e afetam diretamente as políticas públicas, desde a sua definição até os processos de implementação, ocultando justamente seu caráter contraditório e as possibilidades de disputas no campo decisório e da execução. A *intersetorialidade* tem se apresentado como uma estratégia de gestão pública "eficaz" em sua funcionalidade gerencial sob a matriz neoliberal, perspectiva esta que é problematizada no artigo. Contraditoriamente a tal orientação, aponta-se possibilidades da estratégia intersetorial ser operada e problematizada pelos agentes estatais que executam localmente as políticas, sob os referenciais da teoria social crítica. Neste sentido, se lança mão da concepção de Estado na tradição marxista, em Gramsci e Poulantzas, utilizando-se particularmente das noções de intelectual orgânico e pessoal do Estado nestes dois pensadores, respectivamente.

Mesa Coordenada 40. A atualidade do capital e a forma(ação) humana: análise de conjuntura e alternativas possíveis

Coordenadora: Renata Jardim Coube

Ementa: Esta mesa apresenta a atualidade das condições sociais no contexto das mudanças estruturais e superestruturais desencadeadas pela crise da ordem capitalista de produção e reprodução social, denunciando a recomposição dos mecanismos de mediação dos conflitos explícitos na nova configuração da luta de classes. Cumprindo nosso papel de intelectuais comprometidos com a transformação social, intentamos elaborar novas reflexões para a superação da alienação do homem contemporâneo frente às condições supracitadas. Neste caso, discutiremos as novas relações entre educação e tecnologia, assim como, as implicações da última revolução tecnocientífica em seu aspecto alienante para a formação humana. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que analisamos o homem contemporâneo localizando-o no projeto de sociabilidade do capital oferecendo como alternativa uma educação estética para a sensibilidade e a liberdade. O homem contemporâneo tem ao alcance instrumentos tecnológicos inteligíveis e qualificados, entretanto, não estão a serviço de sua emancipação – o que nos instiga a questionar: formação ou deformação humana? Considerando a pertinência do debate para a educação ressaltamos o valor político da análise de conjuntura para a disputa curricular rumo a um novo projeto de sociedade que supere o paradigma Liberal.

Artigo 401. O potencial educativo da dimensão estética para as disputas curriculares: pensando alternativas à alienação contemporânea

Renata Jardim Coube (Mestre, Educação / Professora, Rede Municipal, Maricá)

Resumo: O presente trabalho é parte do Projeto de Pesquisa encaminhado ao Núcleo de Pesquisas e Estudos em Currículo (NUPEC//UFF) da Universidade Federal Fluminense. Pretendemos apresentar a atualidade da formação humana no contexto das constantes crises do capital, denunciando o processo deformador em que os princípios capitalistas nos engendram. Interessa-nos a rememoração das experiências formadoras para a reflexão sobre tais condições como instrumento de disputa curricular. Analisamos narrativas de vida/formação de sujeitos políticos contemporâneos, valorizando o potencial educativo transformador compreendido na dimensão estética dos conhecimentos compartilhados entre narrador e pesquisador. Na dimensão estética das narrativas podemos experimentar um exercício livre de autoformação e autoconsciência que nos parece ter reciprocidade. Refletindo na direção de uma razão sensível como proposto por Herbert Marcuse, desejamos pensar uma Educação Estética que valorize as experiências humanas, os sentimentos e a riqueza da subjetividade como estímulos para cognição. A partir do diálogo com narrativas de histórias de vida/formação pensar o homem partindo dele mesmo, ou seja, valorizando a subjetividade como elemento fundador de sua identidade. A superação das condições sociais e educativas inumanas só pode ser encaminhada pelo próprio homem e a partir de suas próprias experiências formadoras e, estas condições aguardam intervenções urgentes no território curricular.

Artigo 402. Ensaio sobre o fetiche tecnológico na práxis docente: por uma perspectiva de educação emancipatória crítica

Rejane Lúcia Loureiro Gadelha (Mestranda, Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, UERJ)

Resumo: O tema desta pesquisa está centrado na relação que se estabelece entre Educação e Tecnologia. Analisamos a dimensão da revolução tecnocientífica em seus aspectos alienados e alienantes da sociedade burguesa e, suas implicações na formação humana. Neste aspecto, a tecnologia tem um papel dicotômico nas relações de produção de conhecimento: por um lado, como recurso indispensável à construção criativo-transformadora e como resultado da produção histórico do conhecimento da sociedade; por outro lado, impregnada de ideologia e manipulação do paradigma hegemônico. Investigamos as manifestações que adquirem sentidos e significados na formação docente e em sua *práxis* – entendendo o docente como professor-sujeito de uma prática que reflete pressupostos e valores diversos. Apostamos na autorreflexão sobre a *práxis* docente no campo do *fetiche* tecnológico para uma nova concepção de formação e qualificação, com limites e possibilidades baseados em uma trajetória extensionista desta *práxis*. Assim, o foco da pesquisa perpassa pela trajetória pessoal da formação humana na *práxis* docente, tendo como metodologia a autorreflexão crítica em um caminho que vai da Educação à Tecnologia. A trajetória descrita

envolve três temas transversais: a Política Pública em seus aspectos gerais, a Extensão Universitária e o Currículo.

Artigo 403. Trabalho, educação e sociabilidade: a pedagogia política renovada e alternativas à conformação da sociabilidade burguesa

Bruno de Oliveira Figueiredo (Mestre, Educação / Professor, UFRJ)

Resumo: As mudanças estruturais e superestruturais desencadeadas pela crise da ordem capitalista de produção e reprodução social expressam a atualidade da configuração da luta de classes. Como resposta a esta crise, a busca de nova regularidade da ordem social evidencia a ação do capital em amplo processo de reestruturação da produção e de recomposição dos mecanismos de mediação do conflito de classes. Essa resposta voltada para a recomposição das bases de acumulação é caracterizada por intensa inserção de ciência e tecnologia na produção, que provoca diminuição substancial do trabalho vivo, configurando o desemprego estrutural e os problemas sociopolíticos e econômicos da atualidade. Nesse contexto, a manutenção da hegemonia da classe fundamental exige uma ação pedagógica para a formação e conformação das camadas subalternas à nova dinâmica da sociabilidade do capital, materializando uma pedagogia política renovada. Pretendemos caracterizar a dinâmica dessa pedagogia política renovada, as mudanças no papel das políticas sociais do Estado, com ênfase nas políticas educacionais. Além dos aspectos da conformação social, nosso objetivo é explicitar a educação como campo de disputa de hegemonia, evidenciando alternativas que se contrapõe à conformação da sociabilidade burguesa. A legitimidade e consenso em torno do projeto do empresariado ganha contornos mais sofisticados em função da complexificação das relações de poder entre Estado (estrito *sensu*) e sociedade civil, ou seja, o aprofundamento do fenômeno da ocidentalização evidenciado por Antônio Gramsci.

Mesa Coordenada 41. Formação humana entre conceitos e práticas

Coordenadora: Fernanda Castro

Ementa: A presente mesa apresentará questões relacionadas à formação humana em diferentes vieses. Partindo de uma discussão conceitual acerca da Formação integral, que culmina na análise de políticas públicas de integração entre cultura e educação, passará a debater a difícil questão da qualidade da educação pública em duas situações: no papel que cumpriu a política de municipalização da rede básica de ensino no cotidiano da formação dos alunos da rede pública de educação e na situação que se encontram hoje pesquisadores e pesquisas ligados ao ensino superior e como se dá sua ligação com a formação profissional, ambos os casos inseridos em uma realidade de mercantilização da educação e superexploração promovidas pela sociedade capitalista. Terminaremos apresentando uma análise da participação do Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Rio de Janeiro - ITA nos conselhos de fiscalização do FUNDEB, indicando possibilidades e conflitos que esta participação apresenta para a formação e atuação profissional e política dos profissionais nela envolvidos.

Artigo 411. Formação integral: possibilidades e desafios da integração entre cultura e educação

Fernanda Santana Rabello de Castro (Mestre, Educação / Educadora, Museu da Chácara do Céu, IBRAM)

Resumo: A Formação Integral representa uma proposta de educação que, desde a luminosa experiência da Comuna de Paris, está presente na defesa de uma sociedade sem exploração e que amplie as possibilidades de desenvolvimento humano. Este conceito engloba a formação dos indivíduos em diferentes áreas de desenvolvimento: intelectual, corporal, cultural, científico, tecnológico e profissional. A formulação de políticas públicas que integrem cultura e educação tem sido, no Brasil, um campo de disputas e manifestações ideológicas, que acompanharam as diferentes políticas e conflitos econômicos e mostram-se na atualidade um campo em consolidação que reflete a lógica fragmentária, descontinuada e desigual das políticas públicas neoliberais implementadas nas duas últimas décadas. Analisaremos neste trabalho este campo de conformação, identificando as possibilidades e desafios hoje colocados para a implementação de uma política pública que tenha na Formação Politécnica, ou Integral, ou Omnilateral (dependendo dos autores trabalhados e do período em que escrevem, na mesma ordem, Marx, Gramsci, Frigotto), o norte da proposta de formação humana. Para isso apresentaremos um breve histórico das políticas públicas de integração entre cultura e educação do século XX e, em especial, da última década do século XXI e sua interação com propostas advindas dos movimentos populares de educação.

Artigo 412. A reorganização do Estado para a oferta do ensino fundamental no Brasil pós-Constituição Federal de 1988: as disputas e aproximações entre público e privado no âmbito da sociedade civil e do(s) governo(s)

Luiz de Almeida Batista Pustiglione (Mestrando, Educação, FEUFRJ / Servidor Técnico Administrativo em Educação, UFRJ)

Resumo: O presente trabalho, pretende analisar a formação escolar no ensino fundamental no período recente da história brasileira, mais marcadamente, a partir do período em torno da elaboração da nova constituição federal, na década de 1980, até os dias atuais. Esse período, é demarcado pelo discurso descentralizador - ainda que em períodos anteriores o mesmo já ocorresse com força - no qual se idealiza uma supervalorização do papel dos municípios na elaboração e implementação de políticas educacionais. A passagem do discurso descentralizador à prática nesse período, deu-se através, então, da municipalização, que, no entanto, não foi acompanhada de uma redistribuição tributário-financeira equivalente, gerando a "necessidade" de criarem-se mecanismos de reorganização das finanças destinadas a tais finalidades, como o FUNDEF ou o seu sucessor, o FUNDEB. Uma outra questão que desprende-se desta é a abertura ao setor privado que isso possibilitou. Diversas empresas passaram a oferecer materiais didáticos, paradidáticos, computadores e serviços de vários tipos para escolas e/ou secretarias municipais/estaduais de educação. Essa aproximação entre as esferas pública e privada, passou a ser creditada como se fosse extremamente positiva pela maior participação decisória da sociedade civil organizada no que antes era controlado por uma suposta rigidez autoritária do Estado.

Artigo 413. O transformismo ou guerra de posição? A atuação do SEPE-Ita no conselho do FUNDEB

Marco Vinícius Moreira Lamarão (Mestre, Educação / Professor, Rede Municipal de Itaboraí e Colégio Pedro II)

Resumo: Este trabalho enfoca a relação do marxismo e da formação humana através de dois prismas. De um lado, Influenciado pelas reflexões de Marx em crítica ao Programa de Gotha, onde afirma-se que o Estado é quem deve receber do povo a sua educação e não o contrário, e de outro, o papel educador do Estado, termo este advindo dos estudos de Antônio Gramsci. Através desta tensão, esta apresentação tem como objetivo analisar a atuação do sindicato dos trabalhadores no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB no Município de Itaboraí, no período de 2011-2012. Trabalha com a hipótese da existência de possibilidades e limites de ação dos trabalhadores da educação no interior deste conselho, focaliza a seguinte questão central: em que medida e de que forma o CACS-FUNDEB pode ser um instrumento utilizado pelos trabalhadores da educação e demais trabalhadores na construção de uma escola pública, de qualidade, laica, gratuita e emancipatória. Por meio do quadro teórico do materialismo histórico, busca investigar a problemática através do conflito e da contradição. Trabalha categorias e conceitos como conselhos, Estado Integral, sociedade civil e sociedade política, guerra de posição e de movimento, intelectual, dentre outros. Problematisa o sentido da proliferação dos conselhos na área da educação no Brasil, contextualizando-os e investigando as diversas matrizes teóricas que fundamentam os conselhos em sua relação com o Estado e a sociedade, partindo da hipótese de que o estado pretende educar os tipos humanos em uma nova sociabilidade. Analisa o conselho do Fundeb Itaboraí através da legislação, atas de reunião, matérias jornalísticas locais, e, através do estudo de caso, por meio do acompanhamento de suas reuniões e das suas planilhas contábeis e, não menos importante, das lutas do SEPE local em prol da carreira, do salário e da defesa da educação pública. Os resultados desta pesquisa mostram, por fim, que ademais a função cumprida por estes espaços na formação de um novo conformismo social, afinados a demanda do capitalismo financeiro, estes espaços podem instrumentalizar aspecto das lutas travadas no âmbito da educação em favor dos trabalhadores desta área.

Artigo 414. Pesquisa científica: parte essencial da formação docente ou negócio rentável do mundo capitalista

Simone Silva (Mestre, Educação)

Resumo: A pesquisa acadêmica, além de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, é parte intrínseca da formação do corpo docente em qualquer segmento do ensino. No entanto, em um sistema onde a vida é conduzida na busca da exploração de um grande quantitativo de vidas para obter uma hiperconcentração de renda, é tratada apenas como mais um negócio. Todo tipo de produção no mundo capitalista, seja ela material ou imaterial, é conduzida para a extração de lucro. Com a pesquisa não é diferente: seguindo o caminho da mercantilização da educação no Brasil, as políticas de governo, com a anuência das instituições de ensino e pesquisa, têm a transformado em um negócio bastante rentável. As instituições de ensino, antes detentoras majoritárias da produção científica no país, agora, além de participar da instalação de novos centros de pesquisa em empresas estatais e privadas, cujo intuito é apenas fortalecer a produção de lucro, têm facilitado os mecanismos de aproximação entre seu corpo de pesquisadores e as demandas das empresas. Ou seja, segue a passos largos o desmantelamento da pesquisa como mecanismo de apoio à formação de um corpo docente de alto nível que se empenhe em produzir conhecimento novo, voltado a reduzir as mazelas a que está submetida a maior parte da população, uma vez que esta aproximação ameaça a autonomia do pesquisador, o alienando de sua produção em nome de transformar a pesquisa em um negócio rentável.

Mesa Coordenada 42. Historicidade do capitalismo e crítica marxiana: considerações a partir dos textos de juventude e da maturidade

Coordenador: Demian Bezerra de Melo

Ementa: O propósito desta mesa é o de discutir a historicidade da sociabilidade do valor, a partir da obra de Karl Marx, desde os textos de juventude até a obra da maturidade. A partir do exame do problema em textos como *A ideologia alemã*, *Teses sobre Feuerbach*, *Manifesto Comunista*, *Grundrisse* e *O capital*, os trabalhos iram explorar o conceito de história na obra marxiana.

Artigo 421. As crises na dinâmica histórica do capitalismo: algumas considerações a partir da obra de Karl Marx

Demian Bezerra de Melo (Doutor, História, UFF / Professor, História, UFRJ)

Resumo: Qual a relação entre o fenômeno recorrente das crises capitalistas e a perspectiva do fim deste modo de produção? E como essa questão foi tratada ao longo da obra de Marx? Seria mesmo este o autor de uma “teoria do colapso”? O propósito deste artigo é discutir a evolução das ideias de Marx acerca desta questão, especialmente do que se encontra em sua obra madura, cujo marco é a redação dos *Grundrisse*, escrito sob o impacto da primeira crise mundial do capitalismo (1857-1858).

Artigo 422. Da natureza da história – considerações sobre A Ideologia Alemã

Gustavo Chataignier (Doutor, Filosofia, Universidade de Paris VIII / Professor, Comunicação Social, PUC-RJ)

Resumo: O trabalho trata, em geral, da história como horizonte de pensamento; e, em particular, da contingência determinada na formulação das ideias de Marx. Para tanto, teremos como base as construções de *A Ideologia Alemã*. Na referida obra observa-se a centralidade da noção de história enquanto construção, já sem a roupagem do híbrido Hegel-Feuerbach. Em termos de história do pensamento, uma das conclusões que somos autorizados a tirar é que se abandona o momento “naturalista” dos manuscritos parisienses em prol da categoria de história. O conceito de história surge assim no papel de operador da produção de realidade; de maneira autônoma, não é um subproduto da natureza – mas, antes, um estar no mundo específico.

Artigo 423. O papel teórico da revolução em A Ideologia Alemã

Ivan Dias Martins (Mestrando, Filosofia, UERJ)

Resumo: Na terceira das *Teses sobre Feuerbach*, Marx diz que os homens só se automodificam e alteram simultaneamente as condições em que vivem pela *prática revolucionária*. Tal formulação traz consigo, entretanto, problemas importantes a respeito da descrição da história em que implica. Interpretada isoladamente, a tese III poderia significar que a história humana consistiria em uma sucessão de momentos em si estanques, em que condições não se alteram nem os homens em que nelas vivem (ou que estas modificações ocorressem sem participação ativa dos homens), até que o espetáculo de uma revolução conduzisse a um novo estágio social. Contudo, na *Ideologia Alemã* Marx fundará uma nova concepção de história na qual a constituição e transformação das relações humanas é buscada justamente em como a atividade cotidiana e ininterrupta da produção material modifica-se incessantemente, modificando consigo as relações coletivas. Seriam as duas proposições essencialmente distintas ou auto-excludentes? A própria *Ideologia Alemã* mostra que não, pois nela o filósofo alemão elabora a teoria de uma dinâmica histórica contraditória, na qual a passagem da prática cotidiana à revolucionária se explica pela emergência de uma crise entre a prática cotidiana em desenvolvimento e as relações as quais esta prática deu origem. Mas a atividade revolucionária só pode efetuar a transição de uma crise a outra ou poderia ela findar esta própria dinâmica histórica e fundar uma nova, na qual a automodificação passaria a ser prática cotidiana? Esta comunicação pretende investigar, assim, qual o papel teórico da revolução atual, comunista, na dinâmica histórica da *Ideologia Alemã*.

Artigo 424. Carolus Henricus Marx: Bonn, Berlim e Jena. Marx em seus tempos studentis



Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois
NIEP-Marx / UFF – Niterói, 29 de setembro a 04 de outubro de 2013

Marcos José de Araújo Caldas (Doutor / Professor, História, UFRRJ)

Resumo: Entre 1835 e 1841, Karl Marx frequentou três das principais universidades alemãs. Ao longo destes anos conheceu professores, travou amizades e desenvolveu ideias registradas em cartas, documentos e imagens obtidas das instituições de que tomou parte. A proposta deste trabalho é trazer ao público uma parte pouco conhecida da vida de um dos principais pensadores dos últimos séculos.

Mesa Coordenada 44. Marx, marxismo e o debate sobre as crises econômicas

Coordenador: Edson Mendonça da Silva

Ementa: O objetivo da mesa coordenada é apresentar e debater as crises cíclicas do capitalismo a partir de Marx e das contribuições marxistas ao tema. Ao longo de “*O Capital*”, o autor apresenta o fenômeno da crise desde a sua mera possibilidade, na contradição da mercadoria e do dinheiro, até a sua concretude, como uma crise de superprodução de capital. Como um resultado das contradições imanentes do capital, as crises seriam não mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito. Mas dado o caráter incompleto de sua obra e a necessidade de teorizar as crises cíclicas (de forma mais geral e inclusive a sua manifestação atual), diversos autores marxistas buscaram compreender o fenômeno a partir das análises de Marx. Assim, além do estudo da lei marxiana do valor e a sua potencialidade de gerar periodicamente crises econômicas, a mesa propõe uma avaliação crítica da contribuição de autores como Ernest Mandel, John Bellamy Foster & Harry Magdoff, Andrew Kliman, François Chesnais e Costas Lapavistas.

Artigo 441. O debate marxista sobre a causa da crise atual: conteúdo e forma de manifestação do fenômeno

Edson Mendonça da Silva (Bacharel, Economia, UFF)

Resumo: O trabalho tem o objetivo apresentar e discutir as principais interpretações marxistas sobre a crise econômica atual. Iniciada em 2007, a crise provocou uma retomada do debate marxista sobre o fenômeno, com diversos estudos que destacam alguns elementos fundamentais do processo de acumulação de capital, exposto por Marx em *O Capital*. O artigo concentra-se em três interpretações: a teoria do subconsumo, a teoria associada à queda da taxa de lucro e a teoria da “financeirização” da economia mundial. A nova versão do subconsumismo pode ser encontrada nos trabalhos de John Bellamy Foster e Fred Magdoff, editores da revista *Monthly Review*. A visão que associa a crise atual à queda da taxa de lucro encontra novos argumentos no trabalho de Andrew Kliman. O papel das “finanças” no capitalismo contemporâneo e a crise atual são destacados por autores como François Chesnais e Costas Lapavistas. Ao final, o trabalho apresenta os limites teóricos das análises marxistas para a compreensão do fenômeno da crise atual, apoiando-se em Marx e no estudo do conteúdo e da causa da crise no modo de produção capitalista.

Artigo 442. Armas da crítica para a crise econômica atual

Flávio Ferreira de Miranda (Doutorando, Economia, UFF)

Resumo: O artigo tem por objetivo apresentar ferramentas para uma teorização das crises cíclicas do capitalismo de forma geral, bem como sua manifestação mais recente. Mais especificamente defende-se a capacidade explanatória da teorização de Marx sobre a lei que regula o movimento das economias capitalistas, a lei marxiana do valor. A partir da lei do valor de Marx pode-se demonstrar a existência de tendências justapostas, imanentes ao modo de produção capitalistas, que tem a potencialidade de gerar periodicamente crises econômicas, conformando o movimento cíclico do processo de acumulação de capital. Pretende-se apontar que lidar com uma sociabilidade que apresenta uma dinâmica própria, externa, e hostil aos seres humanos, subjugando-os de maneira que de sujeito passem a objetos do processo de produção, é lidar com a teoria da alienação de Marx, presente em *O Capital*, em diferentes momentos da obra e diferentes níveis de abstração, como teoria do fetiche. Adiante pretende-se apresentar a lógica de acumulação de capital fictício como momento de complexificação da contradição entre a dimensão essencialmente privada da apropriação de mais-valor e o domínio social de sua produção, a qual argumenta-se ser a causa geral do movimento cíclico das economias capitalistas. Desta forma faz-se a aproximação à crise atual, de maneira a apresentar-se conclusões relevantes para a estratégia de resistência e luta contra o sistema capitalista.

Artigo 443. Esboço crítico de uma interpretação das crises econômicas: a abordagem de Ernest Mandel

Paulo Henrique Furtado de Araujo (Doutor / Professor, Economia, UFF)

Resumo: Ernest Mandel compreende que as categorias marxianas são formas do ser, determinações da existência, e que, portanto, são categorias do ser em si. Dessa maneira, ao tratar da categoria crise econômica em Marx, Mandel se ocupa de assinalar, na construção teórica de Marx, em particular em "O Capital", desde as possibilidades formais da crise, já presentes na categoria mercadoria, até as manifestações mais concretas e aparentes do fenômeno como a tendência ao decréscimo da taxa média social de lucro. Essa reconstrução permite que sua explicação para as crises capitalistas seja pluricausal, e não fundada em um único aspecto explicativo da dinâmica da sociabilidade posta pelo capital. Contudo, Mandel incorre em equívocos teóricos intrigantes e que exigem alguma reflexão, e em explicações teóricas que exigem um maior aprofundamento que, infelizmente, não é por ele realizado.

Artigo 444. Lei de Marx: Pura lógica? Lei empírica?

Eleutério F. S. Prado (Professor, FEA, USP)

Resumo: Apresenta-se nesta nota, em primeiro lugar, um resumo do debate recente entre Michael Heinrich e Michael Roberts sobre a validade da lei da queda tendencial da taxa de lucro. O primeiro autor, dando continuidade à tradição marxista contestadora, veio mais uma vez afirmar que ela não é nem empiricamente testável nem logicamente coerente. O segundo, na tradição marxista defensora, rebateu outra vez esses argumentos sustentando justamente o contrário. Em sequência, a nota procura mostrar que ambas essas posições polares estão equivocadas. Pois, a lei de Marx não é nem uma proposição empírica vulgar nem uma tese puramente lógica. Ao contrário, vem a ser uma afirmação transfactual de caráter possibilista, mas inerentemente realista, que apenas pode ser compreendida como momento expositivo no interior da dialética da acumulação de capital.

Mesa Coordenada 45. Tendências e contratendências do capitalismo contemporâneo

Coordenador: Márcio Lupatini

Ementa: Tendências e contratendências do capitalismo contemporâneo. a) Consequências da dívida pública voltada para financiar gastos improdutivo, mais precisamente gastos militares; b) Participação dos serviços na produção capitalista contemporânea e as suas contradições; c) Necessidade do capital de “cercar” (ou privatizar) as novas tecnologias emergentes para fomentar o processo de acumulação; d) A “reestruturação produtiva” acirra as contradições do capital ou se constitui como contratendência?

Artigo 451. A atividade de serviços no capitalismo contemporâneo: tendência ou contratendência?

Ellen Lucy Tristão (Mestre, Serviço Social, UFRJ / Professora, UFVJM)

Resumo: Nossa pesquisa tem como eixo norteador a compreensão da participação dos serviços na produção capitalista contemporânea. Tem-se como pressuposto que a utilização capitalista das atividades dos serviços apresenta contradições, seja para a atividade de serviços em si, seja para a própria lógica de acumulação capitalista. Esta problemática é consequência do fato de que muitos serviços subsumidos formal ou realmente à produção capitalista são atividades que se distinguem essencialmente da atividade laborativa de transformação da natureza, uma vez que se direcionam a outros homens, no que Lukács denomina como posições teleológicas secundárias. Para nossos objetivos deve-se ter como ponto de partida um enfrentamento do debate acerca desta atividade enquanto trabalho produtivo ou improdutivo. São muitos os teóricos marxistas a abordarem esta temática, mas suas conclusões são muito distintas. Uma análise conclusiva sobre a questão permite-nos uma apreensão da participação dessa atividade no processo de produção capitalista contemporâneo. Se produtivo contribuiria para o alargamento da estreita base de valorização do capital, o trabalho vivo que com o desenvolvimento desse modo de produção tende a diminuir relativamente frente o trabalho já objetivado, que não produz valor e nem mais-valia. Se assim o for os serviços apresentar-se-iam como contratendência a queda da taxa de lucro. Consequências diversas resultariam dos serviços como atividade improdutivo, colocando os serviços como fator que acirra as contradições do capital.

Artigo 452. Impacto na crise atual do financiamento de gastos improdutivo com dívida pública

Helder Gomes (Doutorando, Política Social, UFES / Professor, Economia, UFES)

Resumo: Este artigo procura dialogar com uma das últimas produções do Prof. Reinaldo A. Carcanholo acerca das categorias de capital fictício e lucros fictícios. Em seus textos mais recentes, o autor procurou avançar no desenvolvimento dessas categorias, tratando de temas específicos, como o caso das consequências da dívida pública voltada para financiar gastos improdutivo, mais precisamente gastos militares. Segundo ele, essa forma de financiamento resultaria na reprodução, em larga escala, da riqueza fictícia de segunda ordem, considerando esta inconversível (em sua totalidade) em riqueza real. No entendimento de Carcanholo, os gastos militares financiados por dívida pública constituem criação de uma riqueza fictícia pelo Estado, a qual, uma vez destruído o material bélico, aparece como resíduo acumulado na forma de capital especulativo, mas apenas como um poder de comando, como um direito, que em sua totalidade não possui correspondência com qualquer riqueza material. Carcanholo chama a atenção para o papel dessas modalidades de financiamento dos gastos militares no contexto das crises atuais e a proposta deste artigo é, exatamente, debater este tema no sentido de aferir o quanto a reprodução da riqueza fictícia não conversível, na forma tratada por Carcanholo, ao mesmo tempo que pode se contrapor à queda das taxas de lucro real, posterga uma solução para as crises dentro da ordem do capital, agravando a instabilidade econômica em nível mundial.

Artigo 453. Propriedade intelectual: algumas implicações teóricas e históricas

Janaína Elisa Patti de Faria (Mestre, Política Científica e Tecnológica, UNICAMP / Professora, UFVJM)

Resumo: À luz do processo histórico de negociação do Acordo Comercial sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS – *Trade-Related Aspects of Intellectual*

Property), o artigo revela como as grandes corporações dos EUA, em meados da década de 1990, lograram as radicais alterações no padrão internacional de direitos de propriedade intelectual, com particular destaque para as patentes. Esse ponto de inflexão no campo do direito internacional é compreendido aqui a partir da necessidade do capital de “cercar” (ou privatizar) as novas tecnologias emergentes – principalmente as relacionadas à biotecnologia e à microeletrônica – para fomentar o processo de acumulação por meio da obtenção de uma renda de monopólio de conhecimentos científicos e tecnológicos. O artigo mostra como tal necessidade do capital foi prontamente atendida no contexto histórico em que o neoliberalismo se torna hegemônico.

Artigo 454. “Reestruturação produtiva”: acirra as contradições do capital ou se constitui como contratendência?

Márcio Lupatini (Doutorando, Serviço Social, UFRJ / Professor, Economia, UFVJM)

Resumo: Muito já foi escrito na análise da temática indicada neste texto. É ponto comum que após a crise do capital dos anos 1960/70 o processo de trabalho foi profundamente revolucionado, ao menos se tomarmos por base comparativa o taylorismo/fordismo. No entanto, não é frequente encontrar-se convergência entre as análises, ainda que, muitas vezes, estas utilizem mesma nomenclatura para expressar fenômenos divergentes. A exemplo, denominam-se tanto o “ohnoísmo/toyotismo” quanto a “robotização” como expressões da “reestruturação produtiva”. Ainda que muita tinta tenha sido gasta, parece-nos que ainda vale a indagação: em essência, estes processos engrossam a fileira da “grande indústria” tratada por Karl Marx, ou, mais precisamente, quão estes processos contribuem à acumulação do capital ou mesmo a restringe? Este texto tem como objetivo analisar alguns traços constitutivos das transformações do processo produtivo nas últimas décadas, o que se denominou genericamente de “reestruturação produtiva” ou “acumulação flexível”. Estas transformações se inserem em uma dimensão mais ampla, a saber, constituem algumas das principais transformações do capitalismo contemporâneo, este compreendido como o período após a crise dos anos 1960/70. Mais particularmente, procura-se analisar: a) a natureza destas transformações no processo produtivo, das quais o “ohnoísmo/toyotismo” tem papel de relevo; b) a contribuição do “ohnoísmo/toyotismo” para recuperação, em alguma medida, do processo de acumulação e reprodução do capital após a sua crise nos anos 1960/70, bem como as suas contradições. Busca-se, portanto, levantar alguns elementos que ajudem a responder a seguinte questão: a “reestruturação produtiva” acirra as contradições do capital ou se constitui como contratendência?

Mesa Coordenada 46. Teoria marxiana da história e o mundo capitalista não desenvolvido

Coordenador: Hugo Figueira Corrêa

Ementa: A mesa tem por propósito debater o modo como foram abordados, na perspectiva de Marx e do marxismo, a história e as especificidades do “mundo capitalista não desenvolvido”, em geral, e da América Latina, em particular – tentando ainda articular essas visões e o modo como foram interpretadas por críticos (mais ou menos favoráveis).

Augusto & Carcanholo escrevem contra a interpretação de que Marx e Engels teriam sustentado uma visão positivista do progresso, que os teria levado a posições eurocêntricas, tentando mostrar Marx e Engels produziram uma teoria não-linear da história de todo incompatível com essa interpretação, e presente já em *A Ideologia Alemã*. Saludjian procura mostrar que, entendidos corretamente os distintos planos de abstração presentes na perspectiva de Marx, torna-se claro que o autor sempre se preocupou com o desenvolvimento do sistema capitalista na escala mundial. Miranda & Corrêa analisam as críticas aos escritos marxianos sobre a América Latina, procurando, particularmente, dialogar com as teses do marxista argentino José Aricó. Por fim, Amaral & Duarte debatem as especificidades das economias latino-americanas, a partir da recente controvérsia em torno da possibilidade generalizar a categoria *superexploração da força de trabalho* (de Ruy Mauro Marini) para países centrais.

Artigo 461. Ainda sobre a teoria da História em Marx

André Guimarães Augusto (Doutor, Economia, UFRJ / Professor, Economia, UFF) & Marcelo Dias Carcanholo (Doutor, Economia, UFRJ / Professor, Economia, UFF)

Resumo: Não é incomum a crença de que a teoria da história de Marx é mais uma das perspectivas eurocêntricas presentes na teoria social. Isto levaria, inclusive, a tratar as sociedades periféricas, menos desenvolvidas, com o desdém típico de uma abordagem colonialista, segundo a qual a introdução do capitalismo nessas sociedades, de forma extensiva e intensiva, seria algo civilizatório, ao promover o desenvolvimento das forças produtivas. O que se propõe aqui é analisar a teoria da história em Marx para destacar que, com base nela, seria incongruente qualquer tipo de visão eurocêntrica, como se a introdução do capitalismo fosse algo puramente civilizatório, levando as sociedades mais atrasadas rumo ao “progresso”. Além disso, queremos acrescentar que a teoria da história em Marx, com suas características contrárias à forma eurocêntrica-teleológica-“civilizatória”-“progressista”, como ela é caracterizada por seus detratores (e muitos de seus supostos defensores!), já estaria presente e clara ao menos desde 1846/1847, quando do ensaio de redação de *A Ideologia Alemã*. O objetivo é, em primeiro lugar, desmistificar as falsas ideias que se faz a respeito dessa teoria da história em Marx. Em segundo lugar, procuramos deixar claro de que se trata essa teoria.

Artigo 462. Leis de funcionamento do capital, níveis de abstração e economia mundial

Alexis Saludjian (Doutor, Economia, Universidade Paris 13 / Professor, Economia, UFRJ)

Resumo: Uma crítica comum tanto nos supostos seguidores quanto dos opositores de Marx se refere ao caráter geral das Leis gerais de funcionamento do Modo de Produção Capitalista e à suposta ausência de tratamento da economia capitalista no nível mundial por Marx. Esses autores não entendem profundamente o método de Marx, confundem os diferentes níveis de abstração ou procuram uma escusa para desqualificar a obra de Marx. Após discutir dos diferentes níveis de abstração principalmente na obra *O Capital*, apontaremos as passagens em que o tema e a importância da economia mundial estão presentes nessa mesma obra, desmistificando assim a ideia de um Marx despreocupado do desenvolvimento do sistema capitalista na escala mundial.

Artigo 463. Notas críticas à Marx e a América Latina, de José Aricó

Hugo Figueira de Souza Corrêa (Doutor, Economia, UFF / Professor, Economia, UFF) & Flávio Ferreira de Miranda (Doutorando, Economia, UFF)

Resumo: São bastante conhecidos os escritos de Marx sobre economias ditas “periféricas” e pré-capitalistas. Não menos conhecidas são as controvérsias por eles geradas, já que entre eles podem ser encontradas diferenças marcantes antes e depois dos anos 1850 no que diz respeito às possibilidades de

desenvolvimento na periferia do capitalismo. Diante de tal fato, o teórico marxista José Aricó propõe-se a apresentar uma resposta à seguinte indagação: Por que Marx teria dado pouca atenção à América Latina? Para tanto esboça duas hipóteses: Marx tivera dificuldade em abandonar completamente a filosofia hegeliana, recuperando a noção de “povos sem história”; e identificara os processos de independência no continente com o bonapartismo, i.e., não poderia aceitar o Estado como instância produtora da sociedade civil, nos termos de Aricó. Este artigo pretende descartar as hipóteses levantadas por Aricó tendo por base não apenas a teoria da história de Marx, desenvolvida ao longo de toda a sua obra e já presente desde, pelo menos, *A Ideologia Alemã*, como os processos históricos concretos com os quais Marx estava lidando e nos quais ele próprio estava imerso. Além disso, pretende-se argumentar que o erro de Aricó não está apenas em suas respostas, mas na própria pergunta do autor. Mais importante do que indagar o porquê das diferenças entre os escritos e da pouca atenção de Marx à América Latina, parece-nos buscar na evolução desses escritos de Marx a trilha para se entender o “mercado mundial”.

Artigo 464. Para uma crítica à utilização da categoria “superexploração da força de trabalho” como manifestação da globalização nos países centrais

Pedro Henrique Evangelista Duarte (Doutorando, Desenvolvimento Econômico, UNICAMP / Professor, Economia, UFG) & Marisa Silva Amaral (Doutora, Economia do Desenvolvimento, USP / Professora, Economia, UFU)

Resumo: Diversos analistas têm argumentado que, diante das transformações recentes ocorridas no sistema capitalista – emblematizadas naquilo que se convencionou chamar processo de globalização da economia –, a superexploração da força de trabalho, definida como uma elevação da taxa de mais-valia por “violação” do valor da força de trabalho, é uma categoria cuja validade tem sido crescentemente verificada nos países centrais. Partindo da interpretação trazida por Ruy Mauro Marini em seu *Dialética da Dependência* – ensaio no qual a categoria superexploração do trabalho aparece como resultado do intercâmbio desigual entre economias periféricas e centrais e dos mecanismos de transferência de valor que esta desigualdade implica, de tal forma que a superexploração é uma categoria específica dos países periféricos, apresentando-se como o próprio definidor da condição dependente –, o propósito deste artigo é o de questionar aquela linha de argumentação inicialmente mencionada e propor que, se se generaliza o uso da categoria para os países do centro, ela se converte em sinônimo de uma mera forma de elevar a taxa de mais-valia, algo que já estava presente em Marx, tornando-se *nonsense* a criação da própria categoria, uma vez que ela passa a ser idêntica a uma outra já existente (exploração), tratando-se tão somente de um incremento desta última. Ao que nos parece, ainda que esteja ocorrendo violação do valor da força de trabalho no centro, isto não é o mesmo que superexploração da força de trabalho.

Mesa Coordenada 47. Um debate marxista sobre as relações entre trabalho e adoecimento no capitalismo monopolista

Coordenadora: Terezinha Martins dos Santos Souza

Ementa: Esta mesa discute relações entre trabalho estranhado, vigente no capitalismo monopolista, enfatizando formas de adoecimento forjadas nas relações sociomateriais que se processam sob o capitalismo e sob a égide da subjetividade do capital, utilizando-se do arsenal heurístico do materialismo histórico-dialético, em quatro trabalhos: 1.º) analisa a categoria trabalho, na forma ontológica e histórica, delimitando a forma relativamente autônoma que assume o capital, que lhe confere a qualidade de sujeito (subjetividade) e, aos seres humanos, qualidade de capital variável; 2.º) analisa o irracionalismo filosófico, Era Vargas, enquanto legitimador de ações políticas na Saúde Pública – isolamento compulsório dos portadores de hanseníase; 3.º) analisa relação entre trabalho e suicídio e sob a forma capitalista de produção social da vida, destacando psicologismo como forma ideológica que oculta determinações concretas do fenômeno do suicídio e tributa aos indivíduos responsabilidade pelos sucessos e fracassos de que são sujeitos; 4.º) analisa manifestações e formas de assédio moral no trabalho, buscando combater superficialidade das análises ideologizadas que afirmam a existência do assédio moral (AM) vertical ascendente e AM horizontal, por isso, prisioneiras da aparência fenomênica do AM. Espera-se, com esta unidade ideopolítica em torno do materialismo histórico-dialético, problematizar importantes questões que se impõem contemporaneamente ao mundo do trabalho e àqueles que pretendem desenvolver ciência na direção da superação da sociedade de classes.

Artigo 471. Uma análise histórica das repercussões subjetivas do assédio moral sobre a saúde do trabalhador

Terezinha Martins dos Santos Souza (Doutora / Professora, UFF)

Resumo: A organização da vida sob o modo de produção capitalista, não só é violenta em si, como engendra diversas formas particulares de violência, que se expressam de maneiras diversas. Estas expressões da violência guardam em comum o impacto que causam sobre a saúde da população, com custos políticos, econômicos, sociais e éticos sobre o conjunto da vida societal. Este trabalho discute a constituição e desenvolvimento de uma forma específica de violência nos campos do trabalho, bem como as suas repercussões sobre a saúde do trabalhador, qual seja, o assédio moral. Empreende uma análise das manifestações e formas de assédio moral no trabalho, buscando combater a análise ideologizada que afirma a existência do assédio moral vertical ascendente e assédio moral horizontal. Objetiva-se que tal análise revela um empirismo vazio, uma análise superficial, que toma um momento como se fora a origem do fenômeno. Quando o assédio moral se torna visível, é exatamente no momento que a estratégia pensada por quem detém o poder se torna eficaz, sendo apropriada pelo grupo (ou pela sua maioria) que não se apercebe do seu caráter de intencionalidade, mas coerente com a lógica das subjetividades forjadas pelo capitalismo, incorpora-nas como suas, o que dá à esta lógica um caráter de “espontaneidade” e “verdade”, bem como garante sua eficácia. Dos trabalhadores no seu local de trabalho, com poucas possibilidades de reflexão, entende-se que analisem desta forma o assédio moral; mas quando acadêmicos que se debruçam sobre o fenômeno defendem tal ocorrência, praticam ideologia.

Artigo 472. Aparelhos ideológicos de Estado: o caso particular do isolamento compulsório dos portadores de hanseníase (lepra) no Brasil

Ivan Ducatti (Doutor)

Resumo: A partir da década de 1930, no Brasil, o isolamento compulsório de portadores de hanseníase passou a ser política de Estado. O isolamento só seria necessário em casos extremos de infecção. À medida que a cura medicamentosa tornou-se uma realidade, os argumentos para o isolamento enfraqueciam, mesmo assim este se manteve até 1967. O período em que se inicia o isolamento é marcado por fortes questões totalitárias, sendo o nazi-fascismo seu auge. Essas ideias, baseadas na decadente filosofia irracionalista positivista permitiu a legitimação de uma série de ações de governo, como o isolamento compulsório e indiscriminado. O período em questão também significou a formação do Estado capitalista monopolista brasileiro, por intermédio do qual não só se controla a classe trabalhadora pela força (opressão), mas se garante a força de trabalho para a nova dinâmica de extração de mais-valia (exploração). A Saúde Pública, aparato de Estado, se torna um mecanismo real de controle da classe

trabalhadora na formação do monopolismo no Brasil. Os seres humanos devem ser instruídos para livremente escolher os recursos médico-sanitários que lhes garantam sua própria vida e a saúde da coletividade. Essas medidas somente serão eficazes se o Estado encontrar-se em estágio de desenvolvimento socioeconômicos capaz de garantir medidas de proteção e iguais cuidados para a saúde coletiva. Como o Estado é o Estado da classe dominante, a garantia da saúde coletiva só é possível se tal iniciativa partir da classe trabalhadora, organizada e politizada, a qual deve tencionar, ao máximo, esse aparelho em seu próprio benefício.

Artigo 473. Suicídio e capitalismo: uma análise desde o materialismo histórico-dialético

Nilson Berenchtein Netto (Doutor / Professor, UFMS)

Resumo: As relações entre morte voluntária e trabalho podem ser constatadas desde as formas de organização social escravagistas, entretanto, a depender do modo como se organiza a sociedade para produzir e reproduzir a vida, essa relação se dá de uma maneira distinta. Frente ao exposto, o objetivo deste trabalho é discutir a relação entre o suicídio e o trabalho no modo de produção capitalista. Como estratégia de manutenção deste modo de produção, é comum que se faça passar por individuais questões de âmbito social, cultura e histórico. Ao ser colocado como principal e muitas vezes exclusivo responsável por seus sucessos e fracassos, encobre-se o papel das relações datadas entre os indivíduos sobre as quais se sustentam esses fenômenos. Perde-se assim de vista que o capitalismo traz a reboque determinadas características das formas de sociabilidade que se dão em seu interior, como o individualismo e a competitividade, que desempenham importante papel na constituição dos suicídios nesse modo de produção, associados a outras questões como a intensificação da exploração no trabalho, o assédio moral e outras formas de violência. Desvelar essas questões permite que se analise o suicídio a partir de outros fatores, que possibilitam sua melhor compreensão e conseqüentemente, que se intervenha de forma mais adequada em questões relacionadas a esses fenômenos.

Artigo 474. Trabalho e subjetividade: uma discussão sobre o sujeito desde o materialismo histórico-dialético

Bruno Peixoto Carvalho (Doutorando / Professor, UFMS)

Resumo: Discute-se a relação entre a categoria trabalho e a organização da subjetividade no capitalismo. Parte da teoria social concebe o trabalho apenas como uma modalidade de atividade humana, para o marxismo o trabalho é elemento fundante da sociabilidade humana. Genericamente, trabalho é intercâmbio material entre seres humanos e natureza. São elementos do processo de trabalho: uma atividade orientada para um fim, a matéria sobre a qual opera o trabalho e os instrumentos de trabalho. O trabalho produz valores-de-uso, coisas que por suas qualidades satisfazem necessidades humanas; no capitalismo, também produz valor e, principalmente, mais-valor. Nessa relação específica, o produto do trabalho pertence aos proprietários dos meios de produção, que pelo uso da capacidade de trabalho do trabalhador pagam-lhe a sua quota-parte no processo produtivo. A força de trabalho – mercadoria que transfere e cria valor – transforma-se em veículo de valorização do capital. A diferença entre o que produzem os trabalhadores e a parte da riqueza social que lhes cumpre, é o mais-valor. A forma de extração do sobreproduto do trabalho no capitalismo se dá indiretamente sob a forma-dinheiro. As relações violentas estabelecidas entre trabalhador coletivo e capitalista estão ocultas na fetichizada forma-dinheiro. Nesse sentido, a violência no capital é, além de formal e direta, estrutural e determinada no processo de produção da vida. O capital tem como princípio e finalidade sua reprodução ampliada: ele entra em relação consigo mesmo; o capital é sujeito do processo de produção e a subjetividade gestada por ele deve encontrar expressão na vida cotidiana dos indivíduos concretos.

Mesa Coordenada 48. A concepção de natureza em Marx e a crítica da questão ambiental

Coordenador: Rafael Kruter Flores

Ementa: Os trabalhos que compõem esta mesa visam avançar a crítica das teorias e práticas que legitimam a apropriação capitalista da natureza, organizadas em torno à sustentabilidade ambiental: um construto que desarticula as dimensões sociais, técnicas, políticas e naturais da produção social. A lógica que separa as várias dimensões da vida social é a mesma que organiza direitos de propriedade funcionais à acumulação, definindo a natureza como recurso para a produção de mercadorias. Exclui, portanto, as possibilidades de compreender o meio físico, a natureza, como o lócus de reprodução da vida humana, sublimando as noções de sustentabilidade e os limites da própria natureza. A crítica dos temas relacionados à natureza precisa articular a transformação da natureza em mercadoria com a dimensão que organiza o metabolismo social na sociedade capitalista: o valor.

Artigo 481. Direitos de propriedade e a contenção do ímpeto poluidor: crítica da fé eco-mercantil

Eduardo Sá Barreto (Doutor, Economia, UFF / Professor, Economia, UFJF)

Resumo: O debate ambiental realizado a partir da Ciência Econômica é amplamente dominado por formulações que se desenvolvem em torno das relações entre a dinâmica tecnológica e as esferas da produção e do consumo. Há, porém, especialmente na Economia Ambiental, um campo de reflexões razoavelmente autocentrado e autoreferido (muito embora esteja sempre pressuposto nas contribuições em geral) que possui relevância tanto teórica quanto prática: a discussão sobre os direitos de propriedade e a lógica do mercado. A relativa autonomia deste campo deve-se ao fato de que as reflexões a partir dele podem (e o fazem com frequência) prescindir de considerações sobre aspectos situados fora dele. Sendo assim, os diagnósticos de problemas ambientais são realizados ao longo de linhas que apontam a ausência de direitos de propriedade bem definidos, e, portanto, a operação não-ideal da lógica mercantil. As estratégias de solução, da mesma forma, se desenvolvem em torno da defesa de uma definição clara de direitos de propriedade e de arranjos institucionais que permitam a livre e fluida vigência da lógica mercantil. Com isso, seria possível, neste registro, realizar dois objetivos básicos: impedir o esgotamento de recursos naturais e reduzir a emissão de resíduos e refugos poluentes a níveis adequados ao meio ambiente. O presente artigo propõe uma crítica a esta segunda possibilidade, tomando especialmente o caso dos mercados de carbono e das mudanças climáticas. Simultaneamente, busca-se elaborar uma contribuição teórica própria, capaz de acessar as reais possibilidades de mitigação de poluentes no interior dos marcos de reprodução do capital.

Artigo 482. Metodologia de análise crítica do processo de agregação de valores

Mylene Nogueira Teixeira (Doutor / Professora, UENF)

Resumo: Na obra de Marx O Capital. Crítica à econômica política, o autor aborda, no capítulo 24, a transformação de uma coisa em mercadoria e conseqüente agregação de valores. Segundo Alnasser (2004) o processo de surgimento da mercadoria não deve ser entendido enquanto uma perspectiva histórica, senão na dinâmica do capital. O autor salienta que o capital não tem uma forma original, uma causa, nem mesmo uma origem, senão ele deve ser observado em uma constante movimentação. As formas de capital são dinâmicas, estão em constante movimento, em direção a se tornar capital, agregando valores. Esse movimento consiste no isolamento da matéria da natureza, sua desapropriação, apropriação e a comodificação da matéria e monetarização. Com essa metodologia o foco de análise se desloca para a dinâmica de tempo e espaço envolvido no processo de organização e reorganização social de espaço social. Para isso é importante perceber o processo de agregação de valores não apenas como um processo do surgimento de forma de valores de capital, enquanto mercadoria, senão na metodologia de análise que envolve a observação do processo da agregação de valores. Altvater e Mahnkopf (2007) desenvolvem a análise das etapas do processo de agregação de valores na obra "Os Limites da Globalização". Os autores apontam cinco etapas que, obviamente, não devem ser entendidas como uma lógica de acontecimentos cronológicos, mas percebidas na sua dinâmica social.

Artigo 483. A questão ambiental pela ótica da concepção de natureza em Marx

Rafael Kruter Flores (Doutor, Administração / Professor, UFRGS)

Resumo: Este trabalho visa resgatar a concepção de natureza que emana da obra de Marx com o intuito de avançar a crítica da sustentabilidade e também de autores que elaboram uma crítica insuficiente do tema. Tais perspectivas exteriorizam natureza e sociedade e priorizam aspectos técnicos, sem alcançar dimensões mais profundas como o valor e o metabolismo social. Em Marx, toda a produção social se reduz a duas categorias fundamentais: natureza e trabalho. O trabalho é a dimensão ontológica da natureza humana que caracteriza o metabolismo social: a apropriação da natureza pelos seres humanos para a produção de valores-de-uso. Este processo, em sua variação capitalista, tem como critério organizativo a produção de mais-valor em uma dinâmica de luta de classes. Assim, apropriar a natureza e produzir mercadorias para o mercado são duas dimensões da mesma realidade, mas que assumem existências independentes e fetichizadas: a natureza é apropriada para a produção de valores-de-uso em um processo que também produz valor (na forma de valor-de-troca). O processo de acumulação capitalista, neste sentido, aponta na direção de uma crescente apropriação da natureza por meio da sua transformação em mercadorias. A questão ambiental, por ser uma questão que toca na necessidade de expansão do capital, deve necessariamente se converter em uma questão de classe. Neste sentido, a análise deve buscar, por trás das formas aparentes, os interesses de classe em disputa e as formas pelas quais esses interesses refletem tecnologias, usos, critérios, falhas no metabolismo social e tudo aquilo que está relacionado à apropriação da natureza.

Mesa Coordenada 49. Capitalismo, dominação e formas de violência

Coordenadora: Tatiana Poggi

Ementa: Esta mesa vem discutir as variadas expressões de violência e mecanismos de controle presentes no capitalismo contemporâneo. Partindo da análise de levantes populares e organizações de caráter variado, as comunicações procuram ressaltar os limites da democracia liberal no tocante ao acesso à informação, à preservação da vida e ao direito de organização e participação política. Ao focar os desafios à vivência democrática e os obstáculos impostos à articulação de propostas transformadoras, entendemos que a mesa se insere no eixo temático 8 - Marx e a transformação social.

Artigo 491. Violência, ódio e apatia em sociedades democráticas

Tatiana Poggi de Figueiredo (Doutora, História Social, UFF / Professora, UFRRJ)

Resumo: Esta comunicação vem discutir o aumento dos grupos de ódio e o crescimento de crimes motivados pelo ódio e pela intolerância em democracias liberais, em especial nos EUA. Partiremos de algumas ponderações teóricas sobre o caráter da democracia liberal e sobre a visão liberal de sociedade civil, pensada como ambiente isento de conflitos. A discussão proposta contribui para o recente debate, trazido por Ellen Wood, Domenico Losurdo e Robert McChesney, sobre caráter complexo e paradoxal da democracia contemporânea, atentando para sua dimensão violenta e antidemocrática. As análises sobre o crescimento dos crimes de ódio no mundo contemporâneo são um aspecto intrínseco a esse ambiente democrático, que comporta crescentes expressões de violência, é conivente para com o ódio e a violência contra minorias e promove de forma implícita e sofisticada a passividade política.

Artigo 492. Luta de classes na internet – novas formas digitais de ação política das frações de classe burguesas

Danilo Spinola Caruso (Doutorando, História, UFF / Professor, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia RJ)

Resumo: Este artigo analisa as mais recentes formas de ação política do grande capital internacional na Internet, através de governos e empresas de mídia e tecnologia digital. Mais especificamente, procuramos denunciar as formas digitais de intervenção do grande capital internacional nos grandes levantes populares recentes, inaugurados pela “Primavera Árabe”. Analisamos os mecanismos governamentais e empresariais de controle sobre as principais ferramentas da Internet, tais como as ferramentas de busca e as redes sociais. Tais mecanismos de controle são capazes não só de rastrear e espionar usuários, como também de propor novas pautas em movimentos mobilizados pela Internet, de modo a disputar a direção política dos mesmos e, dessa maneira, promover mudanças que favoreçam os interesses do grande capital internacional. Finalmente, apresentamos um estudo de caso e levantamos questões importantes para um grande – e necessário – debate sobre as possíveis consequências da aplicação, em larga escala, das novas tecnologias de transmissão de dados em massa.

Artigo 493. Estado de exceção e terrorismo de Estado hoje: um breve histórico comparativo sobre a repressão policial no Brasil

Luciana Lombardo Costa Pereira (Doutora, Antropologia Social / Professora, PUC-RJ)

Resumo: Em meio aos violentos enfrentamentos com a polícia observados nas manifestações de rua em diversos estados brasileiros nos meses de junho e julho deste ano, a atuação dos órgãos policiais e as políticas de segurança pública voltaram a ocupar lugar de destaque no debate sobre os limites da democracia liberal. Esta comunicação busca refletir sobre a permanência das práticas sistemáticas de violência policial no Brasil do pós-guerra aos nossos dias. Em especial, procura compreender o caráter político, classista, ilegal, militarizado e persecutório da atuação das forças policiais, bem como a expectativa de impunidade na violação às leis, o que aponta para uma forte continuidade com as práticas de terrorismo de Estado consagradas no pós-64. Assim, práticas de espionagem e vigilância policial contra “inimigos” políticos empregadas pelos DOPS no país inteiro e, por muitos, consideradas exclusivas dos chamados períodos de exceção, têm sido reabilitadas no presente, tais como as prisões arbitrárias, a infiltração de agentes, a criminalização de práticas cotidianas, o uso de armas químicas e de “baixa letalidade” associado

ao uso de armas letais e da violência aberta contra manifestantes e, até mesmo, a apreensão de livros como prova criminal.

Artigo 494. “A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela”: Estado e a violência seletiva nas manifestações do Rio de Janeiro em 2013

Claudia Peçanha da Trindade (Doutora, História Social, UFF / Professora, Rede Municipal RJ e UGB)

Resumo: A onda de manifestações ocorrida entre junho e julho (e ainda não encerradas) de 2013 expôs a atuação violenta da polícia por diversos espaços da cidade do Rio de Janeiro. A prática de perseguição que levaram milhares de manifestantes a se sentirem encurralados e aterrorizados movimentou grupos na disposição de estarem novamente nas ruas, ao contrário do que parecia ser a intenção do governo de esvaziá-las pelo medo e atrelamento, muito realizado pela mídia grande, ao “vandalismo”. Embora se tenha realizado na manifestação dos 100 mil (17/06) tiros de armas de fogo nas imediações da Assembleia Legislativa, o que se viu no correr das manifestações foi a perseguição com armas menos letais, bombas de efeito moral e de gás lacrimogênio, e tiros de balas de borracha. Cada vez mais violentas, é importante que se aponte. No entanto, o que se seguiu após manifestações de favelas foram tiros de armas de fogo na Cidade de Deus (21/06) e na Nova Holanda/Maré (entre 24 e 25/06), esta última levando a morte de 9 pessoas. Esta diferença de forma de atuação policial, expressa na frase título desta comunicação, retirada da faixa da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, expressa a seletividade de atuação policial que subjuga territórios favelados, sobre a qual pretendemos tratar no artigo.

Mesa Coordenada 50. Materialismo histórico e cultura: perspectivas para a análise da cultura no capitalismo tardio

Coordenadora: Raquel Sant'Ana

Ementa: Dando continuidade aos diálogos iniciados na mesa “Em busca do Marxismo para entender a cultura contemporânea” realizada no Colóquio Nacional “Marx e o Marxismo 2011: Teoria e Prática” e continuados no Grupo de estudos de Marxismo e Cultura (MarxCult), os trabalhos aqui sistematizados enfrentam o desafio de pensar a cultura a partir das ferramentas do materialismo histórico.

As apresentações têm em comum a recuperação para uma perspectiva marxista de pensadores que têm sido apropriados por leituras pós-modernas, que negam o caráter essencialmente fundado no materialismo histórico dessas teorias. Além disso compartilham da proposição de não apenas retomar essas tradições, mas também afiar as ferramentas e propor um passo à frente na elaboração teórica em resposta aos desafios colocados pela análise da cultura no capitalismo tardio.

Artigo 501. “Estrutura de sentimento”: reflexões conceituais e metodológicas a partir da análise da “Marcha para Jesus”

Raquel Sant'Ana da Silva (Doutoranda, Antropologia Social, UFRJ)

Resumo: O conceito de estrutura de sentimento cumpre um papel central nos desenvolvimentos do “materialismo cultural” de Raymond Williams. Tomando a sério a premissa de Marx de que o ser social determina a consciência, esse conceito pretende sintetizar toda uma dinâmica que une o vivido, o articulado, os processos de produção de significados e disputas por hegemonia. Especialmente relevante para identificação do “emergente” das relações sociais, ainda não capturado pela hegemonia, esse conceito foi forjado para tratar de obras de arte e explorado por Williams na análise de obras literárias.

Minha proposta neste artigo é um exercício de alargamento conceitual e metodológico da ideia de “estrutura de sentimento”. Faço isso a partir dos desafios colocados na análise de um caso concreto: a chamada “Marcha para Jesus”, ocorrida no Rio de Janeiro em maio de 2013. Utilizando esse conceito para iluminar as dinâmicas de um evento que poderia ser tomado como festa ou ritual, se colocam novos problemas que trazem a possibilidade de destacar e detalhar as dimensões da prática que aparecem em menor grau nas análises literárias desenvolvidas até então a partir desse conceito.

Esse procedimento permite demonstrar a grande vitalidade do pensamento de Williams e dá pistas para o desenvolvimento de uma reflexão calcada no materialismo histórico para o tratamento de temas até então dominados por teorias essencialistas ou particularistas, que terminam por reificar como “performance” ou “cosmologia” práticas que são parte constitutiva de um processo dinâmico de disputas por hegemonia.

Artigo 502. O pensamento crítico de Walter Benjamin: a consagração do Tropicalismo lida a partir da ideia do despertar presente em Passagens

Henrique Campos Monnerat (Mestre, Teoria da Literatura, UFRJ / Professor, Rede Estadual RJ)

Resumo: A comunicação tem como propósito abordar o potencial estratégico do pensamento crítico presente na filosofia da história de Walter Benjamin. Proponho discutir a ideia do despertar presente no índice K [Cidade de Sonho e Morada de Sonho, Sonhos de Futuro, Niilismo Antropológico, Jung] em seu livro Passagens.

A discussão dessa ideia é importante para o questionamento da canonização em uma história oficial das manifestações artísticas. Esse processo de consagração, que pode ser observado nos trabalhos dedicados ao tropicalismo, está relacionado ao esvaziamento da dimensão marxista do pensamento do autor alemão.

As relações entre a recordação e o despertar devem orientar o pesquisador marxista. Dessa forma, orientado pelo método de Walter Benjamin de aproximar objetos a uma primeira vista díspares, procuro, a partir da ideia do despertar presente em sua teoria do progresso, ler a consagração de manifestações artísticas como o tropicalismo no momento atual.

Artigo 503. A teoria materialista da arte em Walter Benjamin

Rafael Zacca Fernandes (Mestrando, Filosofia, UFF)

Resumo: Esta apresentação pretenderá esboçar aquilo que Walter Benjamin, em seu ensaio sobre Eduard Fuchs, denominou como uma “teoria materialista da arte”. Este esboço será feito com apoio em outros textos do autor, como em suas teses *Sobre o conceito de história* e seu ensaio sobre *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*, visando articular história (enquanto uma construção ativa do passado vivo), estética (enquanto um estudo das percepções) e teoria da arte (enquanto especulação sobre obras de arte específicas).

Se, para o materialismo histórico, não existe algo como uma “história da cultura”, ou “história da ciência”, não haverá também uma “história da arte”: qualquer tentativa de autonomizar estes processos são compreendidas, por Walter Benjamin, como falsa consciência, e seria preciso remontar as obras de arte, no contexto de uma teoria materialista da arte, às outras esferas das quais se pretenderiam separadas.

Esta apresentação tentará demonstrar a relação entre a teoria materialista da arte e a estética materialista: como uma obra de arte transcende a si mesma e às intenções do autor, para ingressar em uma série de relações com sua pré e sua pós-história (corporizadas tanto naquilo que lhe foi legado, como em suas recepções, respectivamente). Além disso, a relação da teoria materialista da arte deverá ter revelada a sua relação com a história, chegando à célebre formulação de Benjamin que diz que todo documento da cultura é também um documento da barbárie.

Mesa Coordenada 51. Estado e comércio nas sociedades pré-capitalistas

Coordenador: Gabriel da Silva Melo

Ementa: Os trabalhos reunidos nesta mesa têm por objetivo a análise de dois temas bastante caros à historiografia das sociedades pré-capitalistas: o Estado e o comércio. Apesar da recorrência com que estes tópicos são abordados nos estudos dedicados à análise da História Antiga e Medieval, na maior parte das vezes perde-se de vista ou a historicidade própria de cada sociedade, incorrendo-se em generalizações anacrônicas que naturalizam o presente e o projetam no passado, ou, por outro lado, em micro-análises que não estabelecem nenhum tipo de vínculo entre a sociedade pesquisada e a sua evolução no devir histórico. A partir do arcabouço teórico-metodológico do marxismo, dialogando e criticando as posições hegemônicas nas áreas afins que se dedicaram à interpretação do Estado e do comércio ao longo da História, procuraremos expor os problemas, além de apontar soluções capazes de auxiliar uma abordagem mais refinada e complexa desses fenômenos, bem como das possíveis articulações entre eles. Pretendemos, portanto, destacar a historicidade do Estado e do comércio em cada contexto histórico específico abordado nas comunicações (Egito Faraônico, Grécia Clássica, Alta Idade Média e Baixa Idade Média), apontando a diversidade de configurações sociais pré-capitalistas, mas ressaltando as características fundamentais que as distinguem, em conjunto, da sociedade capitalista.

Artigo 511. O comércio de longa distância como estratégia da elite para a manutenção da desigualdade na democracia ateniense (sécs. V-IV a.C.)

Gabriel da Silva Melo (Mestrando, História, UFF)

Resumo: O Comércio de Longa Distância como Estratégia da Elite para a Manutenção da Desigualdade na Democracia Ateniense (sécs. V-IV a.C.).

Apesar da multiplicação dos estudos acerca da chamada Economia Antiga, poucos trabalhos se preocupam em identificar os nexos entre o funcionamento do Estado ateniense durante os séculos V e IV a.C. – o período democrático – e a importância crescente do comércio de longa distância.

Pretendo, neste trabalho, discutir a dependência da *pólis* dos atenienses com relação a produtos – madeira para navios e grãos para alimentar a população, no âmbito deste trabalho – vindos de longe, como os das regiões às costas do Mar Negro ou da Macedônia. Após estabelecer os parâmetros que justificam essa dependência, pretendo demonstrar como a elite política da cidade-Estado se envolve, ao longo de dois séculos, em um processo de emaranhamento com as elites locais do Mar Negro e outras regiões produtoras dos excedentes necessários à manutenção material da hegemonia ateniense no Mar Egeu e no Mediterrâneo Oriental.

Explicarei como o estabelecimento da talassocracia e do imperialismo ateniense durante o século V pode ser ilustrativo das maneiras através das quais, em um ambiente de maior igualdade política, ainda assim uma elite consegue se impor sobre as massas e manter uma realidade de reprodução social da desigualdade, sem com isso precisar subverter a institucionalidade que garante o funcionamento do Estado democrático.

O cerne deste trabalho, portanto, são as relações intra/inter-aristocráticas, o viés classista na composição do Estado durante a democracia ateniense e como o desenvolvimento de relações comerciais de longa distância se articula com esses processos

Artigo 512. Organização estatal e dominação camponesa no caso Visigodo (Séculos V-VIII)

Eduardo Cardoso Daflon (Graduando, História, UFF)

Resumo: A comunicação discorrerá sobre a relação entre a dominação camponesa e o Estado no contexto Alto Medieval. Objetiva-se compreender como as redes de relações pessoais que compõem a estrutura estatal são fundamentais para garantir às frações da classe dominante o acesso a terra, e por consequência, à mão de obra a ela associada, garantindo, dessa forma, a manutenção e consolidação de sua posição social. Para tanto, teremos como foco de análise o estudo do caso Visigodo, ou seja, tendo como recorte a Península Ibérica entre os séculos V-VIII. Para tanto, nos valeremos principalmente da *Lex Visigothorum*, documento de cunho legal que, mais do que meramente normatizar uma sociedade, expressa as disputas tanto entre os grupos aristocráticos quanto entre esses e o campesinato de maneira mais geral.

Artigo 513. Valor e “valor consuetudinário de troca” no pré-capitalismo

Fábio Afonso Frizzo de Moraes Lima (Doutorando, História, UFF / Professor, IUPERJ/UNESA)

Resumo: A partir da crítica a trabalhos da antropologia econômica que projetam no pré-capitalismo as categorias da economia capitalista e, desta forma, naturalizam a racionalidade econômica calcada na produção de mercadorias e reprodução do capital, buscar-se-á expor as particularidades da economia pré-capitalista. Para isto, utilizaremos categorias como “trabalho concreto em abstrato” para dar conta da inexistência de trabalho abstrato antes do capitalismo e “valor consuetudinário de troca” na tentativa de explicar as relações de equivalência nas trocas comerciais antes do desenvolvimento do valor.

Artigo 514. Política de classe no Estado português dos duzentos

Thiago Pereira da Silva Magela (Mestrando, UFF)

Resumo: A comunicação pretende aproximar-se da chancelaria de Afonso III (1248-1279), e demonstrar através da documentação as ações régias expressas em uma política de articulação e vinculação da classe dominante feudal. Nossa análise foca-se nas diversas formas de distribuição e confirmação de terras e poder de *ban* por parte do monarca e seus agentes.

Mesa Coordenada 52. Educação formação humana e a crítica marxista

Coordenadora: Joeline Rodrigues de Sousa

Ementa: Apresentação de categorias fundamentais do pensamento marxiano e de teóricos que na esteira de Marx colocaram-se à serviço da classe trabalhadora, tais como Vigotski, Luria, Leontiev e Antonio Gramsci. A abordagem que se firma no trabalho como fundamento ontológico do ser social, buscará resgatar as contribuições dos autores para o processo de educação e formação humana vislumbrando a emancipação humana como possibilidade real pela superação da ordem vigente, a qual encontra-se alicerçada no interesse de acumulação capitalista. Munidos deste arcabouço nos debruçaremos sobre uma crítica radical ao processo de (de)formação da classe trabalhadora fundada no modo de produção hodierno.

Artigo 521. A formação humana na perspectiva da psicologia historico-cultural

Samantha Macedo Lima (Mestranda, UECE)

Resumo: Esta comunicação toma como base a Psicologia Histórico-Cultural (PHC), desenvolvida pela tríade soviética - Vigotski, Luria e Leontiev, para discutir a formação humana na perspectiva marxista. Comumente a educação é tida como instrumento preparatório para vida adulta produtiva, estabelecendo normas de conduta, modos de operacionalização de tarefas. Tal formação deve somar ao talento individual, valorizado na esfera produtiva na forma de habilidades e comportamentos tais como iniciativa, boa comunicação, criatividade, etc., que caracterizam o trabalhador de novo tipo, interesse do capital em formas adaptativas justificadas pela introdução de novas tecnologias decorrentes das novas formas de produção. Os estudos da PHC, acerca das funções psicológicas superiores contrariam as concepções inatistas, deterministas, predominantes no senso comum que reduz as potencialidades humanas ao psiquismo como causa final, já que a formação do psiquismo humano se constitui como decorrência direta das condições objetivas de vida. Entendemos que a capacidade de criar, comunicar ideias, raciocinar com agilidade, etc., só pode existir enquanto resultado de um processo pleno de apropriação do conhecimento acumulado historicamente bem como do desenvolvimento do psiquismo. O acesso às criações humanas (a linguagem, a escrita, a ciência, etc.), instrumentaliza os indivíduos para atividades produtivas ricas de sentido. Contudo, na sociedade capitalista, o homem tem sido afastado da devida apropriação do conhecimento, acarretando implicações na (de)formação de um psiquismo e uma prática social afetos às suas funções psicológicas superiores, inviabilizando, por esse prisma, o estabelecimento de um pensamento e uma consciência superior capaz de se contrapor à sociabilidade do capital.

Artigo 522. Dualidade educacional brasileira, ensino médio integrado e a perspectiva da formação humana na acepção marxiana-gramsciana

César Lima Costa (Mestre, Educação Brasileira, UFC)

Resumo: Analisa a funcionalidade da clássica divisão histórica entre educação destinada à formação humana da classe trabalhadora e àquela voltada à formação humana da classe dirigente/política no Brasil, mormente no nível médio da educação, na manutenção do *status quo* classista. Neste sentido, advoga-se a ideia de que a bifurcação educacional típica do contexto educacional brasileiro tem contingenciado a formação humana aos limites tacanhos do capital, sendo, portanto, imperativo a suprassunção da sociabilidade capitalista, como *conditio* para a emancipação humana. No itinerário da análise teórica, estabelece-se aproximação preliminar com o ideal educacional gramsciano expresso no conceito de escola unitária, por intermédio deste, Gramsci retoma o princípio unitário de análise do real, correspondente ao próprio materialismo histórico dialético marxiano, síntese das filosofias antecessoras que tendiam para o idealismo especulativo ou ao positivismo acrítico. A (re) integração entre teoria e prática expressa a necessidade anterior de superação da cisão originada da divisão social do trabalho/propriedade privada. Desta feita, é resgatada a natureza "revolucionária" do pensamento educacional gramsciano que, neste tocante, tem se mostrado esvaziado nas propostas educacionais da contemporaneidade, notadamente na proposição do EMI. Adota-se como metodologia a análise bibliográfica dos *Cadernos do Cárcere* 10 (1932 - 1935) e 12 (1932), incorporando, outrossim, as produções acadêmicas contemporâneas de Manacorda (2008) e Kuenzer (2009), entre outras. Por este prisma, se desvela a tendência que a proposta educacional de integração do nível médio de ensino à educação profissional tem na reprodução do sistema social classista ao contingenciar a formação das camadas sociais subalternas e político-dirigente, mediada pela bifurcação dos itinerários de formação educacional escolar.

Artigo 523. Gramsci, a crise da escola e a perspectiva da emancipação humana: uma análise ontológica

Joeline Rodrigues de Sousa (Doutoranda, Educação, UFC / Professora, UFC)

Resumo: O presente trabalho resulta do esforço de compreensão do processo de desenvolvimento do pensamento de Antonio Gramsci acerca da formação humana, durante o andamento da investigação no curso de mestrado, no qual verificamos que converte-se em uma proposta de escola, tendo em vista, a crise porque passava a escola no início do século XX, resultado das contradições oriundas do processo de expansão do sistema capitalista que já apresentava sinais de sua crise num cenário histórico de profundas revoluções e transformações sociais, no qual se apresentava a possibilidade de transição socialista e emancipação humana. Nesse viés, resgatamos os fundamentos históricos da escola e as transformações sofridas por esta, influenciadas pelo processo de industrialização, que desembocaram no surgimento de novas tendências pedagógicas ditas modernas, focalizando, mormente na Reforma Gentile, a Escola Nova e a Escola Soviética, as quais embasaram as considerações que orientaram o filósofo marxista italiano para o desenvolvimento de uma alternativa histórica para a escola que, na verdade, expressa o fato de que suas intenções se voltavam para a fundação de uma nova sociedade, a “sociedade regulada”. Deste modo, tendo como referencial o quadro teórico marxista, em sua dimensão ontológica, a partir de um trabalho teórico-bibliográfico, seguimos o lastro filosófico encontrado em suas obras escritas antes e durante o cárcere, mormente o *Caderno 12* (1932) com o apoio de alguns intérpretes gramscianos, tais como Manacorda (2010), Schlesener (2009), Coutinho (1999), dentre outros.

Artigo 524. Educação e a formação da classe trabalhadora: artimanhas ideo-políticas do capitalismo

Rosângela Ribeiro da Silva (Mestre, Educação Brasileira, UFC)

Resumo: O presente resumo pretende contribuir para a análise contextualizada e crítica dos princípios e das práticas que configuram a educação da classe trabalhadora, e sua relação com os paradigmas educacionais vigentes, apontando, na esteira da perspectiva marxiana, a educação no horizonte da emancipação humana. Buscamos desenvolver o pensamento acerca da educação sob o resguardo de uma sociedade humanamente emancipada, tomando como base os estudos desenvolvidos no Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO), e na linha de pesquisa Marxismo, Educação e Luta de Classes, abrigada na Universidade Federal do Ceará. Para tanto, buscaremos fundamentos em intelectuais alicerçados sobre as bases do marxismo ontológico, recuperado por Lukács, bem como por seus intérpretes contemporâneos, como Tonet, Lessa, entre outros. Nossa discussão se destaca pela defesa inconteste da possibilidade de uma verdadeira revolução social, conforme Marx e Engels (1986), de uma verdadeira história humana, não mais presa às rédeas do sistema capitalista de produção. Em um momento em que o pragmatismo ocupa redutos antes abrigados pela reflexão da melhor qualidade, como a Universidade, o atual contexto social e intelectual é caracterizado por uma adesão quase que inconteste as propostas sedutoras e as artimanhas ideo-políticas do sistema capitalista, onde a retórica pós-moderna afirma, entre outras questões, a razão como um detalhe secundário da apropriação do real. Asseguramos, em Jimenez e Mendes Segundo (2006) que os padrões de financiamento aplicados à educação brasileira na sua nova configuração desde o início da década de 1990, vem impondo mudanças devastadoras na formação da classe trabalhadora.

Mesa Coordenada 53. Marx e o marxismo: o desafio de analisar as políticas públicas no Brasil recente

Coordenador: Reginaldo Scheuermann Costa

Ementa: A mesa apresenta experiências de pesquisa que se debruçam sobre as recentes modalidades de políticas públicas, tendo em vista a complexificação do Estado no contexto do capitalismo tardio no Brasil. As pesquisas demonstram como a relação entre agentes civis (movimentos sociais, empresas, organizações não-governamentais e instituições religiosas) e Estado têm adquirido centralidade na formulação e execução de políticas públicas, de maneira que as formas recentes de exercício do poder da classe dominante devem ser entendidas como parte fundamental desta relação, em sua totalidade histórica.

Artigo 531. Tensões na construção de uma nova pedagogia da hegemonia para a favela: o caso da ONG CEASM

Reginaldo Scheuermann Costa (Doutorando, Educação, UFRJ)

Resumo: O presente trabalho analisa a Organização Não-Governamental, Centro de Ações Solidárias da Maré (CEASM), localizada na favela da Maré, Rio de Janeiro. Examinamos a sua práxis pedagógica, observada nos diversos projetos sociais voltados para a população pobre da Maré, além da sua biografia institucional, tendo em vista as transformações econômico-sociais ocorridas no período marcado pelo social-liberalismo no Brasil, anos 1990 e 2000.

A partir do arcabouço teórico de Gramsci, o CEASM é entendido como um aparelho privado de hegemonia, específico aos dilemas da favela e relacionado ao que Lúcia Neves denominou de “nova pedagogia da hegemonia”. A pesquisa aponta que os projetos sociais do CEASM são propagadores de valores ético-políticos, que se complementam com as transformações ocorridas no manejo das políticas públicas, especificamente, no que tange a adoção da modalidade de parcerias público-privada como dogma governamental e a formação de intelectuais orgânicos oriundos da favela.

O CEASM seria uma emblemática forma de associativismo da favela, e se observa, nas suas disputas internas e biografias de seus dirigentes, a tensão entre militância de caráter universalista (associações de moradores, Partido dos Trabalhadores e esquerda da Igreja Católica) e um ativismo político particularista, alinhado aos preceitos da nova pedagogia da hegemonia. O CEASM sintetiza, portanto, a gestação, conflitos e o processo de implementação dos novos termos do consenso social-liberal, que se encontravam em disputa na sociedade civil.

Artigo 532. A “reforma universitária consentida”: a universidade para quem?

Matheus Castro da Silva (Mestrando, Educação, UFF)

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar de que maneira o REUNI, Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, implementado pelo Governo do Partido dos Trabalhadores, dialoga com o conceito de “Reforma Consentida” de Florestan Fernandes. Tendo o materialismo histórico e dialético como base metodológica para a realização desta pesquisa, partiremos da discussão acerca da inserção do Brasil na totalidade do Modo de Produção Capitalista, que, segundo Florestan, é de uma maneira dependente e subordinada. Mediante isso, traremos à baila como essa inserção se materializa nas políticas públicas adotadas pelo Governo brasileiro, neste caso, a Reforma Universitária implementada em 2007. Tendo em vista que essa Reforma partiu da alcunha de “Expansão e Democratização do Ensino Superior”, uma bandeira histórica dos movimentos sociais no país, temos que analisar como esse processo se deu, sobretudo após vivenciarmos, no ano de 2012, uma greve histórica que atingiu os três setores da Universidade: alunos, técnicos e professores, e o fato de isso ter ocorrido ao final do processo de implementação dessa Reforma. Assim, ainda que este estudo ainda esteja em andamento, já podemos nos questionar até que ponto essa política correspondeu aos anseios da classe trabalhadora, ou apenas atuou no sentido de cooptar suas bandeiras e servir aos interesses das classes dominantes. Nesse sentido, abrir o diálogo com Florestan Fernandes é fundamental, pois, além de nos dar um panorama muito atual sobre a realidade de nosso país, possui uma análise de muita relevância sobre o Ensino Superior e o seu papel social.

Artigo 533. Economia criativa: políticas públicas culturais e reestruturação produtiva

Felipe da Silva Duque (Mestrando, Educação)

Resumo: A *crise estrutural do capitalismo* gerou reconfigurações no sistema e promoveu distorções inclusive no âmbito cultural ao transformar essa categoria ao fetiche de mercadoria. A conceituação de trabalho imaterial e as novas formas de relações do trabalho desembocaram em novas modalidades de apropriação e promoção cultural como, por exemplo, a *Economia Criativa*. Amparada pelo poder público em parceria com o privado, tal modelo de economia atravessa o mundo e surge no Brasil. A criação da Secretaria de Economia Criativa, do Ministério da Cultura, no ano de 2011 e do projeto “Rio Criativo”, no Rio de Janeiro, evidenciam a aposta em debater, reproduzir e expandir tal proposta.

Tal modelo de economia busca a integração das indústrias criativas com o setor de bens e serviços, o que reflete em mudanças sociais, organizacionais, políticas, educacionais e econômicas. No caso do Brasil, a rica biodiversidade, diversidade cultural, exploração do setor de serviços e falta de uma legislação adequada pertinentes a propriedade intelectual foram atrativos para esse tipo de economia.

Nesse sentido, o debate sobre Economia Criativa se torna fundamental para uma reflexão mais concisa em relação a inovação característica dessa proposta, que, conjugada com essa nova fase do capitalismo, reorienta o debate em relação as políticas públicas culturais.

Artigo 534. Identidade e movimento social: o caso do movimento por urbanização e legalização do Pantanal

Luciano da Silva Barboza (Mestre, Planejamento Urbano, UFRJ)

Resumo: O campo problemático deste trabalho diz respeito à construção da identidade no domínio da organização, da práxis e das práticas dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. A constituição e a consolidação de movimentos sociais têm por base a assunção coletiva de identidades fundadas em valores, territorializações e bandeiras de luta. Não obstante, rupturas dessas identidades acontecem por diversos motivos, dentre os quais se destacam ações desterritorializantes por parte do Estado. O objetivo principal é analisar o processo de construção da identidade lastro do Movimento por Urbanização e Legalização do Pantanal (MULP) da Zona Leste de São Paulo. A expectativa é que este trabalho possa gerar a produção de conhecimento temático específico sobre a identidade do MULP. Imagina-se ainda que o texto contribua com subsídios objetivos à compreensão dos processos de constituição das identidades no seio dos movimentos sociais contemporâneos, tema especialmente crucial à estruturação e à ação desses agentes coletivos. Tal pretensão se articula a um esforço mais geral que busca coligir, a partir de investigações empíricas, elementos que fomentem uma reflexão teórica a respeito do estatuto da relação entre identidades e movimentos sociais. Na investigação, tomamos, em termos gerais, o materialismo histórico como marco teórico. O campo temático em questão - Identidade e Movimento Social - se justifica pela relevância dos movimentos sociais no seio da sociedade brasileira contemporânea, o que os faz, em si, focos privilegiados de análise da dinâmica social no país.

Mesa Coordenada 56. Neoliberalismo e reforma do Estado no Brasil: intelectuais e elites orgânicas na construção de uma agenda neoconservadora

Coordenador: Leonardo L. de Brito

Ementa: O capitalismo periférico e dependente que marca os países da América Latina ganhou, nas últimas décadas do século XX, contornos muito específicos ao girar em torno de uma agenda econômica e política de corte liberal e alinhada aos ditames daquilo que se convencionou chamar de *Washington Consensus*. O vaticínio da atuação do setor público estatal como eixo fomentador da acumulação capitalista foi a tônica da agenda adotada por segmentos expressivos das burguesias da região. No Brasil (em especial, mas não exclusivamente), após o fim da ditadura civil-militar, frações importantes da burguesia empresarial financeira engendraram a construção de um modelo político coadunado com as orientações econômicas da ortodoxia neoclássica. A edificação de tal modelo lançou mão da construção de consensos na sociedade civil de forma a legitimar tal ambiência social neoconservadora. Na prática, isso se traduziu na elaboração de políticas que se propuseram ao desmonte do Estado *interventor* de corte desenvolvimentista erigido no país a partir dos anos 1930: abria-se espaço para a hegemonia do livre mercado.

A mesa *neoliberalismo e reforma do Estado no Brasil* se propõe como possibilidade para ampla discussão, análise e interpretação, no campo dos estudos marxistas, da atuação das elites e intelectuais orgânicos que, atuando da sociedade civil e na sociedade política contribuíram *par excellence* para a implementação de uma agenda política de corte liberal e privatista.

Artigo 561. O intelectual e o desmonte do Estado: a atuação do economista Luiz Carlos Bresser-Pereira à frente da Reforma “Gerencial” do Estado Brasileiro (1995-1998)

Leonardo Leonidas de Brito (Doutorando / Professor, Educação Básica e Tecnológica e Colégio Pedro II RJ)

Resumo: A crise do Estado brasileiro, a partir dos anos 1980, teve entre seus mais difíceis legados a construção (e consolidação) de uma ambiência social e política conservadora (neoliberal), que se tornou hegemônica no decênio seguinte, culminando com o desmonte, privatizações e redução da capacidade regulatória deste mesmo Estado. As temáticas “crise” e “reforma” do Estado ganharam contornos de pontos substanciais da agenda política dos países da América Latina ainda em meados da década de 1980. Atingidos pela crise da “dívida externa” e pelo esgotamento do padrão de desenvolvimento econômico e industrial desenvolvimentista, adotado na região desde os anos 1930, a temática se impôs no debate intelectual e político.

O texto em questão, parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, se apresenta como uma tentativa de análise histórica da atuação do economista Luiz Carlos Bresser-Pereira à frente do Ministério da Reforma do Estado Brasileiro (MARE), entre janeiro de 1995 e dezembro de 1998, período que compreende em sua totalidade o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. O objetivo primacial desta comunicação centra-se na análise do papel do economista Luiz Carlos Bresser Pereira como um dos principais formuladores e executores, no Brasil, dos diagnósticos e postulados da Reforma “Gerencial” (neoliberal) do Estado Brasileiro proposta à época. Como fontes documentais necessárias para comprovação das hipóteses sugeridas lança mão do corpo de documentos expedidos pelo MARE acerca da temática, em especial a publicação *Cadernos do MARE*. Periódico oficial do referido ministério, circulante entre agosto de 1997 e dezembro de 1998, e que representara a principal publicação desta agência do Estado Brasileiro para difusão dos postulados desta reforma “gerencial” do Estado.

Artigo 562. Neoliberalismo e reforma do Estado no Brasil: intelectuais e elites orgânicas na construção de uma agenda neoconservadora

João Paulo de Oliveira Moreira (Mestrando, História, UFF)

Resumo: O presente trabalho tem como objetivos analisar a atuação do empresariado siderúrgico no Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), no decorrer dos anos 1980, década em que ocorre, sobretudo, na América Latina, uma série de reformas, que são entendidas aqui como reações do capital na sua busca pela recomposição do lucro. O empresariado atuante na siderurgia, assim como os intelectuais orgânicos por adesão presentes na ossatura material do Estado brasileiro, irão atuar no seio deste aparelho privado de hegemonia, exercendo uma importante pressão nos governos Figueiredo e Sarney, na busca pela desestatização do setor, que ficou preterido ao segundo plano após a não implementação do II PND. A hipótese central desta comunicação é que parte do interior do IBS a construção do consenso privatista que

se tornou hegemônico no início dos anos 1990 com a efetivação do Plano Nacional de Desestatização, do governo Fernando Collor, que culminou com o desmonte total do setor siderúrgico

Artigo 563. Neoliberalismo: o Estado máximo para o capital

Janaina da Silva Bezerra (Mestranda, História, UFF)

Resumo: Nosso trabalho tem como questão central a análise, a partir de uma perspectiva marxista, das formas concretas que o neoliberalismo ganhou ao se tornar o principal referencial para elaboração da política econômica estatal. Em especial, atentamos para a política de privatizações posta em prática a partir da orientação neoliberal.

A partir do estudo de um caso concreto, o do Programa Estadual de Privatização da Paraíba (que segue as diretrizes do Plano Nacional de Desestatização), observamos como os agentes do Estado atuam, em associação com os agentes do capital, no sentido de implementar um conjunto de medidas absolutamente vantajosas à expansão e acumulação do capital. A privatização das empresas públicas paraibanas caracteriza-se não como uma transação econômica de compra e venda de ações empresariais comuns, mas sim como uma política consciente de transferência de setores da economia que, até então, não estavam diretamente sob o controle do capital. Portanto, como projeto político de expansão do capital no qual a atuação estatal foi fundamental.

Para a consecução e consolidação desse projeto político vários expedientes foram utilizados pelos agentes do Estado: ideológicos, jurídicos, repressivos, dentre outros. Nosso trabalho se propõe a investigar como estes diversos elementos se combinaram na realidade e quais os resultados que produziram.

Mesa Coordenada 57. Práxis e sociologia educacional marxista

Coordenador: Sergio Ricardo Alves de Oliveira

Ementa: Entende-se a premente necessidade de abordagem, no campo da teoria social, da educação como interesse da formação humana. No entanto, a sociedade burguesa reserva a subordinação onilateral das capacidades humanas – e seu desenvolvimento coetâneo – à valorização do valor e ao maquinismo social fetichista. Esta intervenção tem como intuito a discussão do mundo atual, a partir do ramo da sociologia educacional tendente à mobilização de forças liberadoras, seja na tentativa preliminar de desvelar a lógica processual da sociologia no ensino médio no Brasil, no trato da noção burguesa das “competências” e seus impactos no ensino de sociologia, seja preocupando-se com a indústria educacional no capitalismo tardio.

Artigo 571. Sociologia no ensino médio e a perspectiva marxista

Ricardo Cesar Rocha da Costa (Mestre, Ciência Política, UFF / Professor, IFRJ)

Resumo: Após um longo processo de lutas, a Lei 11.684/2008 determinou o retorno da Sociologia ao currículo do ensino médio das escolas brasileiras, como disciplina obrigatória em todas as séries – juntamente com a Filosofia. Desde então, docentes dessas disciplinas têm empreendido diversos embates no sentido de se garantir uma carga horária mínima semanal para o seu trabalho em sala de aula. Simultaneamente, após algumas vitórias e derrotas quanto à carga horária, há uma questão fundamental em debate, relacionada aos conteúdos teóricos e conceituais apresentados aos estudantes. No caso da Sociologia, as iniciativas de sistematização dos currículos são identificadas pelas Orientações Curriculares Nacionais específicas. Estas resultaram nas atuais exigências “programáticas” presentes nos editais do MEC que incluíram a Sociologia no Programa Nacional do Livro Didático. No entanto, podemos identificar um problema de caráter político-epistemológico nesse quadro: a hegemonia teórica weberiana e o silenciamento da teoria sociológica marxista. Assim, a proposta desta comunicação é apresentar uma reflexão sobre o papel dos educadores orientados pela perspectiva da formação humana inserida no projeto de emancipação da classe trabalhadora. A educação, nessa perspectiva, baseada na construção de uma “escola para todos” – ou escola unitária, de formação onilateral dos seres humanos –, deve superar a dicotomia trabalho produtor de mercadorias X trabalho intelectual, característico da organização escolar que configura o papel social subalterno reservado pelo capitalismo aos trabalhadores. Perguntamos: não é possível se lutar por uma escola que aponte para a construção desse projeto político emancipatório? Que papel pode ser assumido pelo ensino de sociologia nesse processo?

Artigo 572. Indústria educacional no estágio tardio do espetáculo

Sergio Ricardo Alves de Oliveira (Doutorando, Serviço Social, UFRJ / Professor, IUPERJ/UCAM e UFRRJ)

Resumo: A educação no Brasil vem demonstrando sinais de agonia face ao desmonte perpetrado por forças políticas espetaculares internas e externas, guardiões da demanda estrutural e dinâmica “eternizada” e urgente de realização e reprodução ampliada do valor. O típico funcionamento fetichista da Economia-mundo tem imposto à educação estatal – inserida, portanto, no ramo do trabalho improdutivo – um recrudescido processo de empresariamento, por vezes voltado para a inovação tecnológica de cariz relativamente restrita em um solo capitalista dependente. Por outro lado, a proliferação aguda da educação privada compõe qualitativamente um novo quadro de exploração, muitas vezes ancorado em políticas de crédito e mesmo em carteiras de investimento. Nestes marcos, torna-se forçoso reconhecer novas faces do sentido ultra-barbarizante da educação escolar e de discursos justificadores da indústria educacional. Para uma análise preliminar deste estágio ulterior da crise estrutural do capital que aponte para uma práxis compreensiva e negadora da sociedade das mercadorias serão utilizadas, principalmente, contribuições dos situacionistas Guy Debord, Raoul Vaneigem e de filósofos frankfurtianos, como Theodor Adorno. Entende-se que algumas categorias utilizadas por aqueles autores – a teoria do espetáculo, a indústria cultural – para uma leitura da educação reservam atualidade ao evocarem a teoria do fetichismo da mercadoria de Marx, com vistas a uma explicação processual de aspectos articulados entre si da atual servidão multilateral. Acredita-se que este movimento analítico, portanto, potencializa uma aproximação concreta e vívida dos recônditos da dimensão semiformal e unidimensional nas relações sociais, capaz de denunciar – com o intuito de mobilizar – contradições germinais de um novo tempo.

Artigo 573. A pedagogia das competências e a corrosão dos sentidos críticos do ensino de sociologia

Valéria Lopes Peçanha (Mestre, Serviço Social / Professora, Rede Estadual RJ e Colégio Pedro II)

Resumo: Sob o marco da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96 dá-se a introdução da pedagogia das competências no Brasil em face das transformações do mundo produtivo sob a égide do neoliberalismo no Brasil e do capitalismo mundializado. Posta como uma ramificação das teorias do capital humano na esfera educacional, a pedagogia das competências constitui um novo paradigma educacional que compromete a construção histórica dos sentidos críticos da educação, impulsionando o redimensionamento da formação escolar no sentido da difusão das competências. Neste modelo, a formação humana se orienta para a difusão da aquisição contínua e indefinida de habilidades prescritas pelo capital aos trabalhadores, na corrida pela valorização da força de trabalho individual, mediante acirrada competição por postos no mercado de trabalho. Deste modo, o modelo escolar por competências assume novos contornos funcionais junto à subsunção real do trabalhador ao capital. A concreticidade com que a pedagogia das competências se impõe sobre a Educação pode ser apreendida em seus efeitos epistemológicos exercidos no currículo escolar em geral. No que tange o Ensino de Sociologia, o deslocamento dos sentidos que perpassam a disciplina da crítica para a competência contrariam a construção política-pedagógica historicamente realizada em torno desta disciplina. Faz-se necessário apreender as condições em que se desenvolvem na atualidade as relações sociais entre as classes fundamentais do capitalismo no plano da educação, tendo a pedagogia das competências como elemento mediador da acumulação flexível do capital.

Mesa Coordenada 58. História e historicidade no pensamento frankfurtiano

Coordenadora: Renata Torres Schittino

Ementa: O objetivo da mesa é debater sobre a questão da história e da historicidade no pensamento de alguns teóricos da Escola de Frankfurt – T. Adorno, W. Benjamin e H. Marcuse. Pretende-se instigar a reflexão sobre as particularidades e semelhanças que tais autores guardam entre si e a especificidade de suas análises no âmbito do marxismo ocidental. Trata-se de tentar compreender a singularidade e a problemática do capitalismo contemporâneo, tal como colocada pelos autores, tendo em vista a possibilidade da transformação radical da história pela ação humana.

Artigo 581. Melancolia e ação em Walter Benjamin

Marcelo de Mello Rangel (Doutor, História, PUC-RJ)

Resumo: Desenvolveremos duas compreensões específicas sobre o pensamento de Walter Benjamin, a saber: 1- Benjamin, em especial o das “Teses sobre o conceito de história”, é orientado pela tonalidade afetiva (Stimmung) da melancolia, ou seja, pelo sentimento de que todo e qualquer pensamento e ações são necessariamente limitados no que tange à consecução de seu tólos, e 2- o filósofo alemão compreende que há um protagonismo espiritual no que diz respeito ao estímulo de determinados sentimentos que são fundamentais à concretização de pensamentos e ações dedicados à negação do real, de modo que podemos dizer que a condição de possibilidade para a transformação concreta do real é provocar nos homens (nos “dominados”) sentimentos como a confiança, acoragem, o humor, a astúcia e a tenacidade. No que diz respeito à nossa primeira compreensão, sublinhamos que o pensamento de Benjamin constitui uma crítica radical do real, entendido como âmbito ideal à exploração do homem pelo próprio homem, no entanto, sem a expectativa de uma transformação efetiva deste horizonte em sua totalidade, e aqui trabalharemos, em especial, com a sua ideia de “fraca força messiânica”, de modo que teríamos, no limite, uma leitura específica no interior da tradição marxista. E, por fim, sobre o que chamamos de protagonismo espiritual, entendemos que para Benjamin as determinações materiais não são (e nunca serão), elas mesmas, condições suficientes (autônomas) para a provocação de pensamentos e ações dedicados à negação do real. Pelo contrário, elas podem e frequentemente retiram do homem todo e qualquer fôlego no que diz respeito à reivindicação de transformações significativas do seu horizonte (que é o “capitalismo”), sendo necessário um esforço espiritual em prol do estímulo dos homens (dos “dominados”) à ação. Neste caso, a História aparece como espaço ideal à provocação daqueles sentimentos, por exemplo, da confiança e da coragem.

Artigo 582. Adorno e a ideia de história natural

Danrlei de Freitas Azevedo (Doutor, História, PUC-RJ)

Resumo: O trabalho pretende discutir a ideia de história natural, apresentada por Adorno numa de suas conferências. Trata-se de compreender como essa ideia se articula com problemas fundamentais do pensamento do autor, os quais, por sua vez, envolvem importantes aspectos das épocas moderna e contemporânea, como os que dizem respeito à relação entre razão e natureza, às noções de emancipação e progresso, ou ao tema da luta de classes. Encontrando-se entre os principais teóricos de sua época, Adorno desenvolveu uma crítica da sociedade que promove uma reflexão do programa iluminista a partir da perspectiva materialista. Observando que o processo de racionalização moderno, antes de contribuir para o bem-estar geral, agrava a precariedade das condições de vida e consolida um sistema organizado de exploração social, as teses de Adorno apontam para a reavaliação do nexos entre modernidade e razão, uma vez que esta última teria sido reduzida à mera razão instrumental- a despeito dos discursos da classe burguesa, que gostaria de encontrar na razão o mais nobre indício de sua elevação espiritual. Com base na ideia de que a violência de homem contra homem, paradoxalmente acirrada na chamada época do esclarecimento, é reflexo de uma violência mais ampla que o espírito teve de impor à natureza desde o período mítico, Adorno aposta que somente uma dialética negativa poderia indicar os caminhos para que razão e natureza consigam quebrar aquela antiga maldição e aproximar-se de um estado de reconciliação. Uma história natural deve poder “interpretar a história concreta em suas manifestações como natureza e constituir dialeticamente a natureza na figura da história”- no confronto com a possibilidade de reconciliação.

Artigo 583. A politização da teoria crítica em Marcuse

Renata Torres Schittino (Doutora, História, PUC-RJ)

Resumo: A correspondência entre Adorno e Marcuse revela uma divergência acerca da relação entre teoria e prática no seio dos movimentos estudantis e da luta anti-imperialista nos fins da década de 1960. Marcuse, na verdade, irá se tornar um ícone da rebelião juvenil, defendendo o projeto de emancipação da sociedade – uma ruptura com a racionalidade tecnológica e abertura para o tempo livre e o exercício da criatividade. O que pretendemos analisar nesse trabalho é, em que medida, de fato Marcuse concebe a possibilidade da realização da utopia e da ação revolucionária no contexto do capitalismo tecnológico. Por um lado, pode-se notar que ele é bastante cuidadoso no que se refere à caracterização revolucionária dos movimentos estudantis. Por outro, observa como tal atuação configura-se como uma espécie de “ar fresco”; ar fresco que desejava respirar dado o sufocamento produzido pelo *establishment* degradante. Pensar a temática da politização da teoria crítica – a possibilidade de levar a teoria à prática – é, nesse sentido, conceber a questão da participação dos sujeitos na transformação da história no quadro contemporâneo do capitalismo pintado pelo marxismo frankfurtiano. Com tal intuito, partiremos da consideração de alguns elementos centrais da sociedade unidimensional, tal como vislumbrada pelo autor, para seguirmos a comparação com os textos em que Marcuse dialoga com os estudantes e com os escritos nos quais debate com Adorno sobre a pertinência da aplicação da teoria crítica.

Mesa Coordenada 59. Direito e marxismo: forma jurídica e crítica do capitalismo

Coordenador: Alexandre Aguiar dos Santos

Ementa: A proposta de mesa coordenada *“Direito e Marxismo: forma jurídica e crítica ao capitalismo”* tem por objetivos: 1) Analisar/Inventariar as contribuições marxistas à compreensão da gênese e funcionamento da forma jurídica; 2) Resgatar a centralidade de uma crítica estrutural ao fenômeno jurídico; 3) Discutir as possibilidades de resistência/insurgência dos movimentos sociais, no atual cenário do mundo do capital, através das relações sociais regidas pelos mecanismos do direito. A *mesa coordenada* pretende realizar um exame crítico das pesquisas que analisaram o direito através das lentes fornecidas pelo marxismo. Tal resgate da crítica ao capitalismo em relação à forma jurídica passa: 1) As configurações teóricas assumidas pelo fenômeno jurídico na trajetória da obra de Marx e Engels; 2) Os desdobramentos da construção de uma teoria e filosofia do direito marxista no pensamento jurídico soviético; 3) As críticas marxistas do direito ou teorias críticas do direito inspiradas no "marxismo ocidental"; 4) Análise das reconfigurações da forma jurídica no capitalismo periférico.

Artigo 591. Elementos para uma crítica marxista da teoria do direito de Habermas

Mozart Silvano Pereira (Mestre, Filosofia do Direito, UFPR)

Resumo: O presente trabalho busca apresentar elementos para uma crítica do pensamento jurídico e político do alemão Jürgen Habermas, mantendo o foco na maneira como ele encaminha a questão da democracia. No seu livro *Direito e democracia*, ele faz uma espécie de releitura do tema do contrato social a partir da sua teoria do discurso, esboçando um modelo de democracia que visa basear a legitimidade da ordem política no procedimento inclusivo de uma deliberação participativa. A crítica buscada neste trabalho se baseia principalmente em dois pontos: o problema do formalismo de Habermas, indicando que sua proposta de submissão da política a um procedimento formal que não leva em conta questões de conteúdo material acaba em uma versão muito tímida de democracia; e o seu discutível balanço da questão público/privado, que ao invés de criar uma superação desta tensão, tenta conciliá-la sem sucesso, resultando em uma teoria acrílica que deixa intocados assuntos centrais como a propriedade privada e a desigualdade social.

Artigo 592. Direito e Revolução em Petr Stutchka

Moisés Alves Soares (Doutorando / Professor, SOCIESC)

Resumo: A forma social assumida pelo direito em um contexto revolucionário não consiste em um problema menor no interior do marxismo. Nesse sentido, o estudo do germinal debate jurídico soviético – em seu “lúcido intervalo” até 1930 – pode fornecer alguns elementos para compreensão desta questão. Entre os tantos juristas que intervieram nessa discussão, Petr Stutchka foi uma figura central tanto do ponto de vista político – Comissário do Povo para a Justiça do primeiro governo revolucionário liderado por Lênin – quanto do ponto de vista teórico – escreveu a primeira grande obra de teoria geral do direito pós-revolução. O jurista russo observa as mutações do direito através de uma dialética das formas jurídicas. Há a compreensão que o direito compõe-se de uma forma concreta, vinculadas às relações de produção, e de duas formas abstratas: uma representada pela lei estatal e outra pela sua dimensão ideológica. É a partir desse instrumental de análise que Stutchka a dinâmica assumida pelo direito no processo revolucionário soviético, contrapondo-se a uma visão eminentemente negativa de seu papel – um resquício burguês que serve de entrave a concretização do socialismo – bem como se opõe a uma defesa da construção de um direito socialista de inspiração positivista.

Artigo 593. Direito e imperialismo na privatização dos bancos estaduais do Brasil

Yuri Gabriel Campagnaro (Mestrando, Direito, UFPR)

Resumo: O direito no marxismo é tratado com maior profundidade por Evgeni Pachukanis. Segundo este, o direito é um elemento superestrutural cujo conteúdo depende da circulação de mercadorias e que possui uma forma específica, a qual tem como átomo o sujeito de direito e como célula a relação jurídica. O imperialismo clássico debatido no começo do séc. XX rendeu profundo debate entre os marxistas da terceira internacional. Hilfering, Kautsky, Luxemburg, Bukharin e Lenin, como os principais autores. A

passagem de uma fase de livre concorrência para uma fase monopolista do capitalismo, com predominância do capital financeiro molda essa nova etapa do capitalismo.

A partir dos anos 1970, a morfologia do capitalismo se altera novamente. Surge o neoliberalismo como resposta à crise de acumulação do modelo intervencionista. Esse modelo foi implementado no Brasil nos anos 90, realizando-se várias reformas, destacando-se a reforma financeira. Estas garantiram a predominância do capital financeiro, o florescimento do mercado de ações e das Sociedades Anônimas. Garantiu-se disponibilidade de capital sem precedentes.

Nesse contexto, a presente pesquisa busca mostrar como o direito respondeu ao imperialismo no caso da privatização dos bancos estaduais brasileiros. Esse processo ensejou um rearranjo da estruturação da forma jurídica, como compreendida por Pachukanis, e foi uma das peças que garantiu a concentração do capital necessária para o financiamento dos monopólios brasileiros, inserindo o país numa nova fase de seu desenvolvimento capitalista.

Artigo 594. Direitos humanos e emancipação social: uma aproximação da ontologia lukacsiana

Alexandre Aguiar dos Santos (Doutor / Professor, UFG)

Resumo: A base ontológico-genética do trabalho possibilita o surgimento dos distintos complexos da totalidade social, que se desenvolvem de forma tendencial por meio da contínua expansão das forças produtivas, recuo das barreiras naturais e aumento da sociabilidade do ser social. A estrutura econômica se constitui no momento predominante do desenvolvimento dos demais complexos sociais, sem estabelecer relações hierárquicas. O complexo jurídico como regulação social tem sua gênese nos efeitos do desenvolvimento da base econômica, em especial decorrente da divisão da sociedade em classes antagônicas. A divisão social do trabalho vai possibilitar o surgimento de um grupo especial cujo mandato social é o exercício da jurisdição. O complexo jurídico exerce a função ideológica específica de orientar a práxis dos indivíduos por meio de preceitos abstratos coativamente sancionados pelo Estado. A estrutura jurídica não é indiferente às contradições decorrentes da base econômica. O complexo jurídico é capaz de realizar a mediação entre as distintas classes sociais, mantendo parcialmente velada a dominação de determinada classe específica. Para que os direitos humanos venham a corresponder ao desenvolvimento da essência do ser social é necessário superar o ciclo vicioso das particularidades, articulando a luta no campo jurídico com o desenvolvimento da genericidade-não-muda do ser social.

Mesa Coordenada 60. Questão agrária no Brasil e na Itália: partidos de esquerda e movimentos camponeses no pós-ditadura

Coordenadora: Luciana Henrique da Silva

Ementa: A proposta desta mesa é analisar os posicionamentos políticos dos partidos de esquerda, em particular o Partido Comunista Italiano (PCI) e o Partido dos Trabalhadores (PT) em relação à questão agrária e às lutas empreendidas pelos movimentos sociais do campo. A análise aborda o período pós-ditadura na Itália e no Brasil, onde se intensificaram os debates sobre a necessidade da realização de uma Reforma Agrária, buscando apreender as similitudes e as peculiaridades de cada processo histórico.

Artigo 601. O Partido Comunista Italiano no governo de coalizão e as lutas meridionais (1945-1947)

Andreia Pagani Maranhão (Doutoranda, Ciência Política, UNICAMP)

Resumo: Baseado nos discursos do Partido Comunista Italiano e no panorama político-econômico da Guerra Fria, pretendo evidenciar como a estratégia da via democrática solidificou uma reforma agrária neoliberal na nascente democracia italiana e se demonstrou imprópria para enfrentar a luta de classes do ponto de vista revolucionário. Privilegiando a unidade com os democristãos e a pequena burguesia, a direção majoritária do PCI derrotou as diferentes posições internas no partido e submeteu organizativamente as lutas camponesas à ordem burguesa forjando um apassivamento junto às massas.

Artigo 602. As lutas camponesas no segundo pós-guerra italiano: o primato bolonhese

Elena Schembri (Mestranda, Ciência Política, UNICAMP)

Resumo: Com o fim da ditadura fascista, os camponeses italianos tomam novamente a iniciativa política e passam a se organizar de maneira variada, apresentando demandas às vezes diferentes entre o Norte e o Sul do país, respeitando as peculiaridades de cada região. Tema central do presente artigo serão as lutas camponesas ocorridas, de modo particular, no bolonhese, área historicamente conhecida como “La Rossa”, que sempre se distinguiu pela força política do seu proletariado, seu secularismo, incomum em um país católico como a Itália, e pela predominância de ideias socialistas, comunistas e anarquistas. A luta de Resistência contra a repressão fascista e a ocupação nazista, combatida fortemente naquela região, criou entre os camponeses uma ligação de solidariedade e permitiu elaborar ideias de mudança da condição do campesinato muito avançadas, a serem propostas em nível nacional. Em 1944 explodiram as primeiras mobilizações camponesas de massa contra o regime: surgiram vários Comitês sindicais de base nos campos, foi reconstituída a Federação dos Trabalhadores da Terra e em 1947, na Vale Padana, ocorreu a primeira grande greve do pós-guerra com base nas lutas dos meses anteriores em Bolonha. No mesmo ano, a reorganização da vida democrática levou a uma mediação dos partidos, o que, de acordo com alguns autores, levou a uma atenuação das lutas mais avançadas para a terra e sua redução a demandas pela reforma dos pactos agrários.

Artigo 603. A transformação do projeto de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Alexander Maximilian Hilsenbeck Filho (Doutorando, Ciência Política, UNICAMP)

Resumo: A cultura política brasileira mantém aspectos históricos de estreita relação entre propriedade da terra e poder político. O MST tem proposto um modelo de reforma agrária que modifique a estrutura da propriedade da terra, transformando o modo de produção e as relações de trabalho no campo. Contudo, este projeto passou por importantes modificações nos quase trinta anos do Movimento. Em 1984, o MST defendeu como um de seus princípios gerais o de “Lutar pela reforma agrária já”, “Lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo”. Ademais, é enfatizado que o MST “deve sempre manter sua autonomia política”, e “o acesso à terra deve ser através da pressão e da luta”. Em 1995, o MST apresentou diversos pontos não contemplados na proposta anterior, incluindo reivindicações como comercialização dos produtos e apontando para planos de governo e políticas públicas para o campo, reivindicando a ação do Estado como instrumento fundamental. Na década de 2000, com o desenvolvimento do capitalismo na agropecuária, o campo passa a ser dominado pelo capital financeiro e empresas transnacionais, fazendo com que o entendimento da reforma agrária ultrapasse a desapropriação de latifúndios e distribuição dos

lotes de terra. Neste contexto, ganha corpo a perspectiva de integração do problema agrário ao mercado capitalista, da “agricultura familiar” ao agronegócio através de políticas públicas determinadas e dirigidas pelo Estado. Após uma década de governos do Partido dos Trabalhadores, como esta nova situação agrária impacta no MST? As iniciais reivindicações “anticapitalista” e “autônoma” do MST ainda se conjugariam neste novo cenário?

Artigo 604. O Partido dos Trabalhadores e a questão agrária no Brasil: alterações programáticas

Luciana Henrique da Silva (Doutora, Ciências Sociais)

Resumo: Durante a abertura democrática no Brasil surgiram importantes forças políticas populares, entre elas: o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O PT surgiu no final da década de 80 como uma alternativa aos partidos existentes, se apresentando como um partido anticapitalista, anti-imperialista e anti-latifundiário. A Reforma Agrária era apresentada como indispensável para o desenvolvimento do país e, por esta razão, o partido mantinha forte ligação com as lutas no campo e com as organizações de trabalhadores rurais, em especial, com o MST. De acordo com a bibliografia existente o PT passou por inúmeras transformações, que provocaram mudanças efetivas em seus programas e posicionamentos políticos até a chegada ao governo em 2002. O discurso sobre a democratização do acesso a terra por meio de uma ampla reforma agrária cedeu lugar a propostas voltadas ao desenvolvimento dos assentamentos já existentes, no qual a concentração fundiária não é questionada. Deste modo, quais as mudanças nos posicionamentos políticos do PT em relação à Questão Agrária? Qual a influência destas transformações sobre a luta dos trabalhadores no campo brasileiro? Neste artigo buscamos analisar as mudanças de posicionamento político dos Governos do PT, relativas à interpretação da questão agrária brasileira e a necessidade da realização da Reforma Agrária a partir dos programas de governo.

Mesa Coordenada 61. A política, o Estado e a ética: elementos de um debate marxista para além da emancipação política

Coordenador: Bruno Gonçalves da Paixão

Ementa: Esta mesa tem como objetivo discutir a Política, o Estado e a Ética, a partir de uma perspectiva marxiana/marxista. Três temas que se imbricam no referencial citado acima, sendo de extrema importância para uma aproximação da compreensão das relações de classes e suas instituições, assim como dos elementos necessários para se pensar o processo histórico a qual poderá se encaminhar para a emancipação da sociedade. Para essa possibilidade, o entendimento da função social da política - e sua essência - o Estado, assim como da dimensão ética nas relações sociais, se faz mister para o sucesso do movimento operário num possível processo de revolução social com vistas a emancipação humana. Estas questões se evidenciam, sobretudo, no que diz respeito ao papel dos partidos e do Estado no processo revolucionário, tema polêmico no interior do marxismo.

Artigo 611. O Estado democrático de direito: a institucionalização das lutas sociais e a ideologização da memória coletiva

Alexandre de Jesus Santos (Mestrando, Memória, UESB) & José Rubens Mascarenhas de Almeida (Doutor, Ciências Sociais, PUC-SP / Professor, História, UESB)

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em discutir as limitações do Estado democrático de direito no que se refere ao atendimento das reais demandas da sociedade, bem como analisar o impacto causado pela assimilação da ideologia dominante no campo da memória social, que produz/reproduz, como consequência, a concepção política de que as transformações sociais restringem-se ao campo da institucionalidade burguesa, quando o Estado, a cada dia se mostra mais débil não somente em atender as demandas sociais, mas também em manter o controle das classes trabalhadoras, dando claros sinais do seu esgotamento. Esse processo tem sido legitimado na dimensão ideológica da “globalização” centrada nos padrões de consumo, desde o *Welfare State* impossibilitando a extrapolação dos limites impostos pela política institucional através de ações que colocam em xeque o Estado como um dos principais enclaves na direção da emancipação humana.

Artigo 612. Ética e política em Lukács

Glauber Andrade Silva Leal (Graduado, História, UESB / Professor, Ensino Básico)

Resumo: A trajetória da ética integrada a uma filosofia política toma diferentes formas ao longo da história. É notória a tendência da filosofia grega antiga, onde ética e política estão imbricadas, como por exemplo em Aristóteles. Muito embora a decadência da *polis* que segue a dominação macedônica tenha produzido éticas dissociadas da política (epicuristas e estoicos), uma série de autores de importantes obras éticas também produziram teorias integradas a uma filosofia política e vice-versa, como Hobbes, Kant e Hegel. O filósofo húngaro G. Lukács, seguindo a esteira do pensamento marxiano, funda a sua ética em uma ontologia do ser social. Para o pensador, a *práxis* humana da produção dos meios materiais de sua própria existência promove um desenvolvimento das relações sociais a ponto de produzir uma distinção radical entre o indivíduo e o gênero humano, entre as possibilidades e necessidades particulares e genéricas. Partindo deste pressuposto, o filósofo húngaro busca compreender a função social da ética – que aqui aparece como sendo algo mais do que a “ciência da conduta” – que consiste na busca para a superação da relação dicotômica entre o singular e o universal da reprodução social, ou seja, entre indivíduo e sociedade. Neste sentido a ética assume aqui um papel mediador emancipatório que ganha uma dimensão política através do partido enquanto portador de um mandato moral, perspectiva presente em sua obra *História e Consciência de Classe*.

Artigo 613. Marx e a crítica ontológica: as limitações da política para o desenvolvimento da omnilateralidade

Bruno Gonçalves da Paixão (Graduado, História, UESB / Professor, Ensino Fundamental e Médio)

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir, com base em obras do pensador alemão, Karl Marx, as limitações da política para o desenvolvimento da omnilateralidade. Para isso, pretende-se utilizar uma

categoria cunhada por José Chasin: “Ontonegatividade da Politicidade”, pois, entende-se aqui, que a crítica marxiana a dimensão negativa da política é ontológica. Para Marx, a política está ligada a relação de dominação do homem pelo homem, ou seja, inscrita historicamente com o surgimento da propriedade privada e a sociedade de classes. Ao evidenciar tal estatuto da política, coloca-a como elemento inessencial ao pleno desenvolvimento das relações sociais, retirando da mesma, sua primazia enquanto elemento superior no processo relacional entre os homens, para resolução dos problemas sociais e não menos como meio de transformação da sociabilidade e ao mesmo tempo, transformação de si mesmo. Para Marx, o Estado, instrumento ósseo da política, através de suas ações, seja progressista ou liberal, não consegue romper com os verdadeiros problemas da humanidade, pois sua existência reside nas contradições ontológicas das questões sociais. Para uma verdadeira construção do homem, para além da pré-história, é necessário a superação da politicidade através da crítica às suas manifestações materiais.

Mesa Coordenada 63. Teoria marxista da dependência: contribuições à interpretação marxista da realidade latino-americana

Coordenador: Jonathan Henri Sebastião Jaumont

Ementa: Atendendo ao chamado proposto pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP), que procurou desde sempre articular Ensino e Pesquisa de maneira interdisciplinar, e no marco do Grupo de Trabalho sobre a Teoria Marxista da Dependência constituído no seio da Sociedade Brasileira de Economia Política (GT-TMD/SEP), buscou-se constituir a presente Mesa Coordenada. A Mesa proposta reúne jovens pesquisadores de distintos países e áreas de atuação, todos iniciando seus estudos sobre a Teoria Marxista da Dependência a partir da concepção de que esta representa uma contribuição fundamental às interpretações marxistas sobre a realidade latino-americana.

A participação no Colóquio do NIEP visa a incentivar e divulgar este esforço de pesquisa, bem como somar-se ao esforço de construção de espaços de debate teórico e político acerca do legado de Marx e da atualidade do marxismo para a análise, de maneira geral, do momento histórico em que vivemos e das disjuntivas que nele se apresentam e, em particular, para o debate acerca das implicações da vertente marxista da teoria da dependência e de seu lugar na história do marxismo latino-americano.

Nesse sentido, os trabalhos reunidos nesta Mesa procuram apresentar alguns dos principais aportes da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e debater as razões do ostracismo ao qual esta foi levada durante algum tempo no Brasil. Discorre-se sobre temas fundamentais da interpretação desta corrente teórica sobre a realidade latino-americana, como a superexploração da força de trabalho, ao mesmo tempo em que se busca relacionar este paradigma interpretativo a categorias que têm cumprido um papel central no debate teórico, como a categoria questão social, investigando suas particularidades – ou de suas refrações – em nosso continente.

Artigo 631. Una primera aproximación a la Teoría Marxista de la Dependencia

Angela Analía Garofali Patrón (Graduanda, UNILA), Sofía Escobar Samurio (Graduanda, UNILA), Susana Zubillaga (Graduanda, UNILA), Caren Freitas de Lima (Graduanda, UNILA) & Rodrigo Alonso (Graduando, UNILA)

Resumo: Luego de décadas de hegemonía del pensamiento ortodoxo en los debates sobre economía en Latinoamérica, están comenzando a abrirse grietas para ampliar la discusión y retomar marcos teóricos críticos con el *mainstream*. Uno de ellos es justamente el relacionado con la teoría de la dependencia. De aquella “vieja” discusión de la década del 60, durante muchos años se erigió como síntesis superadora los planteos que tuvieron como autor fundamental a Fernando Henrique Cardoso. Mientras tanto, la perspectiva marxista de la teoría de la dependencia, expresada en autores como Rui Mauro Marini, Vania Bambirra, Theotonio dos Santos o André Gunder Frank, se ganó el ostracismo en la mayoría de los círculos académicos. En este trabajo nos proponemos el rescate de la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD), en tanto consideramos que existe tal cosa, esto es, un esfuerzo interpretativo a través del análisis marxista sobre las causas de nuestra dependencia y cómo esta se reproduce a la interna de nuestras economías. Concretamente, intentaremos presentar el debate entre Cardoso y Marini, al mismo tiempo em que abordemos algunos de los principales aportes de la TMD. Este trabajo representa apenas una primera aproximación a la temática y esperamos que resulte en un aporte para el rescate de la tradición marxista, de modo de aumentar nuestras herramientas analíticas para pensar los caminos hacia la independencia y la soberanía en nuestra América Latina.

Artigo 632. A teoria marxista da dependência: razões do exílio intelectual

Ailton Teodoro de Souza Pereira (Graduado, Ciências Sociais, USP)

Resumo: Recentemente vem ganhando relevo no Brasil uma espécie de retorno da teoria da dependência. Há três meses, no caderno Prosa, do jornal O Globo, publicou-se uma matéria bastante extensa sobre o papel que intelectuais banidos pela ditadura, como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vania Bambirra e Andre Gunder Frank tiveram na elaboração dessa teoria a partir das ideias de Marx - ainda que a hegemonia liberal tenha concedido maior atenção à Fernando Henrique Cardoso que, dando continuidade às pesquisas que realizara na década de 1960, também conceituou a dependência, mas em marcos teóricos distintos (Weber/Schumpeter). Minha intenção não será avaliar quem estava com a razão. Na verdade, apenas quero levantar algumas hipóteses sobre a recepção desses escritos no Brasil. O que levou

Cardoso ser amplamente divulgado entre nós a despeito dos outros brasileiros que problematizaram a dependência? Será que este fato deveu-se às condições institucionais de abertura política do Brasil nos anos de agonia da ditadura militar ou trata-se antes de uma lógica de circulação específica dos bens culturais, que tendeu a privilegiar a produção intelectual da USP/Cebrap em detrimento daquela nascida em universidades periféricas, como a UnB? Serão estas questões que tentaremos responder coletivamente no debate.

Artigo 633. A “questão social” na América Latina – aportes desde a teoria marxista da dependência

Jonathan Henri Sebastião Jaumont (Graduado, Serviço Social, UFSC)

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar as contribuições da Teoria Marxista da Dependência no que tange à “questão social” no Brasil. O período histórico abarca desde a generalização do trabalho livre no Brasil ao início da industrialização e do embate que levará ao imbricamento definitivo da economia brasileira com o capitalismo monopolista mundial. O trabalho apresentado debate a existência de particularidades na realidade latino-americana, as quais redefinem os termos da “questão social” no continente. A hipótese central é que os determinantes da “questão social” brasileira e latino-americana são particulares. O referencial teórico insere-se na tradição do pensamento crítico latino-americano, tendo o marxismo e, portanto, o materialismo dialético como método de apreensão da realidade. Este é, essencialmente, um ensaio teórico-abstrato que retrata, em linhas gerais, os fundamentos da formação econômico-social brasileira determinantes para a apreensão da “questão social” deste país. Buscamos, na realidade, assentar as bases para, no futuro, ser capaz de caracterizar os fundamentos da “questão social” atual. Tarefa imprescindível à teoria marxista para balizar uma atuação coerente com os desafios da realidade latino-americana.

Artigo 634. Superexploração da força de trabalho segundo Ruy Mauro Marini

Andrea Cecilia Haro Sly (Graduando, UNILA)

Resumo: Este artículo se propone a presentar preliminarmente uno de los fundamentos teóricos de Ruy Mauro Marini sobre la dependencia latinoamericana, focalizando el análisis en la categoría “superexplotación del trabajo”. El interés de analizar la formulación de Marini sobre la superexplotación surge para facilitar una rápida explicación, a quienes recién inician el estudio sobre la dependencia latinoamericana, sobre uno de los principales aportes para comprender el subdesarrollo y la dependencia y la relación de estos con el imperialismo. Para exponer la tesis del autor se mantendrá la estructura de exposición de la Dialéctica de la dependencia hasta llegar a esta que es una de las principales categorías articuladoras de su obra. Se comenzará planteando el significado de dependencia para Marini, la vinculación del mismo con la integración de América Latina al mercado mundial, su análisis sobre el deterioro de los términos de intercambio, para arribar a la superexplotación del trabajo.

Artigo 635. A superexploração da força de trabalho no Brasil (2003-2013)

Arland Tássio de Bruchard Costa (Graduando, Economia, UFSC)

Resumo: Este artigo busca analisar a situação de trabalho e renda da classe trabalhadora brasileira atualmente e as mudanças pelas quais passou desde a chegada do PT ao poder em 2003. Este tema vem sendo amplamente debatido na academia brasileira, sobretudo a partir do crescimento da renda de uma parcela desta classe, apelidada eufemisticamente de “nova classe média”. A pesquisa foi realizada a partir da obra de Marx e da Teoria Marxista da Dependência, em especial da categoria “superexploração da força de trabalho”, formulada por Ruy Mauro Marini para explicar como, submetido à permanente transferência de valor em direção aos países centrais, o capitalismo dependente necessita, para manter a acumulação de capital, violar sistematicamente o valor da força de trabalho, seja através de redução salarial ou da submissão do trabalhador a jornadas mais extensas e intensas do que o normal. Comprovou-se a vigência da superexploração da força de trabalho no Brasil e o seu abrandamento na última década. Por fim, procurou-se iniciar o debate para identificar as razões do abrandamento e seus limites.

Mesa Coordenada 64. As Jornadas de Junho e o retorno da política de massas ao Brasil

Coordenador: Romulo Costa Mattos

Ementa: A questão do aumento das tarifas em junho de 2013 mobilizou as principais cidades brasileiras, nas quais se observava nos últimos anos o aumento gradual da luta dos movimentos sociais em torno de bandeiras importantes como a da mobilidade urbana, a da educação, a da saúde, a da moradia, a da comunicação, a da gestão urbana, a da desmilitarização da polícia etc. A desmedida repressão policial empregada nas primeiras manifestações e a virulência discursiva da grande imprensa contra os atos organizados contribuíram para o crescimento expressivo dos protestos, em proporções inéditas para a maioria dos seus participantes. A perplexidade de variados setores da sociedade diante do retorno da política de massas no Brasil levou o Estado a formular respostas urgentes, mas parciais, como a anulação do aumento das passagens por prefeituras (com o apoio declarado de governadores) e a formulação da proposta de reforma política pela presidente do país. Também a grande imprensa, em escancarada crise de representação, modificou a sua abordagem, acentuando agora a validade das manifestações. Em contrapartida, aproveitando-se da falta de direção dos protestos e da diversidade de propostas circulantes, passou a tentar impor a sua pauta às Jornadas de Junho, omitindo a sua dimensão mais ameaçadora, verificada nas demandas anticapitalistas, e dando ênfase a causas genéricas e politicamente insípidas, como o combate à corrupção. Com o cenário político indefinido e as lutas que o compõem em pleno andamento, esta Mesa Coordenada tem o objetivo de formular hipóteses para uma interpretação dos protestos e de seu significado, tendo em vista a constituição de um momento histórico raro, em que a crença na transformação social se tornou uma experiência coletiva.

Artigo 641. Polícia e grande imprensa nas manifestações cariocas de junho de 2013

Romulo Costa Mattos (Doutor, História, UFF / Professor, PUC-RJ)

Resumo: Esta comunicação aborda o papel da polícia e da grande imprensa nos protestos de massa ocorridos em junho e julho de 2013, apontando para a articulação entre coerção e consenso ocorrida em tal período. Assim, mostrará, por um lado, como a cidade do Rio de Janeiro se tornou o palco preferencial de experimentações de técnicas de repressão e armamentos adquiridos pelo Estado, muitas vezes em detrimento dos direitos humanos de sua população; por outro, como os jornalistas selecionaram na realidade das manifestações um aspecto particular – a ação violenta de um grupo de manifestantes –, operando uma construção do que foi selecionado, nos termos do sensacional e do espetacular, com o objetivo de promover o esvaziamento político dos protestos. A ação complementar entre grande imprensa e polícia pode ser claramente visualizada na criação da Comissão de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas (Ceiv). Percebe-se como a invenção de uma categoria – a dos vândalos – pela primeira foi apropriada pela segunda para fins repressivos ainda mais ampliados.

Artigo 642. Democracias blindadas e as jornadas de junho no Brasil

Felipe Abranches Demier (Doutor, História, UFF)

Resumo: A comunicação em questão tem por finalidade discutir de que modo as mobilizações sociais do mês de junho e suas consequências políticas permitem lançar luz sobre as estruturas constitutivas da forma de dominação político-social no Brasil. Mais particularmente, discutiremos, de modo breve, como evidenciase, cada vez mais, um fosso entre as reais demandas populares e o chamado "sistema político" do país, o qual não parece se encontrar permeável a nenhum tipo de aspiração popular de conteúdo progressista. Nesse sentido, a democracia brasileira assemelha-se crescentemente às as formas de dominação política que vigoram em grande parte do mundo desde a crise do welfare state e a emergência do neoliberalismo.

Artigo 643. A retomada das ruas em junho de 2013: uma análise da nova conjuntura política brasileira

Marco Marques Pestana (Mestre, História, UFF / Professor, INES)

Resumo: Essa comunicação pretende contribuir para a identificação dos processos que levaram diversos setores sociais a saírem às ruas brasileiras ao longo do mês de junho e julho de 2013 em manifestações cujo estopim foi a luta contra o aumento dos preços das passagens de ônibus em diversas cidades, tendo

encontrado uma variada gama de desdobramentos e incorporado uma série de outras questões e pautas. A partir do delineamento de um perfil dos componentes das manifestações, busca-se explicar as razões que levaram essa multiplicidade de agentes a participar dos protestos, relacionando seu comportamento político às transformações verificadas nas estruturas econômico-sociais e políticas do Brasil ao longo da última década. Nesse sentido, reveste-se de crucial importância o debate acerca da disputa de sentidos que vem sendo travada em torno do conceito de "classe média" como forma de mistificação das transformações sofridas pela composição da classe trabalhadora brasileira nesse período. Paralelamente, faz-se mister perscrutar algumas das consequências para a organização política dessa mesma classe trabalhadora advindas da ascensão do PT ao comando do executivo federal desde o início de 2003. A partir das sínteses elaboradas nesses dois eixos de investigação, será possível oferecer um esboço de análise de conjuntura.

Artigo 644. A representação da violência e o fechamento do projeto civilizatório burguês

Pedro Rocha de Oliveira (Doutor, Filosofia, PUC-RJ / Professor, Filosofia e Ciências Sociais, UNIRIO)

Resumo: No dia 22 de julho, dois integrantes do coletivo de mídia independente NINJA foram detidos pela Polícia Militar enquanto filmavam e transmitiam a manifestação que ocorreu na frente da sede do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e nos arredores (a parte mais ao norte da Zona Sul do Rio). No momento em que a segunda detenção ocorreu, 15 mil pessoas acompanhavam ao vivo. Os agentes de segurança pública não forneceram qualquer justificativa plausível para a detenção, o que evidencia a censura policial direta e explícita à documentação audiovisual. Mas essa censura mesma foi objeto da documentação audiovisual. O presente trabalho argumenta que acontecimentos dessa ordem, que são uma constante nas manifestações recentes, são também paradigmáticos para entender não só essas manifestações, mas também a forma contemporânea da sociedade burguesa. Tratam-se de acontecimentos cujo caráter explícito vai de encontro a princípios fundantes do ideário dessa sociedade – a transparência e a racionalidade, as quais desempenham papel estruturante na discussão empreendida por Marx em “A liberdade de imprensa” (1842) –, e que constituem reverberações de uma crise econômica e política que fechou os horizontes civilizatórios da sociedade burguesa.

Mesa Coordenada 65. Movimentos sociais, formação humana e educação: a luta por um projeto energético popular

Coordenadora: Alice Akemi Yamasak

Ementa: O tema tratará do conceito de formação humana em Karl Marx, relacionando-o com a trajetória histórica do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e com a contribuição da Educação Popular em Paulo Freire, enquanto prática político-pedagógica nos processos de formação política dos militantes do MAB. Entende-se que as práticas dos movimentos sociais, e em particular as atividades do MAB, inserem-se no contexto da luta de classes contemporânea. Sendo assim, aos trabalhadores do campo e, em particular, aos militantes do MAB, interessa compreender criticamente a realidade de modo a tornar-se possível a formulação e a disputa por um outro modelo energético, popular e soberano. A trajetória histórica da luta dos atingidos também ocorre em articulação com grupos sociais progressistas que compõem um Estado Ampliado brasileiro, como as universidades. Os esforços coletivamente realizados para promover uma formação humana unitária tem-se apropriado de pressupostos marxistas, ampliando e aprofundando a compreensão crítica da realidade e a consciência sobre os desafios históricos que o contexto contemporâneo traz. Finalmente, a recente experiência no campo da Comunicação ampliou a relação entre a UFF e o MAB no sentido de potencializar a luta dos trabalhadores, por meio dos militantes atingidos por barragens, na apropriação de tecnologias de comunicação em favor de um modelo energético popular.

Artigo 651. A trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens no contexto da luta de classes do século XXI no Brasil

Liciane Andrioli (Coordenadora, Coletivo de Educação, Movimento Atingidos por Barragens)

Resumo: O MAB vem aproximando-se de atores sociais na disputa da luta de classes, dentro de um Estado Ampliado brasileiro; a aproximação com diversas universidades e grupos de pesquisa vem sendo realizada ao longo de seus mais de vinte anos de existência e resistência. Em muitos processos de formação, o referencial teórico-metodológico marxista vem contribuindo para uma compreensão do processo histórico vivido por atingidos por barragens. Os coletivos de Educação e Comunicação do MAB vem construindo diferentes práticas educativas unitárias, que buscam qualificar a formação política dos militantes do MAB, promovendo-se uma qualificação teórico-prática no campo da compreensão crítica da realidade que envolve o atual modelo de produção energética do país, de modo a buscar desvelar as contradições presentes na sociedade capitalista e que implicam direta e indiretamente na vida de diversos grupos sociais que se identificam como atingidos e ameaçados por barragens. À medida que se aprofunda a compreensão sobre o processo histórico e social decorrente do modelo energético hegemônico adotado pela classe dominante capitalista, os militantes assumem o protagonismo e envolvem-se em diferentes ações junto aos Grupos de Base do MAB, localizados nas diferentes comunidades atingidas. A luta dos atingidos por barragens vem se qualificando ao longo de seus mais de 20 anos de trajetória, na medida em que a desigualdade social traduzida na violação de direitos sociais é problematizada e enfrentada coletivamente. No atual estágio, podemos ressaltar que a proposição da disputa por um outro modelo energético e popular, defendida pelo MAB, encontra apoio no pensamento histórico-dialético marxista.

Artigo 652. Desafios à organização da classe trabalhadora do campo: formação política no coletivo de comunicação do MAB

Alexania Rossato (Mestre, Comunicação Social / Coordenadora, Coletivo de Comunicação, Movimento Atingidos por Barragens)

Resumo: O presente trabalho objetiva destacar práticas assumidas pelo Coletivo de Comunicação do MAB, com destaque para as ações de formação política e técnica de jovens militantes do MAB. No contexto de lutas do MAB, o coletivo de Comunicação foi percebendo as exigências cada vez maiores de qualificação interna para uma comunicação social que se apropriasse das novas ferramentas de comunicação e que se colocasse à serviço das classes trabalhadoras do campo. Nesse sentido, tornou-se necessário a inserção de atividades técnicas e políticas que promovessem uma inclusão social e digital crítica dos militantes, de modo que se rompesse os limites materiais e históricos no manuseio de equipamentos utilizados pelas forças das classes dominantes, como a mídia corporativa. Nesse sentido, a apropriação das técnicas e das linguagens multimídias fortalecem os trabalhadores no campo das disputas pela Comunicação sobre o problema do atual modelo energético. O projeto realizado entre a UFF e o MAB, associado a outros grupos

organizados, possibilitou que jovens militantes pudessem fortalecer o Coletivo de Comunicação. Os encontros de formação desse Coletivo permitiram construir ações a fim de ampliar o registro audiovisual das lutas e interações de comunidades rurais atingidas por barragens. Tais redes de comunicação colaboram para multiplicar redes de comunicação cidadãs, que ampliam o diálogo e as interações solidárias a serem promovidas no trabalho dos militantes junto aos Grupos de Base nas comunidades camponesas, sobretudo quanto à produção e disseminação de conhecimentos.

Artigo 653. Formação humana e educação: entre a luta de classes, a formação humana do proletariado e a educação popular de Paulo Freire

Alice Akemi Yamasaki (Doutora, Educação / Professora, UFF)

Resumo: Em nossa trajetória na formação de educadores, tanto do ponto de vista da formação política pessoal como da acadêmica formal, marcam os conceitos de trabalho, trabalho imaterial, educação unitária, educação libertadora, o que nos permite afirmar que continuam contemporâneas as contribuições de Karl Marx (e seus seguidores, como Gramsci) e de Paulo Freire para o aprofundamento e evolução histórica das lutas populares por ampliar o reconhecimento de direitos sociais a todos os povos. Diferentes ações de formação humana puderam permitir o desenvolvimento de ações entre a Universidade e o MAB: desde os processos de alfabetização dos diferentes grupos sociais atingidos por barragens, passando pela construção de uma cartilha de alfabetização que tematiza a luta e o movimento dos atingidos no contexto da luta de classes no Brasil até a formação política de militantes do MAB. Neste último campo, buscou-se aprofundar a temática da organicidade do trabalho de base do MAB, ressaltando-se a necessidade de reconhecimento dos direitos sociais e valorização da identidade do povo atingido, potencializando a luta de classes em favor da classe trabalhadora. Outro tema proposto coletivamente tratou da compreensão da Agitação e Propaganda (Agitprop) como ferramenta histórica de formação e politização da classe trabalhadora, no contexto de ações do Coletivo de Comunicação do MAB. Para esta formação, tornou-se imprescindível recuperar a contribuição histórica da experiência russa na divulgação do Manifesto Comunista, entre outras práticas de Agitprop. No aprofundamento do debate de formação, ressaltou-se que a Educação Popular tem contribuições significativas à organização popular do MAB.

Mesa Coordenada 66. Marx contra a economia política: combates e legados teóricos

Coordenador: Maracajaro Mansor

Ementa: Esta mesa é composta de 4 trabalhos que versam, respectivamente, sobre a relação de Marx com a economia política (clássica); o significado da contra-revolução marginalista; as implicações da teoria do valor de Marx para a compreensão de fenômenos do século XX, como o imperialismo; e as contribuições de Lukács para os debates contemporâneos em filosofia da ciência. Embora sejam temas autônomos, entendemos que há forte integração entre eles. Enquanto os dois primeiros trabalhos ressaltam as diferenças entre a perspectiva de Marx e a da Economia em suas diferentes fases, o terceiro aborda temas que escapam a esta ciência, e o último discute a possibilidade da objetividade do conhecimento, que norteia todos os trabalhos anteriores.

Artigo 661. Marx e a economia política clássica

Vanuza da Silva Pereira Ney (Doutora, Produção Vegetal, UENF / Professora, Economia (Campos), UFF), Rodrigo Delpupo Monfardini (Doutorando, Economia, UFF, Professor, Economia (Campos), UFF), Guilherme Vasconcelos Pereira (Graduando, Economia (Campos), UFF) & Natália Teixeira Rodrigues (Graduanda, Economia (Campos), UFF)

Resumo: Este trabalho é um relato inicial da pesquisa sobre a relação de Marx com a Economia Política Clássica. "O Capital" estabelece uma perspectiva nova de entendimento da sociedade moderna, mas preserva elementos conceituais desenvolvidos principalmente por Smith e Ricardo. Embora Smith, Ricardo e Marx concordem que o valor é criado pelo trabalho, existem diferenças substantivas entre eles. Este texto discute como cada um desses autores concebem o conceito de valor, como justificam sua fundamentação no trabalho e como entendem a apropriação do valor.

Começamos com papel que o conceito "trabalho comandado" cumpre em Smith, seguimos apresentando o esforço de Ricardo em rejeitar que o "trabalho comandado" possa definir o valor das mercadorias e argumentamos que a busca incessante pela medida invariável do valor caracteriza o pensamento deste autor. Em seguida apresentaremos a argumentação de Marx para defender que o valor das mercadorias é fundamentado no trabalho. A teoria do valor de Marx é rica em conceitos efetivamente originais que, além de permitir maior precisão categorial, resulta na teoria do fetiche. Concluimos que se trata efetivamente de uma superação daqueles autores, mas de uma superação a partir de próprios elementos da Economia Política Clássica. Particularmente, destacamos como o conceito de valor de Marx é mais próximo do "trabalho comandado" de Smith que da "medida invariável do valor" que Ricardo tanto buscava.

Artigo 662. Teoria do valor-utilidade: ciência vulgar?

Maracajaro Mansor (Doutorando, Economia, UFF / Professor, Economia (Campos), UFF), Álvaro Martins (Graduando, Economia (Campos), UFF) & Marina Muniz (Graduanda, Economia (Campos), UFF)

Resumo: Este trabalho é um relato inicial da pesquisa sobre o caráter da (contra) Revolução Marginalista sob a perspectiva marxista. Na primeira parte coletamos as passagens em que Marx utiliza o termo "ciência vulgar" para identificar os critérios pelos quais ele define que uma perspectiva teórica mereça essa qualificação. Argumentaremos que uma elaboração teórica é vulgar quando sua abordagem é limitada aos nexos aparentes entre os eventos, e que isso é equivalente à sistematizar o 'senso comum'. Qualquer teoria social que orgulhosamente demarque seu objeto de estudo no campo das relações tais como elas se apresentam, cega a si mesma quanto as possibilidades (passadas e futuras) de que as coisas se apresentem de outro modo e, por isso, toma como naturais e eternas as atuais relações sociais. Concluiremos essa primeira parte com algumas indicações iniciais de que a pretensão positivista de restringir a ciência ao domínio empírico é uma tentativa de limitar o conhecimento ao âmbito vulgar.

Na segunda parte deste trabalho, coletamos passagens dos autores da (contra) Revolução Marginalista em que eles assumem a investigação dos nexos aparentes como objetivos de suas contribuições, ainda que em outros termos. Embora o argumento seja aplicado a Jevons, Menger e Walras, este trabalho se concentra principalmente nas contribuições deste último. Mostraremos como Walras é consciente da necessidade de considerar as relações sociais como mutáveis, e como ele se contradiz ao tentar encontrar, no "valor de troca", um fato natural capaz de definir um ramo em que se possa fazer Economia Política pura.

Artigo 663. Lei do valor de Marx e os fundamentos da teoria marxista do imperialismo

Leonardo de Magalhães Leite (Mestre, Desenvolvimento Econômico / Professor, Economia (Campos), UFF), Caio Marcos P. Jacob (Graduando, Economia (Campos), UFF), Mateus Magnus Paape (Graduando, Economia (Campos), UFF) & Lara Cordeiro Monteiro de Barros Leite (Graduanda, Economia, UFJF)

Resumo: O artigo pretende analisar como a teoria do valor-trabalho de Marx e suas leis resultantes, como a lei geral da acumulação capitalista e a lei da queda tendencial da taxa de lucro, constituem os fundamentos da teoria marxista do imperialismo. Será discutido como esta teoria se refere a um desdobramento lógico e teórico – em diferentes níveis de abstração – da lei do valor de Marx. Ademais, sugere-se que a própria polêmica no interior do marxismo no começo do século XX, como aquela entre imperialismo e ultraimperialismo, pode ser entendida como resultado de diferentes interpretações do capítulo I de O Capital.

Artigo 664. Lukács e os debates contemporâneos em filosofia da ciência

Maracajaro Mansor (Doutorando, Economia, UFF / Professor, Economia (Campos), UFF), Raphael de Oliveira (Graduando, Economia (Campos), UFF), Victor Paiva (Graduando, Economia (Campos), UFF) & Luiz Fernando Esparrachari Dias (Graduando, Economia (Campos), UFF)

Resumo: Este trabalho é um relato inicial da tentativa de utilizar a contribuição de Lukács, especialmente a “Ontologia do Ser Social”, para os debates atuais em filosofia da ciência. O texto está dividido em três seções. Na primeira apontamos alguns elementos da obra de Lukács sobre a gênese (ontológica) e a possibilidade de autonomização do conhecimento. Partimos do conceito de trabalho em Lukács, passamos pelos conceitos nóesis e poiésis de Aristóteles para comentar sobre a relação entre fins (telos) e meios no trabalho, e concluímos que o desenvolvimento do conhecimento está vinculado ao desenvolvimento do próprio complexo “trabalho”.

A segunda seção deste artigo apresenta o Realismo Crítico, entendendo-o como a descrição mais sofisticada do fazer científico com boa circulação nos debates em filosofia da ciência. Na terceira seção apresentamos as ponderações de Prado de que o Realismo Crítico, a despeito de sua reiterada afirmação do ‘real’, permanece preso a noções idealistas. Por fim, apresentamos algumas considerações, ainda iniciais, sobre a validade de tais críticas, à luz das ideias sobre o conhecimento obtidas a partir de Lukács.

Mesa Coordenada 67. Venezuela bolivariana: construção do socialismo em debate

Coordenador: Vicente Neves da Silva Ribeiro

Ementa: A proposta desta mesa é socializar pesquisas que tomam a Venezuela contemporânea como objeto de estudo e se fundamentam ou dialogam com a abordagem marxista. Ao longo da primeira década do século XXI, a conjuntura venezuelana passou a marcar o cenário latino-americano pelos enfrentamentos vividos no país e pela emergência de uma proposta de transição para o socialismo. Este impacto internacional do processo bolivariano esteve associado ao surgimento de um conjunto de investigações sobre o país, desde as mais diversas abordagens e dimensões. Busca-se fomentar o diálogo de algumas destas contribuições e a construção de agendas comuns de pesquisa. Entre os temas abordados nesta mesa se destacam o papel dos movimentos populares no processo bolivariano, a relação e a comparação da Venezuela com outros países da América do Sul, o papel do petróleo na economia venezuelana. Destaca-se especialmente o debate sobre a proposta do socialismo do século XXI e as possibilidades e limites para sua construção.

Artigo 671. Renda petroleira e processo bolivariano: algumas reflexões sobre uma nova siembra petrolera

Vicente Neves da Silva Ribeiro (Mestre, História, UFRGS / Professor UFFS)

Resumo: A presente comunicação busca debater a relação entre o processo bolivariano e a renda petroleira, centrando-se em seu processo de distribuição e circulação. Até o ano de 2003 a Venezuela foi marcada por uma aguda disputa pelo controle do petróleo que desembocou em uma retomada do nacionalismo petroleiro, estratégia de controle do petróleo centrada na maximização da renda petroleira captada pelo Estado e na sua distribuição. Este novo auge rentístico está associado a uma radicalização do horizonte de transformação do processo bolivariano, expressa na emergência da proposta do socialismo do século XXI. Assim, com a retomada do objetivo de “semear petróleo” o nacionalismo petroleiro contemporâneo busca não só desenvolver o país como apoiar a transição para o socialismo. Busca-se nesta comunicação apresentar algumas reflexões sobre o conceito de capitalismo rentístico, apresentado por Asdrúbal Baptista, e a noção de Estado mágico, proposta por Fernando Coronil. Ambos autores se debruçam sobre a condição de país petroleiro da Venezuela e buscam compreendê-la enfatizando, respectivamente, as relações econômicas e políticas que a singularizam. Além de apresentar a contribuição desses autores, busca-se identificar como estas contribuem para a reflexão sobre as mudanças e permanências do processo bolivariano em relação à Venezuela do século XX.

Artigo 672. A Venezuela entre 1999-2012: uma análise do governo de Hugo Chávez e do socialismo do século XXI

Rafael Pinheiro de Araujo (Mestre, História, PPGHC/RJ / Professor, UNILASSALLE)

Resumo: A América do Sul vivenciou na primeira década do século XXI um novo ciclo revolucionário. Presenciamos governos de esquerda que defenderam distintos projetos de sociedade e que retomaram uma retórica nacionalista e de esquerda que havia sido esquecida na “longa noite” neoliberal das décadas de 1980 e, principalmente, 1990. Na Venezuela, Bolívia e Equador vivenciamos insurreições que apresentaram novas propostas no agir e na prática do político. A radicalização da participação popular, por meio da *democracia de las calles*, se transformou num elemento central dos governos de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Corrêa. Nesses países, os movimentos sociais e partidos políticos de esquerda conquistaram apoio popular, sobretudo, pela contestação ao neoliberalismo e à corrupção. O primeiro foi associado ao crescimento da pobreza, do desemprego e da estagnação econômica na década de 1990. O segundo foi identificado como uma prática corrente dos partidos políticos tradicionais, que propiciou o descrédito em relação às instituições republicanas e, em alguns casos, à democracia representativa. Na Venezuela governada entre 1999-2012 por Hugo Chávez, tivemos uma maior radicalidade política. O seu governo foi marcado por uma intensa luta política com os grupos opositores, sobretudo pela vitória de Chávez e do movimento popular na ocasião do golpe de estado perpetrado pela burguesia e oligarquia em abril de 2002. A radicalização do chavismo após 2002 derivou, principalmente, no incentivo à democracia participativa e na proposição do socialismo do século XXI. Desta forma, analisaremos neste trabalho a construção do novo socialismo na Venezuela durante o governo Chávez e as principais características do chavismo.

Artigo 673. O socialismo do século XXI e a “democracia participativa y protagónica” na Venezuela bolivariana

Mariana Bruce (Mestre, História, UFF / Professora, Ensino Básico)

Resumo: Socialismo e democracia, desde suas remotas raízes, estiveram intimamente relacionados. Entretanto, as experiências socialistas do século XX, apesar de inicialmente terem sido um terreno fértil para a construção de expressivas estruturas de poder popular, ao mesmo tempo, não foram capazes, em momentos seguintes, de controlar tendências autoritárias. No século XXI, a partir de alguns países da América Latina, especialmente a Venezuela, propõe-se uma releitura do Socialismo, especialmente no que tange à questão da democracia. O Governo de Hugo Chávez (1998-2012) notabilizou-se pelos esforços em construir uma nova institucionalidade democrática que apontasse para um processo de transformações radicais. Deste modo, gradativamente, esse projeto foi sendo delineado, primeiro, com a Constituição Bolivariana de 1999, depois, com um conjunto de *Leyes Orgánicas* subseqüentes voltadas diretamente para a questão da participação política e, finalmente, com o *Plan Nacional Simón Bolívar*, considerado o *Primer Plan Socialista de la Nación* que lança as bases para a construção do chamado *Socialismo del Siglo XXI* que tem na “democracia participativa e protagônica” um dos seus motores fundamentais. A proposta deste trabalho é analisar a prática social da “democracia participativa y protagónica” cuja maior expressão são os *Consejos Comunales* – microgovernos construídos no interior das comunidades populares com poderes deliberativos e executivos sobre a gestão das políticas locais. Para tanto, utilizaremos como estudo de caso a experiência da Parroquia 23 de Enero (Caracas) – comunidade popular sobre a qual me debrucei em trabalho de campo entre 2010 e 2011.

Artigo 674. A construção do Estado comunal em Torres, Venezuela

Felipe Addor (Doutor, Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ / Professor, UFRJ)

Resumo: A vitória de Hugo Chávez em 1998 representou uma importante transformação no contexto político venezuelano. Após um primeiro mandato cujo principal objetivo era manter-se no poder frente aos intentos de golpe da oposição, com a reeleição Chávez iniciou um processo de reestruturação do sistema democrático, baseado na ideia da democracia participativa e protagônica. A partir de experiências participativas diversas existentes, o governo começa a consolidar, legalmente, espaços de poder popular, como os *Consejos Comunales* e as *Comunas*, visando à construção do que vem sendo denominado o *Estado Comunal*. Nesse ambiente, no município de Torres, Estado Lara, a eleição do prefeito Julio Chávez, em 2004, possibilita a emergência de um profundo fenômeno de renovação política e de inclusão da população na dinâmica de tomada de decisão local. O primeiro passo foi a realização de uma *Asamblea Constituyente Municipal*, que gerou um documento-guia para o processo de transformação. Em seguida, consolidou-se uma experiência de *Presupuesto Participativo*, onde os habitantes decidiam as prioridades para os recursos de investimento da prefeitura. Esses espaços amplos basearam-se no fortalecimento de espaços autônomos das comunidades, chamados *juntas comunales*, antecessores locais dos *Consejos Comunales*, e, mais recentemente, das *Comunas*. Atualmente, Torres é uma das principais referências de construção do novo Estado Comunal, possuindo um grande número de *consejos* e formando lideranças que têm importante na discussão participativa no âmbito nacional.

Mesa Coordenada 68. Ideologia, alienação e inconsciente

Coordenadora: Carolina Duarte Zambonato

Ementa: A mesa se propõe a dialogar entre a tradição marxista e outros pensamentos e pensadores que se propuseram a refletir a realidade social e psíquica na contemporaneidade com Marx e além de Marx. Nesse sentido, interessa-nos a abordagem psicanalítica, fundamentada em Freud e Lacan, junto a estudos recentes de teóricos contemporâneos. O diálogo proposto, no entanto, não prescinde ou transcende o esforço inicialmente feito por Marx, pois o objetivo desta proposta - ao pensarmos em Ideologia, Alienação e Inconsciente em nosso tempo - é traçar paralelos que passaram despercebidos, isto é, que há Marx, por exemplo, na psicanálise, e que não se pode pensar, hoje, em reais alternativas políticas sem Marx.

Artigo 681. A divisão do indivíduo

Pedro Magalhães Lopes (Pós-graduando, Psicologia Clínica, PUC-RJ)

Resumo: O presente trabalho tem por função estimular produções associativas através da influência da obra de Marx na psicanálise de Freud e Lacan, fundamentalmente. Não obstante, este projeto analisa possíveis novas conexões a serem estabelecidas entre estas duas correntes de pensamento que mudaram o curso da história intelectual e - principalmente no caso do marxismo - da história política, de modo a repensar e, ainda mais, remodelar as relações do sujeito com o sistema social que o comporta, que o absorve, que o divide, que também o define. Serão estudadas aqui as relações dialéticas entre coletivo e individual. Freud ao longo de sua obra - mais especificamente em "O Inconsciente" e nas "Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (Parte III)" (ambos datados de 1915) - trabalha o conceito de repressão das pulsões carregadas de desejo. As repressões, localizadas no inconsciente, trabalham de modo que o indivíduo possa recalcar sua sexualidade visando uma produção laboral para o Estado, podendo este equiparar-se, em Lacan, ao Grande Outro que goza do sujeito demarcando-o na posição de objeto (objeto a). Lacan em seu ensino estabelece, também, o conceito de alienação, o qual será relacionado com o conceito homônimo de Marx, possibilitando um diálogo associativo entre ambos. Para complementação e enriquecimento da produção também serão visitadas correntes contemporâneas do marxismo e da psicanálise.

Artigo 682. Mal-estar e fetichismo entre Marx e Freud

Pedro Dalla Bernardina Brocco (Mestrando, Sociologia e Direito)

Resumo: O artigo propõe uma tentativa de diálogo com a afirmação feita por Lacan de que Karl Marx foi o inventor do sintoma - um estudo nesse sentido já vem sendo feito por Slavoj Žižek. Por que razões o grande psicanalista francês, médico psiquiatra, oriundo de uma família católica de direita, conhecidamente conservador (embora aqui nada seja tão simples: digamos que Lacan apenas não se envolvia com o ativismo político), deu tamanho crédito à obra de Marx? Para entender a afirmação de Lacan, a aposta será a de uma leitura comparada de alguns textos de Freud e Marx, e seus respectivos comentadores, no sentido de uma aproximação entre as obras de ambos, partindo dos seguintes flancos: i) há uma ideia geral de "mal-estar" nos percursos de Marx e Freud?; ii) em que medida a noção de "fetichismo" é trabalhada na obra dos dois? Freud é conhecido por seu texto tardio envolvendo o mal-estar na civilização, mas Marx é conhecido por seus estudos sobre o fetichismo da mercadoria. O que não se coloca num primeiro tempo, contudo, é o fato de Marx articular sua teoria tendo em vista o mal-estar presente na Europa do século XIX, em que a pobreza passa a ser produzida artificialmente mediante a luta de classes, e que Freud também trabalha com o conceito de fetichismo, relacionando-o à perversão.

Artigo 683. A crítica ideológica de Marx: o Sintoma diante do Universal

Carolina Duarte Zambonato (Mestranda, Sociologia e Direito)

Resumo: A proposta deste trabalho centra sua análise nas interlocuções possíveis entre marxismo e psicanálise, dois estatutos teóricos fundamentais à compreensão da sociedade capitalista e dos sujeitos nela operantes. Se por um lado Marx questionou profundamente a herança hegeliana e seus pressupostos idealistas, Freud radicalizou a compreensão do homem enquanto ser uno, indivisível e consciente de si.

Destas duas dimensões contestatórias emerge o entendimento que forma e conteúdo não coincidem, tanto na dimensão das trocas de mercadorias, como na dimensão do consciente-inconsciente.

Neste sentido, ao buscar refúgio no reino da Universalidade capitalista, onde direitos e deveres circulam entre homens autônomos, livremente postos na esfera de trocas mercantis, Marx encontrou a contradição na singularidade concreta do burguês e da exclusão inerente à propriedade privada. É nesta contradição que reside o sintoma social como denúncia da "lógica imperfeita" dos princípios universais professados pela ideologia burguesa, rompendo sua unidade e explicitando sua falsidade. A especificidade desta questão é que o falso, o sintomático, são partes constitutivas deste universal ideológico. A Liberdade e a Igualdade professadas pelo Estado incluem a liberdade real dos homens em venderem livremente sua força de trabalho e, paradoxalmente, estarem escravizados ante a reprodução do capital. É desta percepção que Lacan, segundo Žižek, afirmou que Marx inventou a noção de sintoma. Será sobre essa afirmação que o trabalho se desdobrará.

Mesa Coordenada 69. Os desafios da educação socialista: as contribuições de Lenin, Krupskaja, Vigotski, Pistrak e Makarenko

Coordenadora: Kênia Miranda

Ementa: A construção de uma sociedade de novo tipo, iniciada pela Revolução Russa, trouxe consigo a necessidade da formação de um novo homem. O enfrentamento da condição de negação à educação a que estavam submetidos trabalhadores e camponeses não se limitava à oferta da escolarização, mas exigia a reflexão e a realização de uma educação de caráter emancipatório, capaz de formar integralmente o homem e, sobretudo, reunificar teoria e prática, concepção e execução, escola e trabalho.

A mesa coordenada pretende apresentar e debater algumas contribuições teóricas de destaque no processo construção de uma pedagogia socialista através dos debates ocorridos no período que antecedeu à tomada do poder de Estado pelos bolcheviques, em outubro de 1917, e dos debates posteriores que ganharam materialidade através de diferentes experiências educacionais, escolares ou não escolares, bem como da construção de teorias sobre a formação humana de base marxista.

Para tal apresentaremos as seguintes comunicações: 1) Lev Vigotski e os desafios da educação socialista, 2) A perspectiva da educação socialista em Lenin e Krupskaja, 3) Pensar a Escola do Trabalho Hoje - As contribuições de Pistrak e 4) Anton Makarenko e a educação do coletivo na sociedade socialista.

Artigo 691. Lev Vigotski e os desafios da educação socialista

Zoia Prestes (Doutora / Professora, UFF)

Resumo: A Revolução Socialista Russa impôs transformações políticas, econômicas e sociais em um país que mantinha 90% de sua população analfabeta. Ao assumir a responsabilidade pela definição das bases ideológicas e teóricas da pedagogia soviética, o Comissariado do Povo para Instrução, liderado por A. Lunatcharski, anunciou os desafios para a educação do novo homem. Neste cenário, iniciou sua trajetória profissional, o recém-formado Lev Vigotski, mergulhando de corpo e alma no fluxo das transformações vertiginosas trazidas pela Revolução. Entre 1925 e 1930, seus estudos, juntamente com A. Leontiev e A. Luria, provocam também uma espécie de revolução na interpretação da consciência. O desafio era criar uma nova abordagem dos processos psicológicos estritamente humanos e pôr a psicologia em bases materialista-marxistas. E nessa tarefa os estudos de Marx, Engels e Pavlov foram fundamentais, mas não excluíam a importância das contribuições de autores ocidentais. As ideias pedagógicas de Vigotski, apresentadas em seu primeiro livro *Psicologia pedagógica* (1926), até hoje se conservam atuais. Nele, o autor apresenta ideias em defesa de uma educação libertária, afirmando a vida como criação e diz: “o processo pedagógico é a vida social ativa, é a troca de vivências combativas, e uma tensa luta em que o professor, no melhor dos casos, personifica uma pequena parte da classe – com frequência, ele está totalmente só” (VIGOTSKI, 2003, p. 303). No presente texto é discutido como os desafios da educação socialista, apresentados pelo regime soviético logo após a Revolução Socialista de 1917, contribuíram para que Lev Vigotski criasse a teoria histórico-cultural.

Artigo 692. A perspectiva da educação socialista em Lenin e Krupskaja

Edison Riuitiro Oyama (Doutor / Professor, Educação, UFRR)

Resumo: O problema da construção de uma suposta sociedade socialista é complexo e remonta reflexões e argumentos de longa data. De forma similar e conjugada, a discussão sobre a construção ou a implantação de uma educação socialista também. Nosso objetivo com este trabalho foi tratar da perspectiva da educação socialista em Lenin e Krupskaja. Para tanto, fundamentamos nosso estudo na análise da situação concreta em que esta se deu. Ou seja, procuramos expor quais foram os problemas, a concepção, mas principalmente, como ambos – Lenin e Krupskaja - pensaram e agiram, em termos da implantação de uma educação socialista, em pelo menos duas situações: no período que antecedeu à tomada do poder de Estado pelos bolcheviques em outubro de 1917 e depois, quando sobreveio a necessidade da consolidação do poder soviético, após o sucesso da revolução de outubro de 1917. Assim, quanto ao período que antecedeu à tomada do poder de Estado pelos bolcheviques, sobressai-se a questão de se colocar em prática uma “educação socialista antes da revolução”. No tocante à consolidação do poder soviético, cujo contexto é a luta pela destruição dos vestígios do czarismo e da burguesia, a guerra civil e a posterior reconstrução econômica e social, no campo da educação socialista destacamos a necessidade da

erradicação do analfabetismo, concretizar os princípios educacionais contidos no importante Programa do Partido Comunista Russo de 1919 e a implementação da politecnia.

Artigo 693. Pensar a escola do trabalho hoje – contribuições de Pistrak

Lorene Figueiredo (Mestre / Professora, UFF)

Resumo: O objetivo da comunicação é destacar os elementos centrais da proposta pedagógica da escola do trabalho pensada por M. Pistrak e pelo coletivo de educadores com os quais trabalhou. Tais elementos podem tornar-se suporte para pensar a escola pública hoje, escola esta que forma, fundamentalmente, trabalhadores e que se encontra hegemônica pela concepção burguesa, tanto nos fundamentos pedagógicos, quanto nos elementos que a colocam em funcionamento. Realizar um exercício de reflexão sobre as possibilidades e os limites de lutar por outra escola pública, tendo como ponto de inflexão a disputa pela concepção de formação a partir de Pistrak, é o nosso objetivo.

Artigo 694. Anton Makarenko e a educação do coletivo na sociedade socialista

Kênia Aparecida Miranda (Doutora / Professora, Educação, UFF)

Resumo: Ao pensar e realizar a educação a partir da experiência de dirigir a primeira colônia experimental para menores infratores e crianças abandonadas, a Colônia Gorki, logo após a vitória da Revolução Russa, Anton Makarenko buscou construir uma prática pedagógica voltada à educação do coletivo e à auto-organização de educadores e educandos.

Dessa forma, o pedagogo ucraniano fez emergir o problema de crianças em condição marginal em uma sociedade de novo tipo e o enfrentou a partir da educação e da compreensão do homem como ser histórico e social.

A presente comunicação tratará deste autor crítico das teorias do desenvolvimento espontâneo, da educação livre e das formulações escolanovistas, de suas polêmicas pedagógicas e de sua relação com os dirigentes da Educação Soviética.

Mesa Coordenada 70. Tentativas sobre György Lukács

Coordenador: Miguel Vedda

Ementa: Esta mesa se centra en el pensamiento del filósofo húngaro György Lukács y está compuesta de dos partes. En primer término, se abordan sus obras más tempranas (hasta la década del '30): *El alma y las formas* (1911), *Teoría de la novela* (1914/15; publ. 1920), *Historia y conciencia de clase* (1922), los escritos publicados en 1932 (durante el así llamado "periodo berlinés": 1931-1933), y *Escritos de Moscú* (1934). El énfasis está puesto, en este caso, en las reflexiones de Lukács acerca del Clasicismo alemán en general, y de J. W. Goethe en particular. La ponencia de Martín Koval trabaja, en este sentido, el "uso histórico-literario" de la categoría de segunda naturaleza; la de Miguel Vedda, por su parte, analiza la presencia y la función del autor del Fausto en el recién aludido "periodo berlinés". En segundo término, se proponen en esta mesa dos aportes al estudio del "viejo Lukács" de la *Ontología del ser social* (publ., 1984-1986). En estos se trata, centralmente, de elucidar la categoría de trabajo –razón por la cual pasa a un primer plano la lectura lukacsiana de los Manuscritos económico-filosóficos de 1844 de Marx– como aquella que permite dar cuenta del proceso histórico-ontológico por el cual el hombre se constituye como ser social. Las ponencias de Lucas Souza y Julián Fava se ocupan de esto.

Artigo 701. Individuação e sociabilidade em *Para uma ontologia do ser social*

Lucas Souza (Mestrando, UFMG)

Resumo: A investigação dos nexos ontológicos entre generidade e individualidade constitui o objeto inicial da presente reflexão. Nesse sentido, objetiva-se demarcar no interior do quadro conceitual formulado por Lukács, em *Para uma ontologia do ser social*, sob quais bases dá-se o processo de individuação no ser social. Para tal empreendimento, apresentam-se como momentos primários: o intento de compreensão do movimento histórico-ontológico de especificação do ser social, a partir de categorias, entre outras, como o trabalho e a linguagem, o que acarreta manter-se na imanência da abstração metodológica lukacsiana; o acompanhamento do enriquecimento do referido processo abstrativo, por meio da introdução de categorias a propiciar maior grau de concreção às suas análises, como a reprodução, a ideologia e o estranhamento. Consequentemente, objetiva-se fundamentalmente delimitar as bases ontológicas pelas quais a individualidade, em sua indissolúvel conexão ontológica com a generidade correspondente, emerge e se complexifica no decorrer do processo histórico-ontológico pelo qual o homem se constitui como ser social. Essa proposta de problematização do estatuto ontológico de generidade e individualidade, na madura filosofia lukacsiana, traz consigo a demanda pela explicitação do ser social em rasgos essenciais que lhe perpassam, o que implica precisar as dimensões subjetiva e objetiva na contínua relação de intercâmbio entre esse par categorial, assim como o que seriam os âmbitos de liberdade e necessidade para a ação social humana em sua individuação.

Artigo 702. La categoría de segunda naturaleza y el Clasicismo alemán en *El alma y las formas* (1911), *Teoría de la novela* (1914/15; publ. 1920), *Historia y conciencia de clase* (1922) y *Escritos de Moscú* (1934) de György Lukács

Martín Koval (Doutor / Professor, UBA e Conicet)

Resumo: Se rastrea en este trabajo la función de la categoría de *segunda naturaleza* y su productividad heurística en la comprensión del Clasicismo alemán (Goethe y Schiller, en particular). En la lógica del pensamiento lukácsiano, no se trata solo del periodo histórico-literario en el que se descubren las contradicciones irresolubles de la sociedad burguesa-capitalista, sino también de aquel en el que se procura su superación –fracasada, por idealista y, en cierta forma, individualista–. Lo que aquí importa, sin embargo, es que las perspectivas y tentativas surgidas en este estadio de desarrollo de la cultura alemana (más concretamente: de la literatura y, dentro de ella, del género novela) le sirven al filósofo húngaro, en cada caso concreto, para establecer algunos de los lineamientos fundamentales de su propia propuesta, que, según de que texto se trate, puede, por un lado, ser o no superadora y, por otro, utópica o *científica* (en el sentido del materialismo histórico).

Artigo 703. Presencia y función de Goethe en los escritos de Lukács del período berlinés

Miguel Vedda (Doutor / Professor, UBA e Conicet)

Resumo: La obra y la figura de Goethe han tenido una importancia capital a lo largo de toda la producción filosófica de Lukács. Más aún que las consideraciones tempranas sobre el poeta, las reflexiones desplegadas durante el extenso período marxista dan testimonio de esta centralidad del escritor alemán. Lo que aquí nos interesa es considerar algunas de las contribuciones menos conocidas de Lukács en torno a la personalidad y la producción literaria goetheanas: los escritos publicados en 1932, en ocasión del centenario de la muerte del poeta, durante un período en el que Lukács se encontraba en Berlín (1931-1933) como miembro de la Liga de Escritores Revolucionario-Proletarios (BPRS) y como uno de los principales colaboradores de la revista *Die Linkskurve*.

Artigo 704. Ontología y marxismo en la obra del viejo Lukács

Julián Fava (Professor, Filosofía, UBA)

Resumo: En la presente comunicación intentaremos revisar de qué modo aparece el *trabajo* como categoría fundante del ser social en la obra filosófica del último Lukács. La lectura de los *Manuscritos económico-filosóficos de 1844* de Marx le permite al pensador húngaro, por un lado, superar ciertos prejuicios hegelianos y asumir una metafísica de la realidad histórica que pueda dar cuenta de la realización de la esencia genérica de la humanidad. Mientras que, por el otro, aparece el trabajo como fenómeno originario del desarrollo de los hombres y “salto ontológico” entre la naturaleza y lo social. Es justamente a partir de la “posición teleológica” –el acto fundante del trabajo– que habrán de jugarse los valores éticos propios de una comunidad realizada.

Mesa Coordenada 72. Falas populares e cultura: arte, política e informação nas lutas pela hegemonia

Coordenadora: Marianna Araujo

Ementa: A mesa objetiva problematizar, a partir das categorias marxistas, diferentes expressões das falas populares que compõem um esforço para a construção da contra-hegemonia e se inserem nas disputas travadas pelas classes subalternas no capitalismo. Discutiremos as falas populares na cultura e na política, abordando o samba e seu lugar na construção de uma identidade popular contra-hegemônica na sociedade brasileira; o filme-ensaio contemporâneo e a construção de métodos figurativos dialéticos, como contraposição aos processos estéticos hegemônicos no cinema; os recentes processos mundiais de mobilização desencadeados pela crise econômica internacional e a relação dos movimentos sociais contemporâneos com a comunicação e a produção de informação alternativas; e, ainda, as disputas travadas no âmbito das políticas de comunicação contra a concentração da mídia. Isto inclui, ainda, perلustrar as formas como a linguagem e o discurso dialogam com as relações de poder, dominação e controle e entender como, a partir do espetáculo midiático, podem ser identificadas e descritas as estruturas de funcionamento do capital.

Artigo 721. O estatuto das imagens no capitalismo contemporâneo e sua expressão em Filme Socialismo (França, 2010), de Jean-Luc Godard e Notícias da Antiguidade Ideológica (Alemanha, 2008) de Alexander Kluge

Carlos Alberto Salim Leal (Doutorando, ECA, USP)

Resumo: A presente comunicação visa busca estabelecer uma discussão a cerca do estatuto das imagens no capitalismo contemporâneo. Exemplificando problemas e potencialidades que daí emanam buscaremos, assim, destacar duas obras da recente produção audiovisual que se inserem diretamente naquilo que se convencionou chamar de "filme - ensaio": sendo eles: e *Filme Socialismo* (França, 2010), de Jean-Luc Godard, e *Notícias da Antiguidade Ideológica* (Alemanha, 2008) de Alexander Kluge.

As duas obras buscam problematizar o estatuto das imagens na contemporaneidade, assim como tencioná-las com o objetivo de abrir espaço para investigações acerca de sua relação com uma teoria da experiência, abordando assim suas potencialidades e variáveis de modalidade e significação. Abre-se, aqui, uma discussão acerca da "luta das imagens", na qual as mesmas podem assumir significados ambivalentes, díspares e contraditórios. De maneira sintética, associam-se, assim, por um lado o problema do caráter fetichista da imagem pós-moderna e seus vínculos com a lógica mercantil desmaterializada e reiterativa vigente na cultura contemporânea analisada, entre outros, por Fredric Jameson em *Pós Modernismo: lógica cultural do capitalismo tardio*. Por outro, a noção de imagem dialética, tal qual exposto por Walter Benjamin e sua capacidade de reconstrução de uma teoria da experiência.

Artigo 722. Comunicação, cultura e política: associações nos movimentos sociais contemporâneos

Leila Salim Leal (Doutoranda, ECO, UFRJ)

Resumo: O ano de 2011 foi marcado pela emergência de mobilizações sociais de grande porte, que colocaram na ordem do dia o debate sobre as formas de organização coletiva e transformação social na contemporaneidade. O enfrentamento e derrubada de ditaduras na região norte da África, as mobilizações contra a retirada de direitos sociais na Europa e o questionamento à ordem econômica, política e social imposta por grandes bancos e empresas transnacionais nos Estados Unidos foram expoentes de um processo que assumiu ares de movimentação global, mesmo diante das importantes diferenças entre as situações específicas e reivindicações imediatas sobre as quais se desenvolvia nas diferentes regiões.

Neste contexto, o papel mobilizador e aglutinador das novas tecnologias de comunicação, especialmente a partir das redes sociais na internet, e a constituição de redes de comunicação alternativas, próprias dos movimentos, também vêm sendo apontados como marcas constitutivas fundamentais desse processo de mobilização global. Interessa-nos, aqui, pensar mais profundamente o papel e o sentido da comunicação para a constituição desses movimentos, levando em consideração não apenas a utilização das redes sociais como instrumento mobilizador e os veículos e peças de comunicação por eles produzidos, mas também buscando compreender que questões, referentes à natureza e inserção desses movimentos no capitalismo contemporâneo, podem ser reveladas a partir da identificação da importância assumida pela

comunicação e pela cultura em sua constituição. Não se trata de desconsiderar a importância da comunicação e da cultura nesses movimentos, mas de superar a mera constatação acrítica de seu papel.

Artigo 723. Poder da criação: malandragem e resistência no samba de João Nogueira

Marianna Araujo (Doutoranda, ECO, UFRJ)

Resumo: A passagem dos anos 60 para os anos 70 foi marcada por um momento de efervescência na música brasileira. O ciclo dos grandes festivais musicais televisivos e o surgimento da tropicália são apenas alguns exemplos deste momento em que também a indústria apropria-se da canção popular. Durante este período a música nacional chegou a abocanhar 75% das vendas de discos, que naquele tempo eram comercializados às centenas de milhares.

É neste contexto que a voz de um sambista do Méier destacou-se por seu timbre grave. A voz de João Batista Nogueira Júnior tornou-se inconfundível já na primeira gravação e ao longo da sua trajetória, a malandragem e a vida suburbana, em profundo contraste com a daqueles que habitam a parte mais abastada da cidade, estarão sempre presentes em sua música. O presente artigo pretende investigar a relação de João Nogueira com a tradição da qual é herdeiro. Uma relação que não passa pela reprodução, mas pela apropriação criadora, a partir de uma realidade que ele vive cotidianamente. João, como diversos outros grandes artistas, não é apenas um compositor. É mulato, trabalhador, um suburbano que conhece as diferenças de classe que cortam a cidade juntamente com a linha do trem. É nesse sentido que articulando as categorias hegemonia e reificação com a fala popular do sambista, buscaremos refletir acerca da obra de *João Nogueira como herdeiro da tradição do samba malandro de Wilson Batista e Geraldo Pereira, sutil cronista da vida nacional e compositor consciente do caráter marginal da música popular, razão pela qual tornou-se um aberto militante em prol da resistência dela.*

Artigo 724. Não dá para não ver: linguagem e discurso como instrumentos de poder na cobertura jornalística das manifestações de junho/julho de 2013 no Brasil

Daniel Fonsêca Ximenes Ponte (Doutorando, ECO, UFRJ)

Resumo: Num percurso de caráter reflexivo-analítico, este artigo busca articular diferentes incursões em torno do conceito de ideologia – ou “ideologias” – realizadas por diferentes pensadores com matriz no materialismo histórico, como Engels, Lukács e Meszáros, entre outros, além de formulações de Marx. Também é apreendido como a ideologia se consubstancia na linguagem como expressão de um determinado grupo social e como até os signos são reapropriados historicamente, num diálogo com Fiorin e Barthes. Busca-se, ainda, examinar as formas como a linguagem e o discurso são constituídas, apropriadas ou capturadas e como, a partir do espetáculo midiático, podem ser identificadas e descritas as estruturas de funcionamento das relações de poder, por meio da dominação e da direção política, nos termos de Gramsci. Com base em notícias sobre as manifestações de massa ocorridas no Brasil entre junho e julho de 2013 veiculadas em revistas de circulação nacional, vão ser descritos casos que expressam e validam os conceitos teóricos elaborados a partir de dispositivos de análise como o local de fala da empresa de comunicação, as fontes utilizadas, as imagens selecionadas as qualificações presentes nas matérias, entre outros elementos que compõem essas produções jornalísticas.